



RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida S.A.

Índice

Orgãos Sociais.....	4
Enquadramento Macroeconómico.....	5
Evolução do Sector Segurador em Portugal	16
Atividade da Santander Totta Seguros em 2020	21
Proposta de Aplicação de Resultados	43
Perspetivas e Desafios para 2021	44
Considerações Finais	45
Informações Complementares	46
Demonstrações Financeiras	47
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	52
Certificação Legal de Contas	141
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	148
Relatório sobre a Estrutura e Práticas de Governo Societário.....	151
Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções Chave	168

Ex.mos Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2020.

Orgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral (triénio 2019-2021)

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Secretário	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Conselho de Administração (triénio 2019-2021)

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Francisco del Cura Ayuso
	Maria Cristina Machado Beirão Reis de Melo Antunes ¹

Conselho Fiscal (triénio 2018-2020)

Presidente	José Luís Areal Alves da Cunha
Vogais	António Baia Engana
	Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Suplente	José Duarte Assunção Dias

Revisor Oficial de Contas (triénio 2018-2020)

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., lda. representada por Carlos Sim Sim Maia

Secretário da Sociedade (triénio 2019-2021)

Efetivo	Raquel João Branquinho Nunes Garcia
---------	-------------------------------------

Comissão de Vencimentos (triénio 2019-2021)

Presidente	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais	Sara Eusébio da Fonseca
	Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

¹ Renunciou a 27 de janeiro de 2021

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Em 2020, a economia mundial registou uma profunda recessão, com uma contração do PIB de 3,5%, fruto da pandemia associada ao vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19. Em março de 2020, fruto da disseminação do vírus à escala global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma situação de pandemia.

Muitos países estabeleceram medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, procurando restringir ao mínimo os contactos entre pessoas, levando a uma situação de confinamento generalizada, com o encerramento das atividades não essenciais, o que teve consequências económicas de dimensão histórica.

Apesar do confinamento ter sido implementado apenas em março, o PIB contraiu já no primeiro trimestre do ano, de forma significativa, situação que se acentuou no segundo trimestre, uma vez que o confinamento mais estrito foi adotado durante o mês de abril, iniciando-se uma retirada gradual das restrições a partir do mês de maio, mas sempre com níveis de atividade muito abaixo dos verificados antes da pandemia.

O período do Verão, no hemisfério norte, trouxe uma redução dos contágios, uma retirada das medidas de confinamento, e uma progressiva recuperação da atividade económica, materializado num crescimento mais sólido no 3º trimestre do ano.

No outono, a convivência normal entre as pessoas, juntamente com o regresso às aulas, e a sazonalidade do vírus, verificou-se uma nova vaga pandémica, com imposição de novas medidas de confinamento, que se foram tornando mais restritivas (embora menos do que na primeira vaga) no final do ano, quando surgiram novas estirpes, mais contagiosas, e cujos efeitos se tornaram mais visíveis já em 2021.

Crescimento Económico Mundial

	2019	2020 E	2021 P
Mundo	2,8	-3,5	5,5
Países Avançados	1,6	-4,9	4,3
EUA	2,2	-3,4	5,1
UEM	1,3	-7,2	4,2
Reino Unido	1,4	-10,0	4,5
Japão	0,3	-5,1	3,1
Países em Desenvolvimento	3,6	-2,4	6,3
África	3,2	-2,6	3,2
Ásia	5,4	-1,1	8,3
China	6,0	2,3	8,1
Europa de Leste	2,2	-2,8	4,0
Médio Oriente	1,4	-3,2	3,0
América Latina	0,2	-7,4	4,1
Brasil	1,4	-4,5	3,6

Fonte: Fundo Monetário internacional (janeiro de 2021)

Em resultado da dinâmica no segundo semestre do ano, a contração da atividade, em 2020, foi menos pronunciada do que o estimado na fase inicial da pandemia, embora com diferenças regionais e setoriais de relevo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de janeiro de 2021 do "*World Economic Outlook*", reviu em alta as projeções económicas, estimando uma recessão menos profunda, em 2020, e uma recuperação mais sustentada, em 2021. Em 2020, a economia mundial terá contraído 3,5%, de acordo com o FMI, para recuperar em 2021, com um crescimento de 5,5%.

Mas existiram claras diferenças regionais. A contração da atividade, em 2020, foi mais pronunciada nas economias desenvolvidas, fruto de (i) os efeitos da pandemia se terem iniciado mais cedo, depois do contágio a partir de Wuhan, na China, (ii) imposição de um confinamento mais generalizado; e (iii) a segunda vaga se ter sentido mais marcadamente, no terço final do ano.

Contudo, mesmo nos grandes grupos, as diferenças regionais, mas também nacionais, são significativas, com a retração da atividade a oscilar entre os 7% na zona euro e os 3% nos EUA, refletindo a profundidade e duração dos confinamentos, bem como a integração das cadeias produtivas e também o peso do turismo na economia.

Nas economias emergentes, os impactos foram diferenciados, em função também da expansão da pandemia.

Na **China**, onde a pandemia se terá iniciado, a atividade registou uma evolução melhor do que o antecipado, fruto do reportado controlo da pandemia a nível nacional. A atividade terá crescido cerca de 2%, com uma recuperação mais sustentada no segundo semestre do ano, cujos efeitos se deverão sentir de forma mais marcada em 2021.

Os **EUA** registaram uma contração da atividade de 3,4%, mais pronunciada do que a registada quando da Grande Crise Financeira (2008). Contudo, um menor grau de confinamento, em especial durante a segunda vaga, e as medidas de estímulo orçamental implementadas, contribuíram para uma menor retração da atividade, quando comparada com outras economias desenvolvidas.

O emprego, que registou uma forte destruição no início da pandemia, ainda não recuperou totalmente, o que potenciou uma pronta resposta da Reserva Federal dos EUA, com a descida da taxa dos *Fed Funds* para 0%, bem como com a implementação de programas de concessão de liquidez e crédito, e a aquisição de ativos financeiros.

A **Europa** foi bastante mais fustigada pela pandemia, ampliada pelas interligações entre as várias economias.

Na **zona euro**, o crescimento contraiu de forma bastante pronunciada, com o PIB a cair 7,2%, dinâmica especialmente concentrada no segundo trimestre, quando um confinamento generalizado foi imposto. Apesar da mais forte recuperação no terceiro trimestre, a segunda vaga no final do ano atrasou essa dinâmica, sendo que, no conjunto do ano, persistiram claras diferenças entre os países. A contração do PIB oscilou entre 5% na Alemanha e 11% em Espanha.

Todos os fatores que tinham marcado a conjuntura em 2019, como a transição energética, protestos contra reformas estruturais, ou questões políticas, ficaram em suspenso, dominados pela pandemia e pela urgência sanitária.

Em 2020, foi finalmente alcançado o acordo entre a UE e o **Reino Unido**, para formalizar a relação futura entre as duas economias, mesmo em cima do término do período de transição. O acordo engloba a ausência de tarifas no comércio de bens, mantém os acordos de sexta-feira Santa relativos à Irlanda do Norte, mas não abarca a possibilidade de prestação de serviços financeiros. Os efeitos sobre os sectores de atividade mais favoráveis ao *Brexit*, como as pescas (onde há um período transitório de acesso às águas britânicas) ou os laticínios, começam a ser sentidos agora, com as regras fitossanitárias a bloquearem as exportações britânicas. O Reino Unido terá registado uma contração do PIB em 10%, fruto da pandemia, bem como do *Brexit*.

	PIB	Inflação
UEM	-6,8	0,3
Alemanha	-5,0	0,4
França	-8,3	0,5
Espanha	-11,0	-0,3
Itália	-8,8	-0,1

Fonte: CE (fevereiro 2021)

Fonte: Comissão Europeia (fevereiro de 2021)

Para combater os efeitos da pandemia, e contribuir para uma mais rápida recuperação, já em julho foi aprovado o acordo que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com um envelope financeiro de 750 mil milhões de euros, dos quais 390 mil milhões de subvenções aos Estados (abaixo da proposta inicial de 500 mil milhões de euros). Adicionalmente, foi também aprovado o Quadro Financeiro Plurianual, para o período 2021-27, que ascende a 1.074 mil milhões.

No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, Portugal deverá receber uma verba de 15 mil milhões de euros em subsídios a fundo perdido, e a possibilidade de aceder a mais 15 mil milhões de euros em empréstimos. Conjuntamente com o término do Portugal 2020 e o novo quadro plurianual, Portugal deverá receber quase 58 mil milhões de euros em fundos comunitários para utilizar ao longo da próxima década.

O Banco Central Europeu reforçou a sua orientação de prossecução de uma política monetária de apoio à recuperação económica, baseada na manutenção de taxas de juro negativas e programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, de modo a promover condições de base propícias à recuperação e crescimento económico.

Para isso, foram criados novos mecanismos de política monetária, os *PELTROs* – *Pandemic Emergency Longer-term Refinancing Operations* – que tiveram início em maio de 2020 e se prolongarão até julho/setembro de 2021, a uma taxa de refinanciamento fixa e 25 p.b. abaixo da taxa refi.

Adicionalmente, as condições de refinanciamento dos TLTRO III foram revistas, com as taxas de refinanciamento a serem reduzidas em 100 p.b. face ao valor médio da taxa refi, para as operações realizadas entre junho de 2020 e junho de 2021. Em junho, o montante total do *PEPP* – *Pandemic*

Emergency Purchase Programme foi ampliado em 600 mil milhões de euros, para um total de 1.350 mil milhões de euros, o que contribuiu para uma estabilização do risco na zona euro.

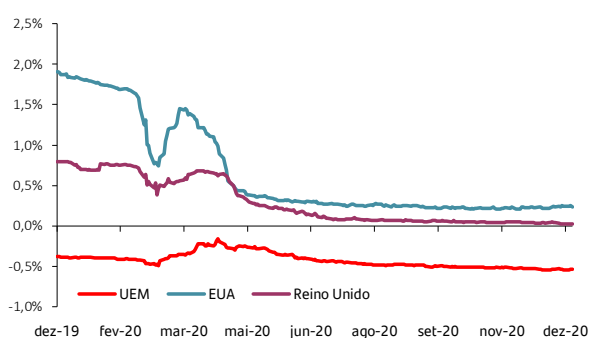
E já em dezembro, fruto da segunda vaga pandémica na Europa, o BCE alterou de novo as condições do TLTRO III e do PEPP. Este último foi ampliado em mais 500 mil milhões de euros, para 1.850 mil milhões de euros, devendo prolongar-se até final de março de 2022. O TLTRO III terá três novas operações, entre junho e dezembro de 2021, enquanto as bonificações foram estendidas por 12 meses, até junho de 2022. Também o montante que os bancos podem tomar, no quadro destas operações, foi ampliado para 55% da referência (+5 p.p.).

O BCE prolongou ainda, até junho de 2022, as medidas adotadas em abril, relativas ao colateral utilizável nas operações de refinanciamento, no qual se inclui a utilização de *pools* de crédito (o que já ocorria em Portugal).

Nas **economias emergentes**, a pandemia produziu também importantes efeitos económicos, embora menos adversos do que nas economias avançadas, em parte devido às medidas de confinamento impostas, por contrapartida de um efeito sanitário mais pronunciado, na primeira vaga (que assolou o hemisfério sul durante o seu inverno).

A **América Latina** foi particularmente afetada (o PIB terá contraído 7,4%), em especial o México, com uma recessão de 8,5%. O Brasil não ficou imune, e o PIB contraiu 4,5%. O delicado equilíbrio entre saúde e economia acabou por pender a favor da última.

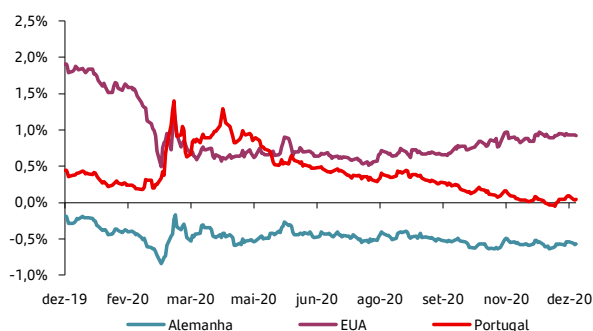
Evolução das Taxas de Juro a 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As políticas económicas assumiram um pendor expansionista. Nas economias desenvolvidas, isso implicou que os bancos centrais, como mencionado, reforçassem os seus programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, contribuindo para uma nova descida das taxas de juro ao longo de toda a curva de rendimentos.

Evolução das Taxas de Juro a 10 anos



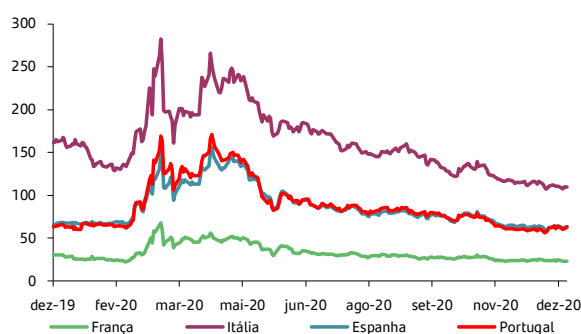
Fonte: Bloomberg

As **taxas de juro de curto prazo** desceram, de forma generalizada, apesar de, num primeiro momento da pandemia, terem subido, fruto de uma maior perceção de risco, mas prontamente eliminada pela intervenção dos bancos centrais. Nos EUA e no Reino Unido, as taxas de juro a 3 meses aproximaram-se de zero, enquanto na zona euro convergiram para níveis abaixo da taxa de depósito.

Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, a evolução anual caracterizou-se por uma descida, de forma generalizada, apesar de algumas diferenças intra-anuais.

Nos mercados *core*, como os EUA e a Alemanha, a reação à pandemia e às medidas dos bancos centrais materializou-se numa descida das *yields*. Já nos mercados periféricos, num primeiro momento da pandemia, as taxas de juro subiram, seja porque a situação sanitária foi muito adversa, em Itália e Espanha, por exemplo, seja porque a perceção de risco, em especial em termos de impactos económicos e orçamentais, foi mais negativa.

Diferenciais de Taxas de Juro de Longo Prazo Face à Alemanha (p.b.)



Fonte: Bloomberg

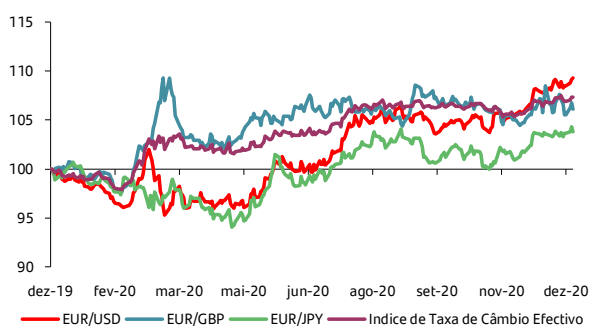
Por esta razão, os *spreads* de crédito, na zona euro, aumentaram em março e permaneceram elevados até maio, de forma generalizada. A intervenção do BCE, com o PEPP, permitiu uma progressiva normalização dos *spreads*, mas que só no final do ano retomaram os níveis pré-pandemia, antes de assumirem níveis ligeiramente abaixo.

Em Portugal, o *spread* a 10 anos face à Alemanha chegou a atingir 150 p.b., entre março e abril, descendo posteriormente, de forma faseada para, como mencionado, desceram abaixo dos níveis

pré-pandemia, no final do ano. A mesma dinâmica foi observada em Espanha, assim como em Itália, que no pico chegou a ultrapassar os 250 p.b. de *spread* face à Alemanha.

No **mercado cambial**, o euro caracterizou-se por uma tendência de apreciação face às principais divisas. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,21 dólares, uma apreciação de cerca de 9%.

Evolução das Principais Taxas de Câmbio (Dez-19=100)



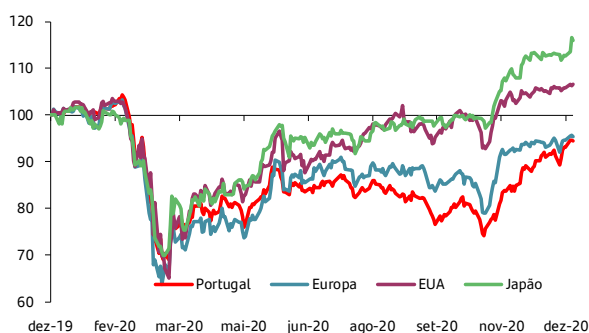
Fonte: Banco Central Europeu

Os mercados acionistas reagiram negativamente à pandemia, com uma desvalorização significativa em março (cerca de 30%), mas posteriormente recuperaram uma trajetória de recuperação, apoiada pela recuperação da atividade, por um lado, e pelas expectativas quanto à vacinação, à medida que ia sendo anunciado o desenvolvimento de várias vacinas contra a COVID-19.

O mercado norte-americano, no final do ano, recuperou máximos absolutos, beneficiando também de um efeito eleitoral, após a eleição de Joe Biden para a presidência.

Na Europa, a recuperação não impediu uma desvalorização de cerca de 5%, com os mercados a serem penalizados pelo maior peso relativo do setor bancário, que foi especialmente afetado. A dinâmica em Portugal foi muito similar.

Evolução dos Mercados Acionistas (Dez-19=100)

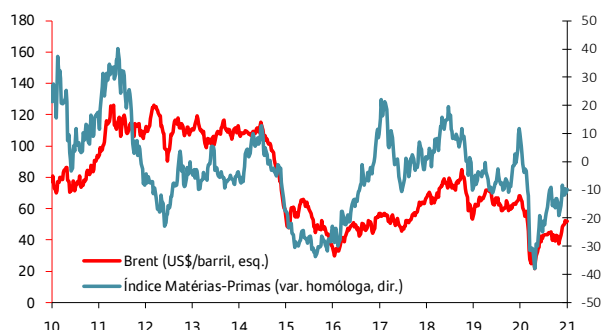


Fonte: Bloomberg

A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com a contração da atividade a resultar numa redução pronunciada da procura. O **petróleo** registou uma pronunciada depreciação, tendo o Brent tocado em mínimos em redor de 20 dólares/barril, para fechar o ano em

51 dólares, ainda assim uma redução homóloga de 24%. O crude de referência nos EUA (o WTI) chegou a cotar em terreno negativo, reflexo dessa fraca procura (num movimento técnico). O ouro manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 27% durante o ano de 2020, para 1.878 dólares por onça.

Evolução do Preço do Petróleo Brent (US\$ por barril) Índice de Matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2020, sofreu também os efeitos da pandemia. O PIB registou uma contração de 7,6%, a maior registada pelo menos desde 1975, e fruto sobretudo da quebra da atividade observada nos dois primeiros trimestres do ano. Aos efeitos dos contágios locais e necessário confinamento, acresceram os efeitos de uma paragem em simultâneo de toda a Europa (para não dizer mundo), que foi especialmente sentida no setor do turismo.

Dados Macroeconómicos

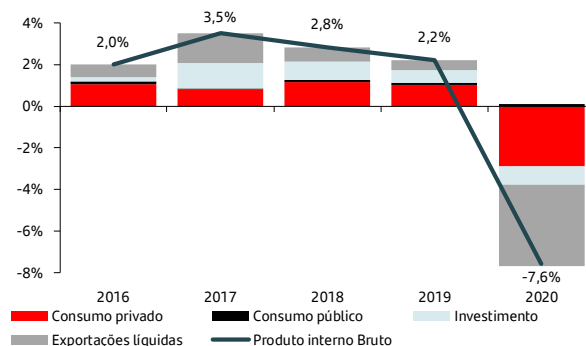
	2019	2020	2021 P
PIB	2,5	-7,6	1,9
Consumo Privado	2,6	-5,9	2,6
Consumo Público	0,7	0,5	2,8
Investimento	5,4	-4,9	-4,9
Exportações	3,9	-18,6	7,8
Importações	4,7	-12,0	5,9
Inflação média	0,3	0,0	0,3
Desemprego	6,5	6,8	9,9
Saldo Orçamental (% do PIB)	0,1	-5,6	-7,8
Dívida pública (% do PIB)	117,2	133,7	136,9
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,2	0,1	0,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal e Ministério das Finanças

Em março, e na sequência do agravamento dos contágios da doença COVID-19, foi imposto o Estado de Emergência, que vigorou entre 18 de março e 2 de maio, com um confinamento geral da população e o encerramento das atividades não essenciais. No primeiro trimestre, a atividade contraiu 4,0% em cadeia, seguida de uma contração de 13,9% no segundo trimestre.

Neste trimestre, que foi o mais negativo, o indicador de atividade caiu fortemente, tendo em abril atingido o valor mínimo da série histórica. No mesmo sentido, o clima económico também registou o valor mais baixo de sempre. O volume de negócios nos serviços e indústria diminuiu cerca de 25% em maio, a queda homóloga mais intensa de sempre. No setor da construção, registaram-se contrações homólogas progressivamente mais intensas entre abril e maio.

Evolução dos Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



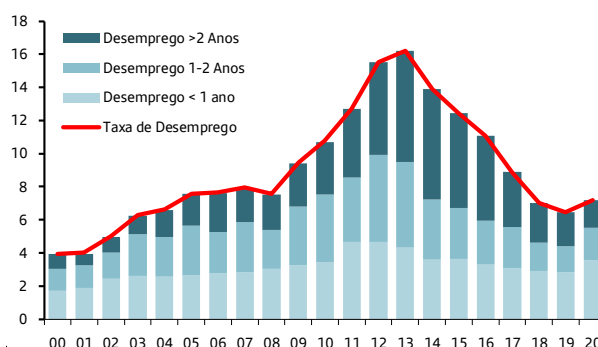
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O **consumo privado** foi particularmente afetado, com uma contração de 5,9% em 2020. Esta esteve concentrada na aquisição de bens duradouros (as vendas de automóveis caíram 35%, em 2020, para o volume mais baixo desde 2014) e na despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. Se, por um lado, isso reflete um aumento da poupança por motivos de precaução (a taxa de poupança aumentou para 10,8% no terceiro trimestre), por outro reflete também a impossibilidade de realizar certos tipos de despesa, com o encerramento de restaurantes e hotéis, e outras atividades lúdicas.

A maior precaução pelas famílias decorre também dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho. Em 2020, o desemprego aumentou em 0,3 p.p. para 6,8%, mas muito influenciado pelo confinamento, pois no segundo trimestre a taxa de desemprego caiu para 5,8%, com uma passagem do emprego direta para a inatividade, por impossibilidade de procura de emprego.

O emprego foi também positivamente apoiado pelas medidas implementadas pelo Governo, com destaque para o regime de *layoff* simplificado, disponível para as empresas mais afetadas pela pandemia e/ou com encerramento obrigatório. No pico, abrangeu mais de 115 mil empresas e 950 mil trabalhadores, com a Segurança Social a suportar um terço do salário dos trabalhadores.

Evolução da Taxa de Desemprego (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O **investimento** também registou uma contração, em especial ao nível do investimento produtivo, em máquinas, equipamentos e material de transporte (este com uma contração de 27%). O setor da construção foi um dos poucos que manteve a laboração em pleno, continuando a registar um crescimento face a 2019. O mercado de habitação permanece dinâmico, apenas com uma desaceleração dos preços, enquanto a procura se manteve sustentada.

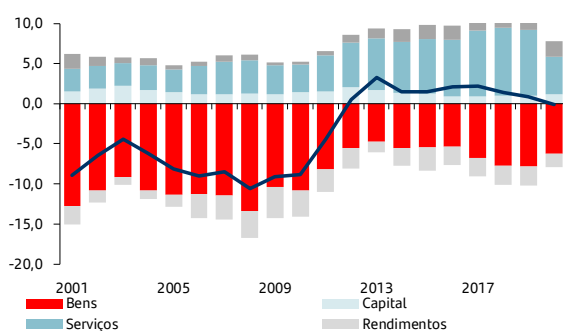
A quebra do turismo refletiu-se num direcionamento de habitações que estavam em alojamento local para o mercado de arrendamento, com uma pressão em baixa dos preços.

As **exportações** de bens e serviços contraíram de forma pronunciada, com uma redução de 18,6%. Este efeito foi mais visível ao nível dos serviços, com a atividade de turismo a registar uma redução superior a 60%, fruto da pandemia e encerramento de corredores aéreos. Em 2020, as dormidas de não residentes reduziram-se em 75%, anulando a recuperação dos últimos anos. A reabertura estará dependente do progresso da vacinação, em especial na Europa.

As **importações** também contraíram, refletindo a quebra da procura interna, seja consumo, seja investimento. No entanto, a redução foi menos acentuada do que a das exportações, o que reflete também o peso do turismo.

A balança corrente e de capital registou uma redução do seu excedente, em grande medida devido à redução do excedente de serviços.

Evolução da Balança Corrente e de Capital (% do PIB)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Portugal

No início da pandemia, foram definidas várias medidas de apoio à economia, além do *layoff* simplificado. O Governo anunciou i) o diferimento temporário de obrigações fiscais e contributivas, para as empresas; ii) a criação de linhas de crédito para empresas, com garantia do Estado, até ao limite máximo de 13 mil milhões de euros; e iii) moratórias, de capital e/ou juros, para créditos a particulares e empresas, que tenham sido afetados pela pandemia. As moratórias têm sido estendidas, presentemente com término entre setembro e dezembro de 2021.

As linhas de crédito e as moratórias contribuíram para um crescimento da carteira de crédito, em 2020, assim invertendo a tendência dos últimos anos. No entanto, os níveis de endividamento

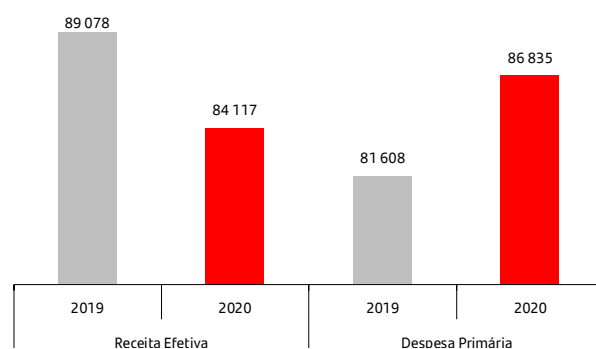
permanecem abaixo dos máximos de 2012. A setembro de 2020, o endividamento das empresas situava-se em 129% do PIB e o das famílias em 69%.

A dívida pública também reverteu a tendência dos últimos anos, subindo para 134% do PIB, refletindo o regresso do saldo orçamental a uma situação de défice, em 5,6% do PIB.

Esta evolução reflete o funcionamento dos estabilizadores automáticos e as medidas discricionárias de apoio à economia (como o *layoff* simplificado e o apoio à retoma da atividade, por exemplo), e ainda os encargos com o sistema de saúde, decorrentes da urgência sanitária.

A informação, na ótica de caixa, revela os impactos da pandemia. A receita caiu 5,6%, enquanto a despesa corrente primária aumentou 6,4%.

Evolução Receita Efetiva e da Despesa Primária (mil milhões)

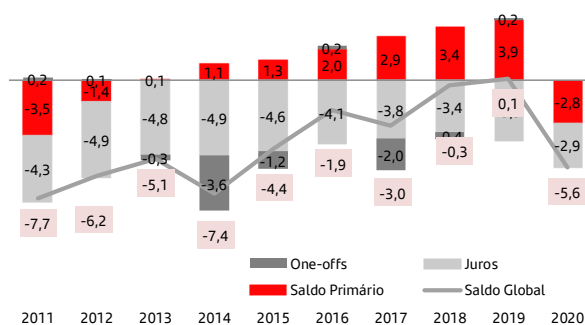


Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa3 (positivo), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB –high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior.

A *yield* dos 10 anos, a 15 de fevereiro de 2021, situava-se em 0,15%, correspondendo a um diferencial de 53 p.b. face à Alemanha.

Evolução do Saldo Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro manteve o regular acesso aos mercados, num quadro de maiores necessidades de financiamento, fruto da pandemia. O financiamento esteve concentrado em Obrigações do Tesouro, beneficiando da intervenção do BCE, com os seus programas de aquisição de ativos financeiros.

Os produtos de retalho registaram um crescimento, mas moderado, com um aumento líquido de 200 milhões em certificados de aforro e de 500 milhões em certificados do tesouro, o que revela a capacidade do Tesouro em reter os certificados que venceram ao longo do ano.

As famílias, no quadro de aumento da poupança em 2020, além das aplicações em produtos de aforro do Estado também reforçaram os depósitos bancários, em 11,6 mil milhões de euros, para 161 mil milhões. Também as empresas reforçaram os depósitos, em 7,8 mil milhões de euros. O crédito cresceu também, em 7 mil milhões, em grande medida devido às linhas com garantia do Estado, criadas no quadro das medidas de apoio à economia.

Evolução do Sector Segurador em Portugal

O ano 2020 ficou marcado pela pandemia resultante do COVID-19 que trouxe grandes desafios ao setor segurador, com impacto em ativos, passivos e também na criação de novo negócio. As condicionantes e restrições impostas pelas autoridades nacionais para combater a pandemia têm causado um impacto relevante na atividade económica.

De acordo com o Relatório de Evolução da Atividade Seguradora Quarto Trimestre 2020 elaborado pela ASF, os dados reportados pelas companhias de seguros até ao final de 2020, revelam que, em termos globais, a produção total de Vida e não Vida de Seguro Direto teve uma diminuição de 18,5% em relação a 2019, sendo este decréscimo justificado pela redução de 34,6% na produção do ramo Vida, tendência que já vinha a ser observada antes do início da pandemia. O volume global da produção de seguro direto do sector segurador português foi de 9,9 mil milhões de euros, contra os 12,2 mil milhões de euros registados no ano anterior. Pela primeira vez nos últimos 5 anos o montante de prémios de seguro direto de não vida (5,4 mil milhões de euros em 2020) é superior ao montante de prémios de seguros direto de Vida (4,6 mil milhões de euros em 2020).

Para este decréscimo foi relevante a diminuição verificada nos seguros de vida não ligados, e em particular nos produtos de poupança reforma (PPR), compensado por um incremento de 12,1% na produção dos produtos Vida ligados face ao ano anterior. Em sentido oposto encontram-se os ramos não vida, onde se observa um aumento da produção de 3,1%.

Desta forma observa-se que o ramo Vida em 2019 e 2020 perdeu peso no total de prémios do mercado, fruto do cenário de redução de taxas de juro a que se assiste há vários anos e que em 2020 se agrava com a pandemia.

Em 2019 o Ramo Vida representou 46,0% do volume global da produção de seguro direto do sector segurador português, quando no período 2016 a 2018 esse valor rondou os 61-62%, representando o Ramo não Vida os restantes 54,0%.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Ramos

(em milhões de euros)	2016	2017	2018	2019	2020	Δ
Vida	6.677	7.089	8.123	6.994	4.574	-34,6%
<i>Peso de Vida no total da produção do mercado</i>	61%	61%	63%	57%	46%	
Seguro de Vida	4.991	4.900	6.355	5.285	2.664	-49,6%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1.686	2.187	1.767	1.704	1.910	+12,1%
Operações de Capitalização	0	1	1	5	0	-100,0%
Não Vida	4.194	4.494	4.825	5.209	5.371	+3,1%
<i>Peso de Vida no total da produção do mercado</i>	39%	39%	37%	43%	54%	
Acidentes e Doença	1.318	1.632	1.789	1.962	2.029	+3,4%
Acidentes de trabalho	624	705	801	895	906	+1,2%
Doença	694	751	807	876	951	+8,5%
Acidentes (outros)	164	175	182	191	173	-9,6%
Incêndio e Outros Danos	779	804	848	906	947	+4,5%
Automóvel	1.522	1.610	1.719	1.838	1.880	+2,3%
Marítimo e Transportes	25	26	25	27	25	-4,7%
Aéreo	6	7	7	9	10	+18,0%
Mercadorias Transportadas	22	21	21	21	19	-6,4%
Responsabilidade Civil Geral	116	127	131	143	148	+3,7%
Diversos	243	266	284	304	311	+2,3%
Total	10.872	11.582	12.948	12.203	9.944	-18,5%

Nota: Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e prestação de serviço

Fonte: Relatório de Evolução da Atividade Seguradora Quarto Trimestre 2020; Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Observando o detalhe da produção da Associação Portuguesa de Seguradores repartido entre seguros Vida Risco e seguros financeiros não *unit-linked* e *unit-linked* observa-se que a produção de seguros de Vida Risco mantém estável em relação ao ano anterior, a produção de *unit-linked* cresce significativamente em relação ao ano anterior, mas a produção de seguros não *unit-linked* volta a registar uma quebra significativa, caindo para menos de metade do valor registado no ano anterior.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Produto

(em milhões de euros)	2016	2017	2018	2019	2020
Risco Vida	965	958	980	983	994
<i>Varição YOY</i>	+1,3%	-0,7%	+2,3%	+0,4%	+1,1%
Seguros não <i>unit-linked</i>	3.997	3.902	5.305	4.240	1.616
<i>Varição YOY</i>	-27,5%	-2,4%	+35,9%	-20,1%	-61,9%
Seguros <i>unit-linked</i>	1.695	2.165	1.772	1.705	1.910
<i>Varição YOY</i>	-21,2%	+27,7%	-18,2%	-3,8%	+12,0%
Total	6.657	7.026	8.057	6.929	4.520
<i>Varição YOY</i>	+1,3%	-0,7%	+2,3%	+0,4%	+1,1%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Segundo o relatório "Produção de Seguro Direto (valores provisórios) 2020" publicado pela ASF, a STS ocupa o 4º lugar no ranking de Produção de Seguro Direto do Mercado* - Atividade em Portugal e Estrangeiro Vida com uma quota de 9,3%, sendo que no segmento de Vida Ligados em atividade em Portugal onde se pretende posicionar ocupa o 4º lugar do ranking com uma produção acumulada em 2020 de 350,3 milhões de euros e uma quota de 18,3%.

De acordo com o Relatório de Evolução da Atividade Seguradora elaborado pela ASF, relativo ao fecho do 4º trimestre de 2020 e publicado pela ASF em Fevereiro de 2021, os Custos com Sinistros do Ramo Vida tiveram por sua vez um acréscimo de 26,4% no valor acumulado do ano no final do quarto trimestre de 2020 face ao período homólogo. Esta evolução é explicada pela saída de contratos por vencimento cujo peso no total de sinistros foi de cerca de 52%. Os resgates acumulados apresentaram uma diminuição de 5,6% em relação aos valores acumulados no final de 2019, tendo representado 37,6% dos Custos com Sinistros acumulados ano desse período.

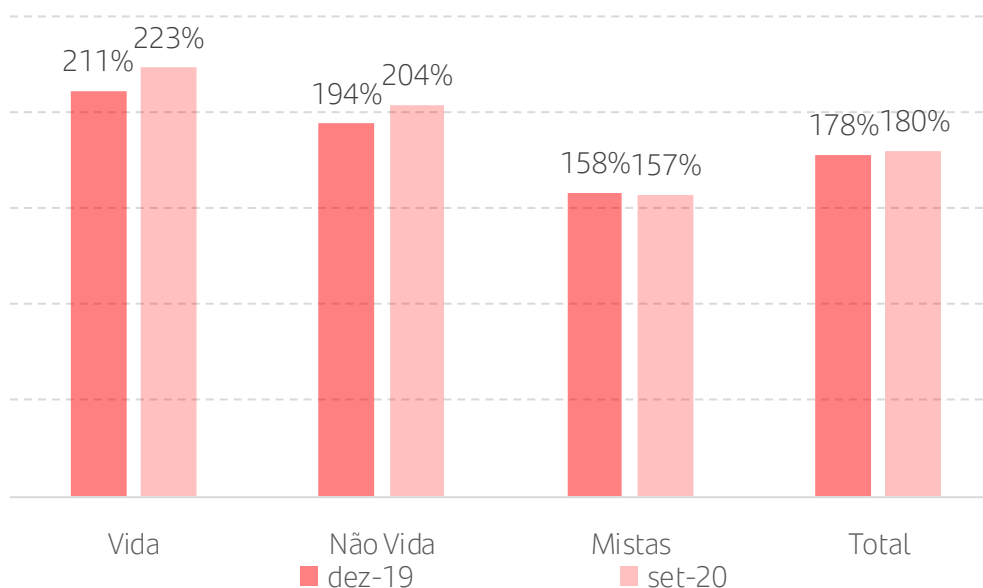
No final do quarto trimestre de 2020, o valor das Carteiras de Investimento das empresas de seguros totalizaram 51,4 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,9% face ao final do ano anterior. Esta evolução resultou essencialmente do decréscimo na exposição a obrigações de dívida pública e em numerário e depósitos.

O volume de Provisões Técnicas foi de 44,1 mil milhões de euros, tendo sido observado um decréscimo de 5,2% face ao final de 2019. As Provisões Técnicas afetas a seguros PPR ascendiam a cerca de 17,4 mil milhões de euros, valor que representa uma redução de 6,3% em relação ao final do ano anterior.

A pandemia de COVID-19 teve impactos significativos no setor segurador, sendo possível observar correções negativas das valorizações das carteiras de investimento com o pico em março de 2020, observando-se a partir dessa data uma recuperação global. Por outro lado, observou-se um aumento do valor das responsabilidades das companhias de seguros em consequência da diminuição dos referenciais de taxas de desconto.

Importa realçar que os rácios de cobertura do SCR total e de vida, em setembro de 2020, situaram-se em 180% e 223%, respectivamente refletindo uma variação de menos 2 e um incremento de mais 12 pontos percentuais, respetivamente, relativamente ao final de 2019.

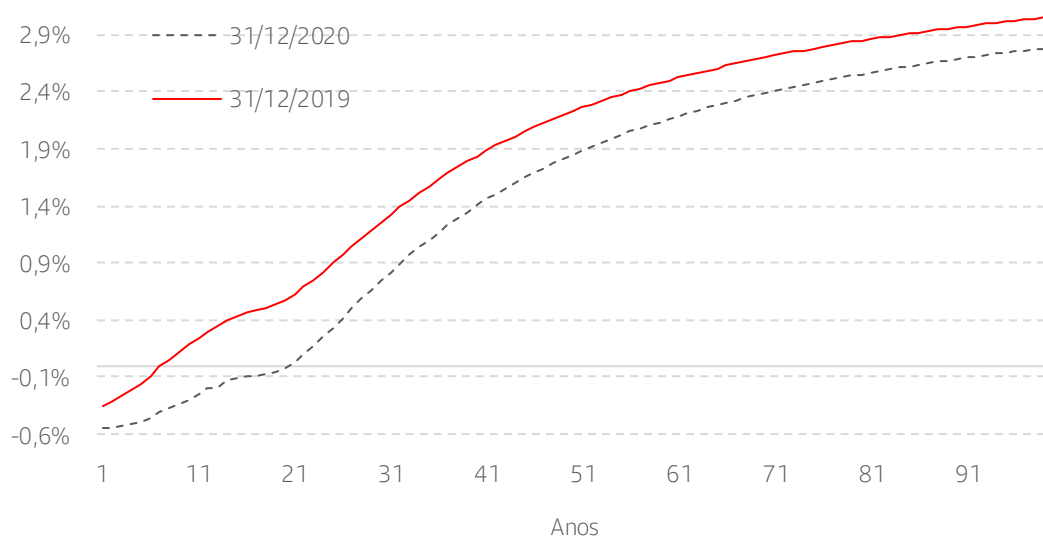
Evolução do rácio de cobertura do SCR por Fundos Próprio do mercado



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

A destacar o decréscimo significativo da estrutura temporal de taxas de juro sem risco (RFR), quando comparado com 31 de dezembro de 2019, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

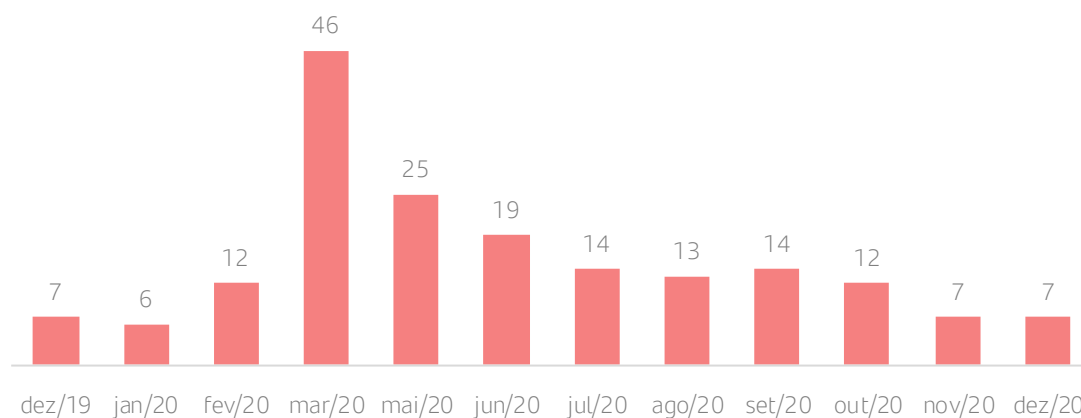
Evolução da Taxa de Juro sem Risco com Ajustamento de Volatilidade



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

Adicionalmente o valor do ajuste de volatilidade foi significativamente mais alto entre 24 de abril e 12 de Maio de 2020, período durante o qual foram observadas maiores oscilações nos mercados, o que permitiu assim amenizar o impacto da descida da estrutura temporal das taxas de juro sem risco nesse período. No final de 2020 foi retomada a normalidade observando-se um decréscimo no valor do ajuste de volatilidade, aproximando-se este do valor registado no final de 2019.

Evolução do Ajustamento de Volatilidade em 2020



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

Atividade da Santander Totta Seguros em 2020

Introdução

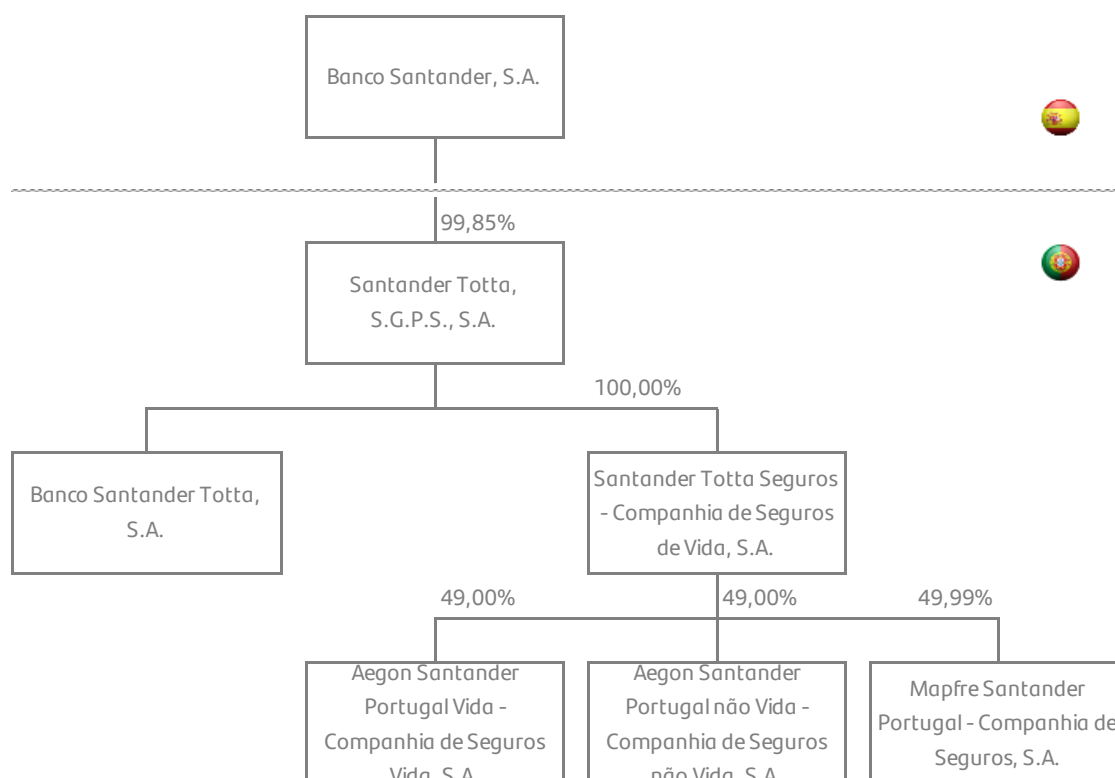
A Santander Totta Seguros foi constituída a 19 de março de 2001, e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do Ramo Vida, para a qual tem a devida autorização da ASF. Em 2007, a Sociedade obteve autorização para operar no Ramo Não Vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015. A Santander Totta Seguros encontra-se sediada na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

O Capital Social da Santander Totta Seguros é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta S.G.P.S., S.A., a qual era até 28 de dezembro de 2020, diretamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detinha uma percentagem de 99,85%. Por sua vez a Sociedade Santusa era parcialmente detida em 69,76% pelo Banco Santander, S.A. que, assim, era, indiretamente dominante do Banco Santander Totta, S.A. e da Santander Totta Seguros. No dia 28 de Dezembro de 2020, foi realizada uma transmissão intragrupo da totalidade da participação direta detida pela Santusa na Santander Totta SGPS a favor do Banco Santander SA, pelo que a participação acionista da Santander Totta SGPS SA por parte do Banco Santander SA se tornou direta a partir daquela data, mantendo-se por isso, indiretamente dominante do Banco Santander Totta, S.A. e da Santander Totta Seguros.

As ações representativas do Capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros. Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, não existem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.”

A Santander Totta Seguros detém participações em outras 3 seguradoras: a Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida ambas detidas a 49% e a Mapfre Santander, detida a 49,99%.

Estrutura de Participações Financeiras a 31 de dezembro de 2020



A 19 de julho de 2012, foi celebrado um acordo de resseguro ("Sella") com a Abbey Life Assurance filial do Deutsche Bank. No âmbito do acordo, a Santander Totta Seguros cedeu 100% do risco da carteira Vida em vigor a 30 de junho de 2012. O Sella produziu efeitos económicos a 1 de abril de 2012, não ocorrendo qualquer alteração da relação comercial com os clientes, nem nos produtos contratados. Associado a este Tratado de Resseguro, existe um acordo de retrocessão, por parte da Abbey Life, a 100% com a Canada Life.

No final de 2014, e no âmbito da parceria e aliança estratégica existente entre o Grupo Santander e a Aegon Spain Holding B.V., a Santander Totta Seguros recebeu autorização da ASF para a constituição de duas seguradoras: Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida. Neste contexto, no final de 2014 a Santander Totta Seguros vendeu 51% de cada uma das seguradoras ao Grupo Aegon.

A Aegon Santander Vida e a Aegon Santander Não Vida são Sociedades anónimas constituídas ambas a 16 de dezembro de 2014, tendo a primeira tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Vida e a segunda como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida. Ambas as empresas têm a sua sede social na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros incorporou por fusão a Eurovida, com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida. Desta forma, a Santander Totta Seguros recebeu a atividade de gestão de Fundos de Pensões e passou a deter 100% da Popular Seguros. A Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A é uma Sociedade anónima constituída em 30 de agosto de 2006 e tem como objeto exclusivo o

exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida. A Empresa iniciou a comercialização dos seus produtos em outubro de 2006 e tem a sua sede na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 em Lisboa.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano de 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio Vida Risco da Eurovida, à Aegon Santander Vida, e da venda do ramo autónomo de negócio de seguros do Ramo Não Vida da Popular Seguros (totalmente detida pela Santander Totta Seguros), à Aegon Santander Não Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (Alliance and Shareholders Agreement) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Assim, no dia 21 de dezembro de 2018, a Santander Totta Seguros assinou adendas aos contratos existentes. O *closing* (execução dos contratos) das operações ocorreu ainda durante o ano de 2019 com a migração das apólices vendidas da plataforma tecnológica da ex-Eurovida e Popular Seguros para a plataforma tecnológica da Aegon Santander Portugal Vida e não Vida, respectivamente.

No dia 13 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da ASF deliberou não se opor à aquisição, pela Mapfre Seguros Gerais, da participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A., e autorizou a transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida.

Assim, a 14 de outubro de 2020, decorrente da *joint-venture* criada entre a Seguradora Mapfre Seguros e o Grupo Santander, a Mapfre Seguros Gerais, S.A. passou a deter uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., mantendo a Santander Totta Seguros, a propriedade do capital social remanescente, i.e. de 49,99%. Nesse mesmo dia foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (“Mapfre Santander”).

Enquanto grupo segurador, a Santander Totta Seguros continua a desenvolver toda a gama de produtos de Risco Vida e não Vida, orientada a complementar a oferta de seguros do seu mediador Banco Santander Totta, através das suas 3 participadas e com parcerias com parceiros estratégicos com expertise nestes negócios.

A construção das parcerias anteriormente referidas e a opção pelo desenvolvimento dos negócios de Risco Vida e não Vida através das suas participadas em conjunto com um parceiro estratégico de seguros, levaram à redefinição da estratégia individual da Santander Totta Seguros.

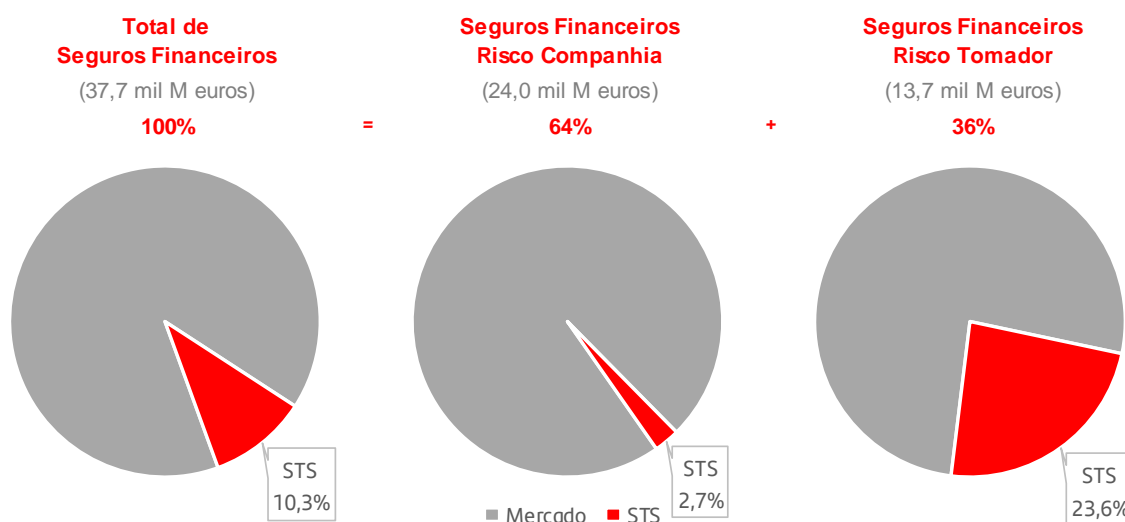
Individualmente a companhia tendencialmente especializará a sua atividade no desenvolvimento, alargamento e diversificação da sua oferta de produtos orientada à satisfação das necessidades de poupança a médio e longo prazo e da reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais que aumentam o valor acrescentado e percebido da sua oferta, e de planeamento

financeiros das famílias e empresas, dotando o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

A Santander Totta Seguros mantém ainda uma carteira de Vida Risco que se encontra sem nova produção, dada a alteração do perímetro de atuação ocorrida em 31 de Dezembro de 2014, após transferência para a Aegon Santander Vida, à luz da parceria com a Aegon, da carteira subscrita a partir de 1 de Julho 2012 e do novo negócio de vida risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

Atividade Comercial

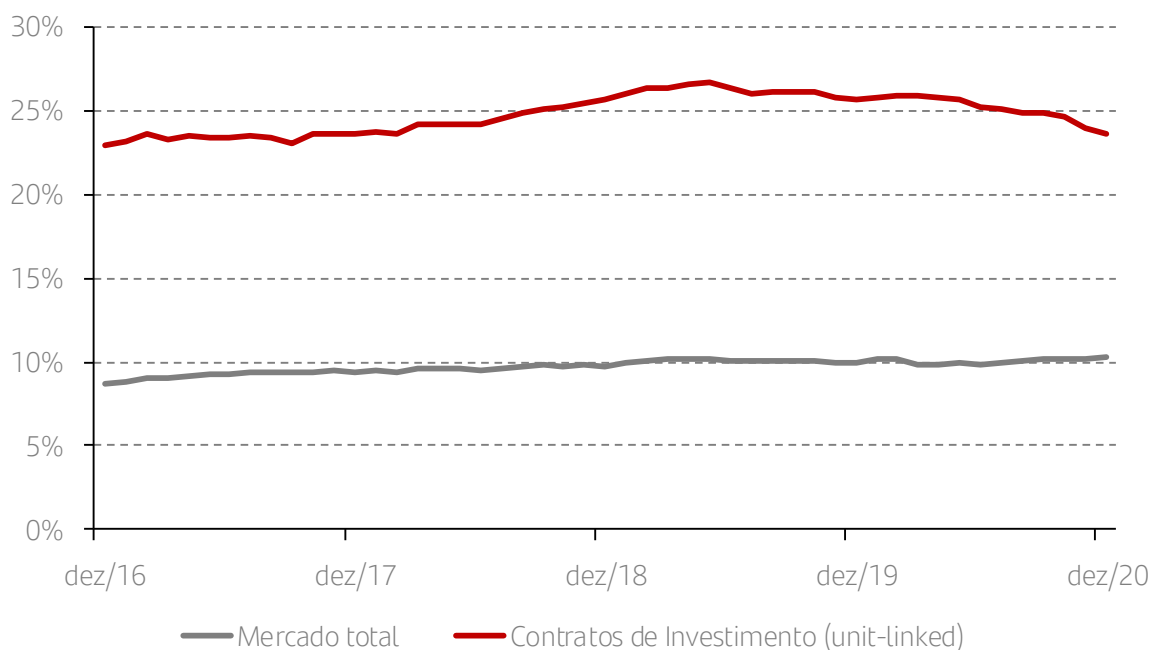
Em 2020, e enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros, manteve-se o foco em Seguros Financeiros, essencialmente contratos de investimento (*unit-linked* / risco tomador), dando continuidade ao crescimento e consolidação a níveis elevados da quota de mercado neste segmento específico de seguros alcançando um posicionamento impar face à concorrência, especialmente se tomarmos em conta o cenário de muito baixas taxas de juro, que se prevê não se altere significativamente nos próximos anos.



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Este foco no segmento de produtos *unit-linked* permitiu consolidar a quota de mercado em carteira que nos últimos 5 anos representa aproximadamente um quarto do mercado total no segmento específico de *unit-linked*, o mercado alvo da Santander Totta Seguros. A quota de mercado total subiu ligeiramente acima dos 10%.

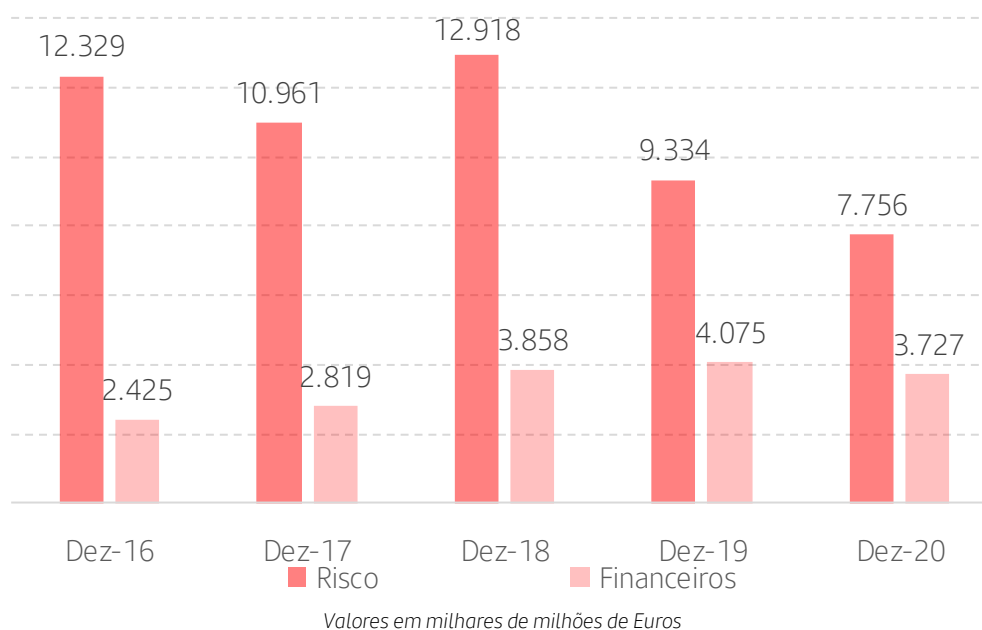
Evolução da Quota de Mercado em Provisões Matemáticas de Seguros Financeiros



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Os Capitais Seguros de seguros financeiros decresceram 8,5% em relação a 2019, enquanto que, os capitais seguros da carteira de Risco Vida se contraíram 19% ao longo do ano 2020 por efeito do *run-off* da carteira de Risco Vida e pela venda da carteira remanescente de Risco Vida da ex-Eurovida.

Evolução dos Capitais Seguros de Vida Risco e Financeiros

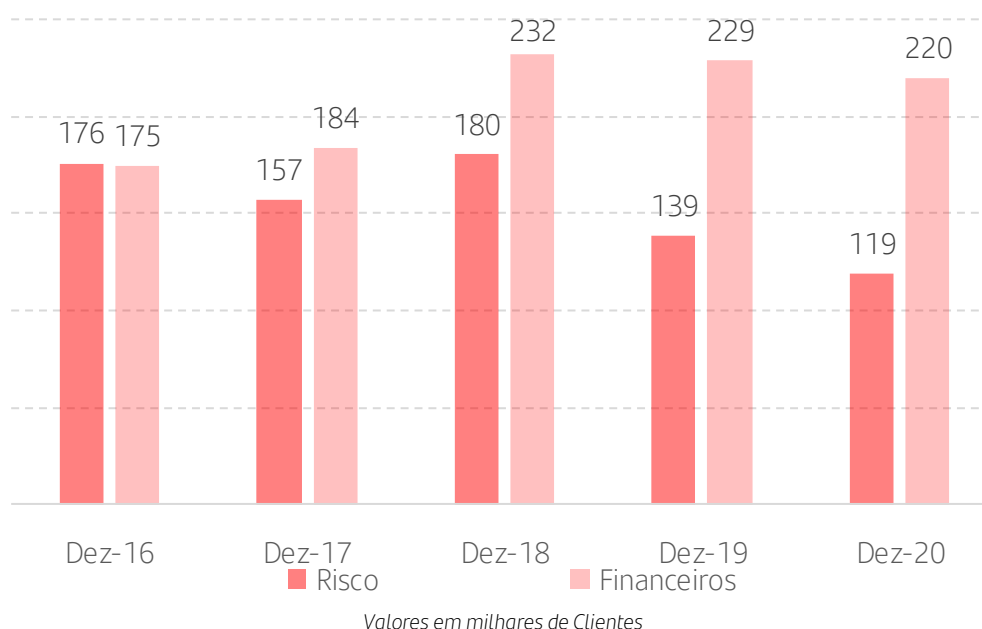


Para o decréscimo dos Capitais Seguros de seguros financeiros contribuíram os elevados vencimentos de produtos a termo certo, que, no atual contexto de taxas de juro, não têm tido, no seu

vencimento, produtos equivalentes para a sua renovação e novas colocações. A inexistência de ativos de bom risco, a prazos longos e com taxas de rentabilidade interessantes e atrativas impossibilitaram a emissão de novos produtos com estas características, produtos estes que historicamente têm revelado uma elevada apetência e procura por parte dos clientes.

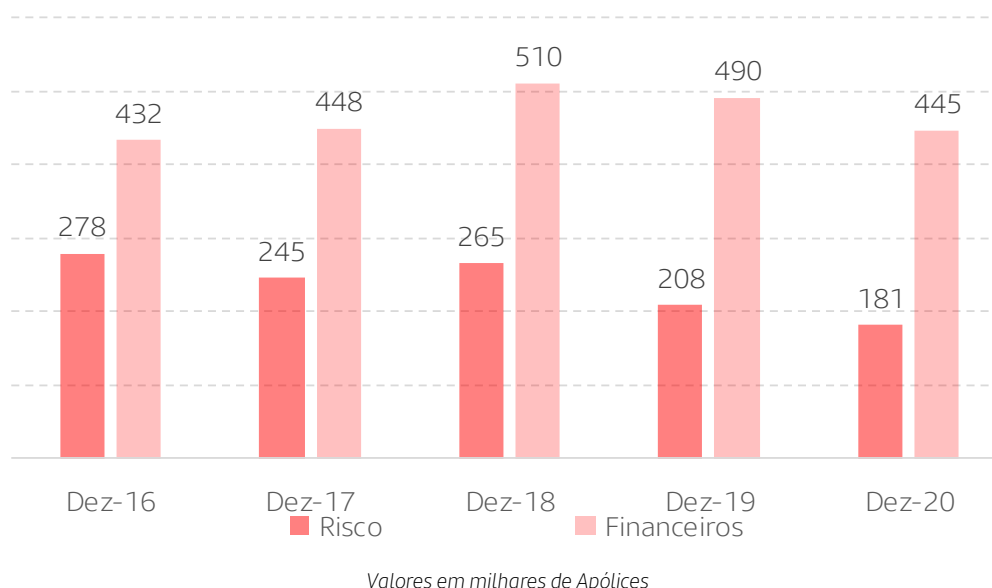
Considerando a atividade de seguro direto, a Santander Totta Seguros termina o ano 2020 com um total de 339 mil clientes (contra 367 mil clientes em 2019) e 626 mil apólices em vigor (contra 698 mil apólices em 2019),

Número de Clientes com Seguros de Vida Risco e Financeiros



O vencimento dos produtos a termo certo explicam em grande parte a queda de cerca de 3,8% do número de clientes (cerca de 9 mil). No entanto a estratégia de diversificação da oferta de seguros financeiros da Companhia, nomeadamente o assinalável êxito de colocação em 2020 do Seguro Financeiro Master (lançado no último trimestre de 2019) produto multi-fundos para o segmento de Private Banking, permitiu mitigar substancialmente o efeito de queda de volumes provocado pelos vencimentos.

Número de Apólices de Seguros de Vida Risco e Financeiros



Atividade e Resultados

O valor dos prémios emitidos pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2020 o montante de 451,6 milhões de euros representando uma diminuição de -32,8% relativamente ao ano anterior. Esta redução é justificada pela crise originada pela pandemia, sendo observável uma quebra significativa na produção entre março e maio de 2020, sendo restabelecida nos meses seguintes para níveis próximos dos verificados no ano anterior.

Prémios emitidos e contribuições

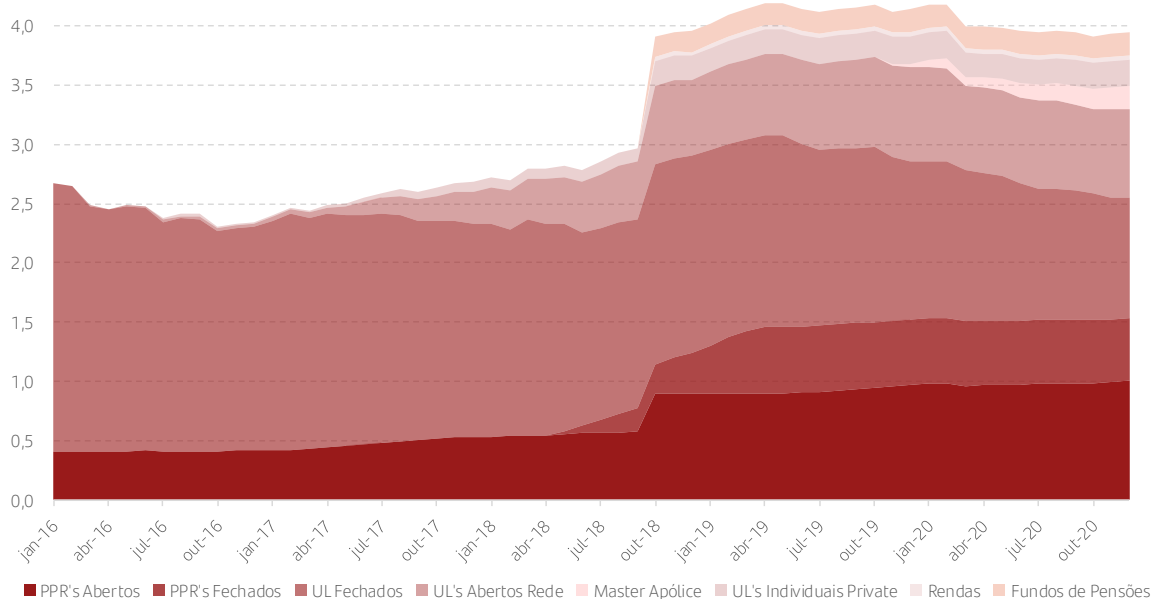
(em milhões de euros)	2018	2019	2020	Var. %
Contratos de Seguros	173,7	117,7	98,7	-16,1%
Seguros de Vida Risco	95,8	85,9	70,4	-18,0%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	9,3	7,4	6,5	-12,2%
PPR/E	68,6	24,4	21,8	-10,7%
Contratos de Investimento	821,7	554,8	352,9	-36,4%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	449,3	250,4	288,3	+15,1%
PPR/E	372,4	304,4	64,6	-78,8%
Total	995,4	672,6	451,6	-32,8%

O volume de prémios da atividade de risco, em 2020, atingiu os 70,4 milhões de euros o que, representa uma diminuição de 18,0% em relação a 2019. A esta redução está associada, para além do *run-off* normal das carteiras de Risco Vida, a venda de parte da carteira de Risco Vida da ex-Eurovida em Outubro 2019 e da restante carteira no início de julho de 2020.

A emissão de produtos financeiros ao longo do ano alcançou prémios totais emitidos no valor de 444,2 milhões de euros, na sua quase totalidade em seguros *Unit-Linked*. Nos seguros financeiros a Companhia promoveu, em estreita colaboração com o mediador Banco Santander Totta, a continuação da diversificação da sua oferta, respondendo por um lado a um enquadramento de baixas taxas de juro, e por outro, à necessidade de dotar a Seguradora de uma oferta completa e universal para servir os diferentes segmentos de clientes do mediador, criando simultaneamente as bases de sustentabilidade para o crescimento futuro do negócio e focando-se na sua missão de ser o veículo privilegiado da poupança a médio e longo prazo e da reforma dentro do grupo Santander em Portugal.

O referido foco em seguros financeiros levou ao desenvolvimento de uma oferta diversificada de novas linhas de produtos durante os últimos 3 anos. A Santander Totta Seguros passou no final de 2016 de uma oferta dois produtos (PPRs e *Unit-Linked* a termo certo) com uma carteira pouco superior a 2 mil milhões de euros para uma oferta mais diversificada, composta pela paleta de produtos representada no gráfico seguinte, e com uma carteira, incluindo Fundos de Pensões, de praticamente 4 mil milhões de euros.

Evolução da Carteira Seguros Financeiros por Produto



Valores em milhares de milhões de Euros

Esta alteração estratégica levada a cabo desde 2016 permite que actualmente menos de 1/3 da carteira, incluindo Fundos de Pensões, seja constituída por produtos com vencimento certo face a uma percentagem de quase 90% há 8 anos. Desta forma a carteira apresenta níveis de

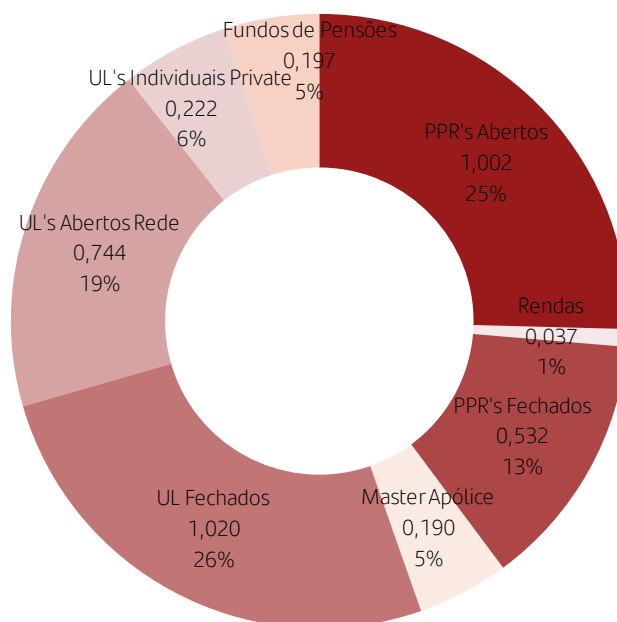
sustentabilidade muito superiores, e com bases bastante mais sólidas para o seu crescimento Assim o esforço comercial pode centrar-se no crescimento dos prémios líquidos, sem o ónus permanente de elevadíssimos montantes de vencimentos que, a cada termo do produto, degradam o valor da carteira.

A carteira da Santander Totta Seguros (incluindo fundos de pensões) ascende a 4 mil milhões de euros, sendo a gama *unit-linked* a termo certo a com maior peso na carteira com um valor superior a 4/5 desta. A gama *unit-linked* Aberto, que há 4 anos não tinha qualquer expressão entre os produtos da companhia, representa hoje 20% do total da carteira de seguros financeiros e Fundos de Pensões, colocados em clientes.

A gama de *unit-linked* Abertos composta pelo Seguro Financeiro Equilibrado e pelo Seguro Financeiro Ações Crescimento destinados aos segmentos *Mass Market* e *Affluent*, o segmento que representa o maior volume sob gestão com cerca de 650 milhões de euros no final do ano, tiveram o seu ritmo de colocação limitado pelo primeiro impacto da pandemia Covid-19, sendo que a partir de Março registaram pouco volume de novas subscrições líquidas contrastando com o forte ano de 2019.

De facto o motor de crescimento em termos de novas subscrições líquidas foi claramente o Seguro Financeiro Master Apólice tendo a carteira incrementado em 2020 cerca de 175 milhões de euros.

Lançado em 2019 em colaboração estreita com o mediador e em especial a área de Private Banking, a Marter Apólice é uma apólice multi-fundos, que permite aos clientes gerirem os seus investimentos a cada momento sob uma apólice única, potenciando a gestão de "ciclo de vida". Foram adicionados dois novos fundos/perfis de investimento relativamente à oferta inicial que dispunha de apenas 3 fundos/perfis disponíveis, estando previsto para 2021 adicionar novos fundos "temáticos" ao portfólio incrementando as possibilidades de investimento. De facto o Seguro Financeiro Master Apólice foi, durante o ano 2020, o destacado contribuidor de subscrições líquidas.



A consolidação da oferta de Seguros PPR em formato *unit-linked* continuou a bom ritmo com o Seguro ConFORMA PPR a ser o principal destaque com um crescimento de volume de cerca de 70 milhões de euros. Realçamos ainda o lançamento no último trimestre do PPR Crescimento produto que visa complementar a gama até agora existente com um produto com maior exposição ao risco adequando a clientes mais propensos ao risco e/ou com idades mais baixas. Os clientes poderão assim gerir o seu investimento numa ótica de ciclo de vida/ciclo de investimento, utilizando a possibilidade legal de transferir o seu saldo entre os diferentes PPRs disponíveis adequando a cada momento o grau de risco que desejem correr.

Estas iniciativas permitiram consolidar a posição dominante no mercado nacional com uma quota de mercado de carteira de produtos *unit-linked* que vale aproximadamente 24% do mercado.

Em simultâneo durante o ano de 2020 e enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros de se especializar na poupança a médio e longo prazo e na reforma, e com o objectivo de dotar o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos, procedeu-se ao desenvolvimento final de uma oferta de Planos de Pensões que permitirá colmatar um gap existente atualmente na oferta e que se encaixa na linha estratégia de desenvolvimento da companhia.

O desenho e implementação processual e tecnológica consubstanciou uma mobilização e esforço conjunto de várias equipas da Companhia e do Banco Santander em Portugal. A oferta desenhada e em comercialização a partir do final do ano concretiza-se em planos de contribuição definida e de adesão coletiva a (numa primeira fase) 3 fundos de pensões abertos, permitindo, entre outras, uma gestão do investimento na ótica do "ciclo-de-vida" e o acesso de forma eficiente, personalizável e escalável por pequenas, médias e grandes empresas

De facto a companhia esteve já envolvida nalgumas propostas de transferências de planos de pensões e estima-se que em 2021 se venham a concretizar as primeiras subscrições na gama Eurovalor – 3 fundos de pensões de comercialização conjunta – bem como a concretização de algumas transferências de planos de pensões fechados.

Resultados

Principais Rúbricas da Demonstração de Resultados

(em milhões de euros)	2018	2019	2020	Var. %
Margem Técnica	72,7	70,1	60,2	-14,2%
Comissões a Mediadores	52,5	47,9	41,4	-13,6%
Resultado Técnico	20,2	22,2	18,8	-15,4%
Custos	13,7	13,1	11,8	-10,3%
Resultado não Técnico	15,0	21,9	21,1	-3,5%
Resultado Antes Impostos	21,5	30,9	28,1	-9,2%
Resultado Líquido	17,8	25,5	26,9	+5,3%

A Margem Técnica reduziu-se 14,2% em relação a 2019 por efeito do *run-off* da carteira de Vida Risco, reforçada pela venda, em Outubro de 2019 e Julho de 2020 da carteira da ex-Eurovida.

O total de Comissões a pagar a Mediadores em 2020 foi de 41,4 milhões de euros diminuindo de 13,6% relativamente ao ano transato, pelos mesmos efeitos que justificaram o decréscimo da Margem Técnica.

Da mesma forma e em linha com a evolução quer da Margem Técnica quer das Comissões a entregar a Mediadores, o Resultado Técnico em 2020 foi de 18,8 milhões de euros o que representou uma diminuição de 15,4% em relação a 2019.

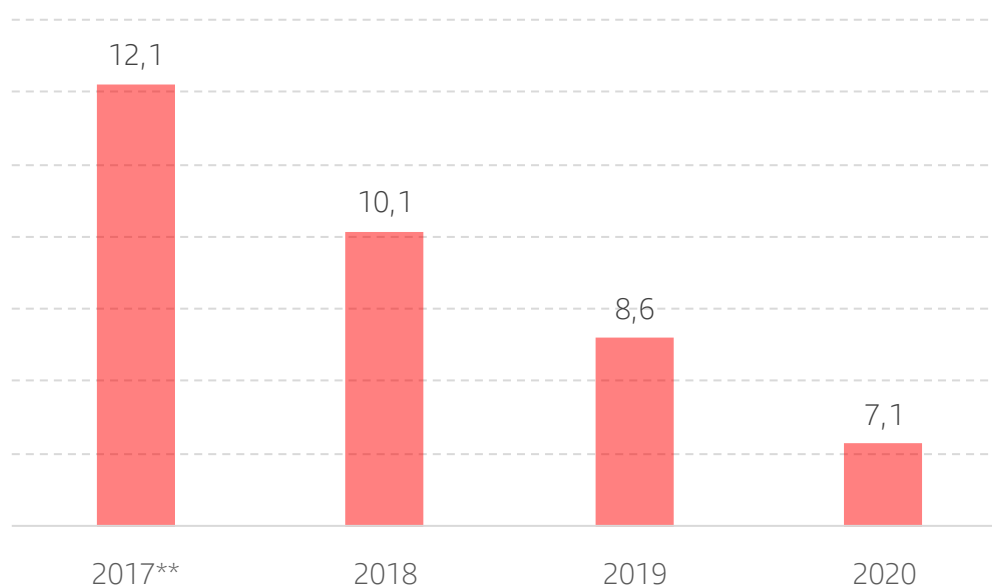
Os Custos Totais da Santander Totta Seguros reduziram-se 10,3% em relação ao ano anterior com um decréscimo de 16,9% nos Custos Operacionais essencialmente resultado da consolidação do processo de integração da ex-Eurovida. Os Outros Custos Variáveis registam um crescimento de 2,2% resultam essencialmente do aumento das comissões a pagar à Santander Asset Management pelo serviço de gestão de carteiras.

Evolução dos Custos Totais

(em milhões de euros)	2018	2019	2020	Var. %
Custos Operacionais	10,1	8,6	7,1	-16,9%
Custos pessoal	4,1	3,5	2,5	-29,5%
FSE's	5,5	4,7	4,3	-9,2%
Amortizações	0,5	0,4	0,4	+6,6%
Outros Custos Variáveis	3,6	4,5	4,6	+2,2%
Impostos	0,5	0,3	0,2	-34,7%
Comissões de Gestão de Carteira e Outros	3,1	4,2	4,4	+5,2%
Total	13,7	13,1	11,8	-10,3%

Com a alienação das carteiras restantes de Vida Risco da ex-Eurovida em julho de 2020 ficou concluído o processo de integração da ex-Eurovida, em linha com o estabelecido no Plano Estratégico da Santander Totta Seguros. De acordo com este plano, e excluindo os custos que ainda suportou relativos à actividade da ex-Eurovida, em 2020 a Santander Totta Seguros registou já um nível de custos semelhante ao que tinha em 2017 antes da fusão, apesar de actualmente ter uma carteira substancialmente superior, quer por efeito do crescimento comercial registado quer por efeito da integração das carteiras de seguros financeiros da ex-Eurovida, para além de novos produtos como são Fundos de Pensões, novos requisitos regulamentares fruto do negócio recebido da ex-Eurovida.

Evolução dos Custos Operacionais*



* Custos com Pessoal + Fornecimentos e Serviços Externos + Amortizações

** Custos operacionais agregados da Santander Totta Seguros e da ex-Eurovida

O Resultado não Técnico regista os dividendos recebidos da Aegon Santander Vida e não Vida e o impacto da conclusão da operação de venda da carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida e de uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. pela Mapfre.

Como corolário dos movimentos anteriores a Santander Totta Seguros atingiu um Resultado Antes de Impostos de 28,1 milhões de euros e um Resultado Líquido de 26,9 milhões de euros, o que representa um incremento de 5,3% sobre o valor registado em 2019.

Balanço

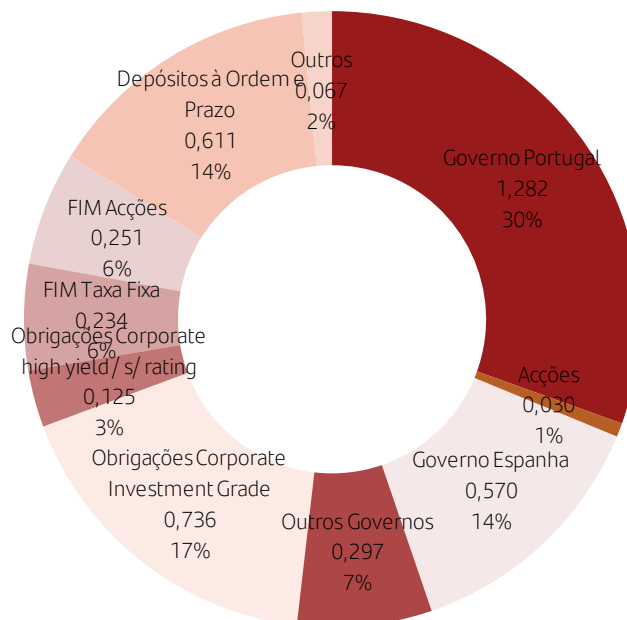
O Ativo Líquido da Santander Totta Seguros em 31 de dezembro de 2019 era de 4.224 milhões de euros representando uma redução de 3,8% face ao ano anterior o qual decorre fundamentalmente do redução da carteira de seguros financeiros, do *run-off* da carteira de Vida Risco e venda da carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida, para além de alienação de uma participação de 50,01% no capital da Popular Seguros.

Principais Rúbricas do Balanço

<i>(milhões de euros, excepto %)</i>	2018	2019	2020	Var. %
Ativo Líquido	4.177	4.390	4.224	-3,8%
Depósitos e activos Financeiros	4.094	4.331	4.165	-3,8%
Participações Financeiras	21,8	21,8	18,1	-17,2%
Provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de	3.913	4.181	3.996	-4,4%
Capital Próprio	110,9	140,9	170,5	+21,1%

O volume total de ativos financeiros geridos, excluindo participações financeiras, diminuiu 3,8% em relação a 2019 para os 4.165 milhões de euros, mantendo-se a política de investimentos e os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos.

Carteira de Ativos Financeiros por Tipo de ativo*



*excluindo carteiras de gestão externa ao Grupo Santander

A rubrica de participações financeiras no valor de 18,1 milhões de euros detalha-se em: (i) 14,3 milhões de euros relativos às participações de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida; e em (ii) 3,75 milhões de euros relativos à participação de 50,01% na ex-Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A., actualmente Mapfre Santander Portugal.

As Provisões Técnicas e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros totalizaram 3.996 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 contra 4.181 milhões de euros no ano anterior.

Em 2020 o Capital Próprio da Companhia totalizava 170,5 milhões de Euros, registando-se um aumento de 29,7 milhões de euros face a 2019, por efeito dos Resultados Líquidos gerados em 2020 e pela não distribuição de dividendos em 2020 relativamente ao exercício de 2019. Contribuiu ainda para a variação dos Capitais Próprios a variação positiva de 2,8 milhões de euros da Reserva de Reavaliação, líquida de impostos.

Gestão de Risco

A Sociedade dispõe de um Modelo de Gestão de Risco e Controlo Interno que define os princípios a seguir e que tem como principal objetivo a promoção de uma cultura de riscos e controlo que permita a identificação de oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e eficiência das práticas existentes.

O Modelo de Gestão de Risco que tem como objetivo definir os princípios a seguir na atividade de gestão de risco, no seu sentido mais amplo, juntamente com os aspetos funcionais e de governo, os

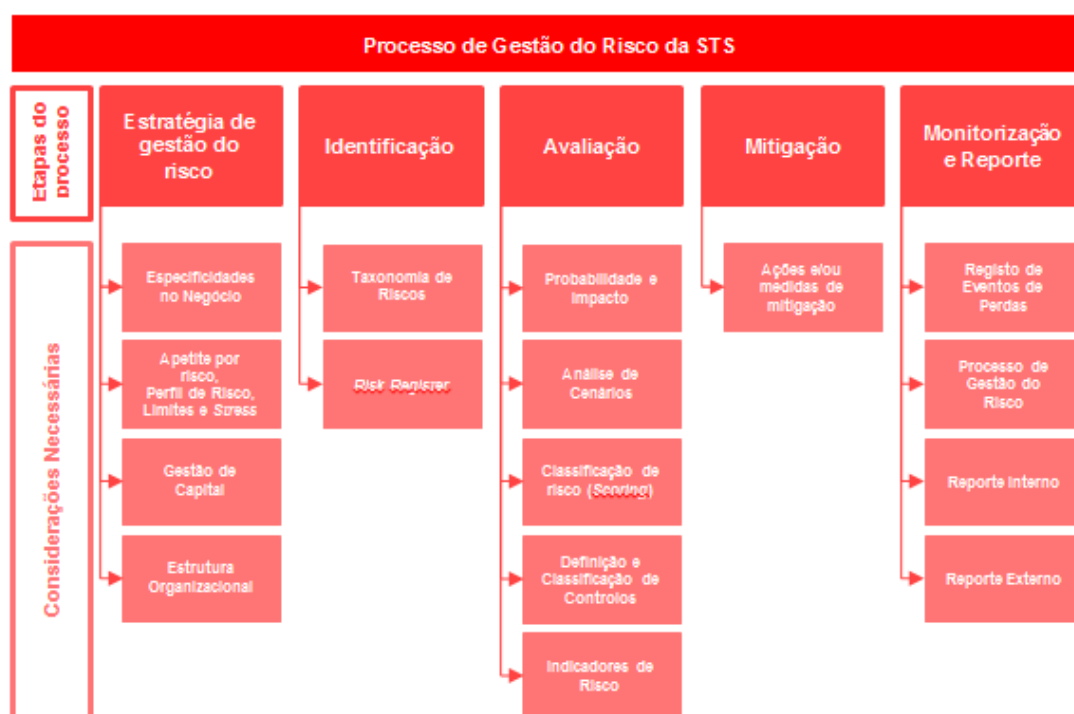
principais processos associados e os instrumentos que permitem o seu adequado desenvolvimento, seguimento e implementação. Este modelo estabelece linhas de ação comuns que servem como referência e padrão mínimo, enquanto consolida conceitos básicos de gestão.

Desta forma, e para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo dos principais indicadores de risco, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco, uma metodologia de Apetite por Risco seguida mensalmente no Comité de Riscos.

O Modelo de Gestão de Riscos contém as regras básicas aplicáveis à gestão e ao controlo dos riscos que afetam a atividade. O Modelo é aplicado na gestão dos diversos riscos identificados pela Sociedade.

A Sociedade segue uma Política de Gestão de Risco na qual estabelece, entre outros, um Processo de Gestão de Risco contínuo que procura alinhar a dimensão estratégica e operacional da gestão de risco e que pode ser esquematizado como se segue:

Processo de gestão do risco



O Processo de Gestão de Risco é composto por cinco etapas:

- **Estratégia de Gestão de Risco:** esta etapa desenvolve-se principalmente ao nível do Conselho de Administração e Diretores de topo, com parecer favorável do Comité de Riscos e está alinhada com a estratégia global da Sociedade.
- **Identificação de Riscos:** adequada e atempada identificação de riscos é um elemento fundamental na execução da estratégia de riscos, sendo esta uma responsabilidade de toda a Sociedade. Em linha com os princípios do Modelo de Gestão de Risco, a identificação dos riscos é efetuada

envolvendo todas as unidades orgânicas, podendo decorrer da sua atividade diária, de exercícios de autoavaliação prospetiva de riscos, *stress tests* e *back testing*, da realização de reuniões de trabalho sobre os processos ou de análises qualitativas e quantitativas acerca de eventos efetivos ou potenciais.

- **Avaliação:** após a identificação e catalogação dos riscos é essencial proceder à sua avaliação. Conforme referido no Modelo de Gestão de Risco, a avaliação do risco tem uma vocação eminentemente de antecipação, a fim de estimar a sua evolução em diferentes cenários e horizontes temporais. Assim, e sempre que possível, deverá procurar-se que a avaliação de riscos inclua uma quantificação ou medição de acordo com a Política de Gestão de Risco.
- **Mitigação:** estando os riscos devidamente identificados e avaliados, são conhecidas as suas causas (agentes) e efeitos (consequências), o que permite definir ações e medidas de prevenção ou correção das possíveis falhas detetadas. A priorização destas ações e medidas é determinada pela caracterização dos riscos, ou seja, quanto mais prejudicial ou maior o risco, mais rapidamente a situação deve ser corrigida. A Sociedade acompanha as ações e medidas de mitigação em curso para analisar a sua eficácia. Para tal, são estabelecidos indicadores que permitem avaliar os resultados alcançados após a implementação das ações/medidas de mitigação em curso. A eficácia deste acompanhamento é uma responsabilidade final do Conselho de Administração.
- **Monitorização e Reporte:** a monitorização e reporte permitem assegurar que as pessoas que dirigem a Sociedade, ou nela desempenham funções essenciais, têm em conta a Estratégia de Gestão do Risco, bem como as informações comunicadas no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos, no seu processo de tomada de decisão. A monitorização e reporte permitem ainda garantir que todos os riscos materiais a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta são controlados e se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira, de solvência e os interesses dos tomadores de seguros.

No âmbito da Gestão de Riscos, no decorrer do ano de 2020 foram mantidas as atividades essenciais entre as quais se destacam:

- Cálculo e reporte à ASF do SCR no âmbito dos Pilares I e III;
- Reporte do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR), de uma versão de síntese do Relatório Periódico de supervisão (RSR) à ASF de acordo com o estabelecido na legislação;
- Automatização do processo de Solvência com o objetivo de otimizar recursos, reduzir erros e falhas de execução e encurtar prazos de obtenção dos outputs do processo;
- Definição de um conjunto de indicadores de Gestão de Riscos, com limites e níveis de alerta;
- Submissão à ASF do pedido de aprovação para aplicação de um VA (ajuste de volatilidade) à estrutura temporal das taxas de juro sem risco temporário, nos termos da Norma Regulamentar nº5/2020 de 27 de maio da ASF, e posterior aprovação da ASF;

- Submissão à ASF do pedido de aprovação para aplicação de um VA (ajuste de volatilidade) à estrutura temporal das taxas de juro sem risco, no âmbito da Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, e posterior aprovação da ASF em 22 de dezembro de 2020.

Relativamente às participadas cada uma destas tem o seu próprio Modelo de Gestão de Risco, sendo que este é acompanhado pela STS através da participação nos Comitês de Risco de cada uma das empresas participadas.

Tolerância e Apetite por Risco

De forma geral, o Modelo de Apetite por Risco define o Perfil de Risco da Sociedade e faz parte do processo de definição e implementação da sua estratégia, bem como a determinação dos riscos assumidos em relação à sua capacidade de aceitação de risco. Desta forma, o Modelo de Apetite por Risco está alinhado com o plano de negócios, com o desenvolvimento da estratégia e com o planeamento de capital e de remuneração da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade desenvolveu um Modelo de Apetite por Risco que engloba um processo dinâmico de definição de objetivos, métricas e limites de Apetite por Risco da Sociedade, assim como mecanismos de implementação, monitorização e reporte. A formalização do Modelo de Apetite por Risco teve em vista facilitar a integração transversal do Apetite por Risco em toda a Sociedade, assim como:

- Reforçar e alargar a visibilidade da Administração da Sociedade sobre os seus principais riscos, de forma a que o processo de tomada de decisão tenha em conta a alocação dos riscos e a proteção dos resultados e do balanço;
- Melhorar a ligação da assunção de risco com as decisões de negócio, contribuindo para uma maior clareza do tipo de riscos a aceitar e alertando para inconsistências no Perfil de Risco ou na estratégia da Sociedade, potenciando a relação risco-retorno;
- Contribuir para o alinhamento contínuo entre o processo de tomada de decisão do dia-a-dia e a estratégia e objetivos de negócio de forma a torná-lo mais ágil e célere, clarificando a delegação de competências;
- Satisfazer expectativas dos *stakeholders* relevantes, requisitos regulamentares e proteger o Tomador de Seguro, Segurado ou Beneficiários tentando garantir que a exposição ao risco da Sociedade está limitada ao seu Apetite por Risco (ou seja, à exposição máxima ao risco que esta pode e quer assumir).

De forma a satisfazer estes objetivos, a Sociedade adotou um modelo de Apetite por Risco que compreende três fases apoiadas de forma transversal pela sua monitorização e reporte:

Modelo de Apetite por Risco



1. Objetivos Estratégicos e de Negócio

- Definição dos principais objetivos que se pretende cumprir com o apetite por risco, alinhando a estratégia de risco com estratégia de negócio

2. Métricas e Limites

- Definição das métricas quantitativas e/ou qualitativas a considerar para a avaliação das decisões de risco e formalização da declaração de Apetite por Risco
- Estabelecer a estrutura de limites de Apetite por Risco para cada métrica

3. Gestão de Capital e Negócio

- Analisar o cumprimento de limites e adequação de capital
- Integrar o Apetite por Risco na gestão do capital
- Avaliar as necessidades de ajuste de limites ou redefinição da estratégia de risco/negócio

Métricas e limites

Tendo por base os objetivos estratégicos e de negócio identificados, a Sociedade definiu um conjunto de métricas e respetivos limites, destinadas a monitorizar o seu Perfil de Risco, podendo estas ser de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Estas métricas representam uma componente evolutiva do Apetite por Risco, pelo que são alvo de análise e revisão à medida que os objetivos estratégicos e de negócio se desenvolvem. O objetivo do Conselho de Administração da Sociedade é manter o Perfil de Risco num nível baixo.

O cumprimento do Perfil de Risco deve ser assegurado quer no decorrer normal da atividade quer sob condições extremas que resultem da aplicação de *stress tests*, comprometendo-se a Santander Totta Seguros a cumprir com a seguinte declaração de Apetite por Risco: "O total de risco que a Sociedade pode assumir deve estar limitado pela sua capacidade, atual e futura, para assumir as perdas inesperadas, mantendo o Perfil de Risco no nível desejado".

A capacidade atual de assumir perdas é definida pela relação entre os Fundos Próprios que dispõe e as perdas inesperadas resultantes do processo de cálculo do requisito de solvência, assim como pela qualidade dos fundos próprios. A capacidade futura da Sociedade assumir as perdas é determinada pela capacidade de gerar fundos próprios e pela velocidade de os gerar ao longo do tempo.

Tendo em conta a declaração de Apetite por Risco e os objetivos com que se compromete, a Santander Totta Seguros definiu métricas e os limites de Apetite por Risco. Adicionalmente, a todo o momento, poderão ser definidas novas métricas ou serem revistas as existentes por forma a manter o seu Perfil de Risco alinhado com os objetivos estratégicos e de negócio.

Em termos qualitativos, poderão vir a ser definidas métricas que incluam limites para os quais os desvios pela aplicação de *stress tests* não são facilmente quantificáveis, mas cuja monitorização é igualmente relevante para garantir que a exposição ao risco não coloca em causa a estratégia de negócio. Estas métricas para riscos de cariz não financeiro são menos suscetíveis de quantificação, como é o exemplo dos riscos associados à imagem de marca, reputação e envolvente cultural. Nestes

casos, podem ser estabelecidos objetivos de *ranking*, barreiras quantificáveis ou limites qualitativos para tópicos como o risco de reputação ou iniciativas estratégicas.

Em linha com o processo definido para métricas e limites quantitativos, a monitorização periódica de elementos qualitativos de *Apetite por Risco* permite extrair conclusões sobre a adequação da exposição ao risco e definir as devidas ações de acompanhamento ou correção de desvios caso se revele necessário.

A métrica de Solvência engloba desvios ao nível do capital disponível para cobrir os riscos a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta e é fundamental para garantir que esta evita exposições que possam colocar em causa o cumprimento de requisitos de capital mínimo regulamentar.

No âmbito desta métrica, o *Apetite por Risco* é definido de acordo com os seguintes níveis:

Limites de apetite por risco para a métrica de Solvência

Métrica de <i>Apetite por risco</i>	Limites de <i>Apetite por risco</i>		
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto
Rácio de Solvência	$\geq 125\%$	$] 125\%; 110\% [$	$\leq 110\%$

Entende-se por Risco Baixo, Médio e Alto os seguintes cenários:

- Risco Baixo: perante situações não esperadas, a Sociedade apresenta uma ampla margem para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (Solvency Capital Ratio ou SCR) com Fundos Próprios.
- Risco Médio: perante situações não esperadas, existe, todavia, alguma margem de atuação de forma a cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios.
- Risco Alto: perante situações não esperadas, a Sociedade dispõe de uma margem reduzida para cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios, podendo entrar em incumprimento do requisito de capital mínimo regulamentar.

Cabe ao Conselho de Administração rever os limites estabelecidos, com periodicidade mínima anual, quando se verificar uma alteração significativa no Perfil de Risco da Sociedade ou por proposta do Comité de Riscos. Em condições consideradas normais, a exposição ao risco deve ser limitada de forma a garantir que o Rácio de Solvência se mantém no nível de risco baixo.

Solvência

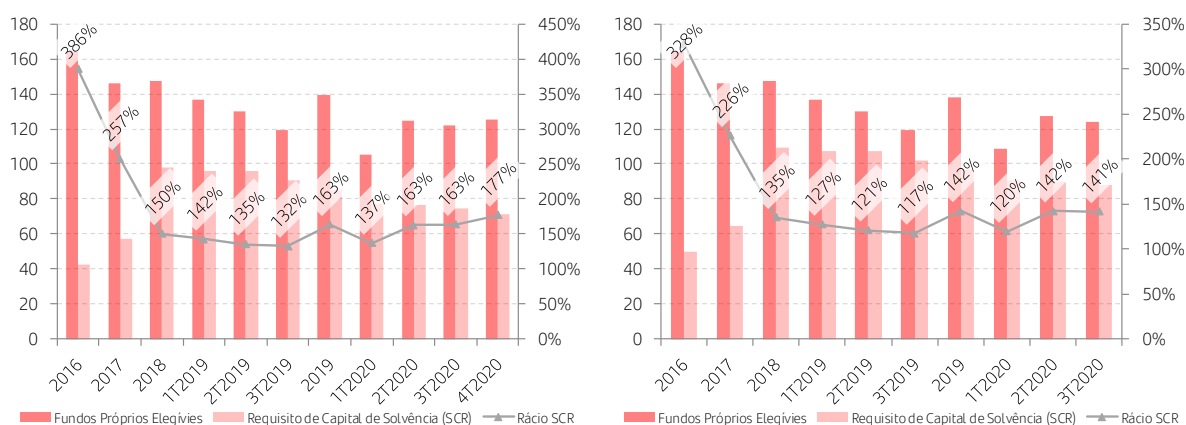
Os objetivos da Santander Totta Seguros são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicador de uma situação financeira estável. A Santander Totta Seguros gere o requisito de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2020. O Rácio de Solvência individual apurado para o final do quarto trimestre de 2020 foi de 177%, o que representa um aumento de 13 p.p. face ao Rácio de Solvência anual de 2019.

Para a evolução positiva contribuíram vários fatores, como os bons resultados apurados em 2020, a não distribuição de dividendos em 2020 relativamente ao exercício de 2019, e a aplicação do ajuste de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco, para além do *run-off* natural das carteiras de produtos garantidos.

O rácio de solvência individual anual a 31 de dezembro de 2020 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões durante o mês de maio de 2020 e após certificação pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Evolução do Rácio de Solvência Individual e Consolidado



A redução de 220 p.p. nos últimos quatro anos do Rácio de Solvência Individual (de 386% para 177%) e equivalente evolução no rácio consolidado, resulta, para além da actividade normal da companhia, de dois fatores extraordinários: (i) a distribuição de 79 milhões de euros de dividendos durante este período; e (ii) a compra da Eurovida em 2018 com recurso a capitais próprios.

De acordo com o previsto na Política de Gestão de Capital apenas quando a Santander Totta Seguros apresenta um Rácio de Solvência com nível de risco baixo deve ser considerada a existência de excedente de capital, enquadrado no âmbito dos princípios internos de gestão de capital da Sociedade. Existindo um excedente de capital pode ser ponderado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos, ainda que o montante dos mesmos possa comprometer o cumprimento dos limites estabelecidos em termos dos objetivos de capital.

Para além do cumprimento dos limites estabelecidos no âmbito do objetivo de capital existem outros fatores que são tidos em conta pela Sociedade no momento de optar pela proposta de distribuição (ou não) de dividendos pelos seus acionistas, nomeadamente:

- Riscos e tendências associados ao negócio e à estratégia;

- Alterações regulamentares previstas;
- Posicionamento no mercado;
- Tributação que possa influenciar a forma de distribuição de dividendos;
- Existência de reservas contabilísticas distribuíveis;
- Níveis de liquidez adequados;
- Custos operacionais da distribuição de dividendos.

No âmbito da monitorização dos riscos decorrentes do surto pandémico Coronavírus – COVID 19 na perspetiva do sistema financeiro, e do setor segurador, e não obstante a recuperação gradual a que se tem assistido nos mercados financeiros desde as quedas abruptas registadas em março e dos desenvolvimentos favoráveis recentes em matéria de vacinação, continua a verificar-se uma significativa incerteza no panorama macroeconómico. Tendo em conta estes desenvolvimentos, a ASF entendeu emitir a Circular n.º 4/2020, de 21 de dezembro, com orientações e recomendações específicas dirigidas às empresas de seguros nacionais em matéria de distribuições de dividendos ou outras medidas que afetem os fundos próprios.

Assim, tendo presente a Recomendação do Comité Europeu de Risco Sistémico n.º ESRB/2020/15, de 18 de dezembro, e a recomendação da EIOPA transmitida na mesma data no contexto da divulgação do seu relatório de Estabilidade Financeira de dezembro de 2020, a ASF considera assim que as políticas de gestão de capital devem promover a preservação, ou mesmo o reforço, dos fundos próprios das empresas de seguros, sendo sua expectativa que sejam restringidas iniciativas em sentido contrário, quer relativamente a distribuição de dividendos, quer a outras medidas, nomeadamente de recompra de ações, operações de financiamento intragrupo ou atribuição de remunerações variáveis a trabalhadores que exercem funções com impacto significativo no perfil de risco das empresas de seguros.

Tendo presente a recomendação da ASF na sua Carta Circular n.º 4/2020, de 21 de dezembro, relativamente ao exercício de 2020 foi assumido que não haverá lugar a qualquer distribuição de dividendos. No entanto o Conselho de Administração irá acompanhar permanentemente a evolução da situação macroeconómica e as orientações da ASF para avaliar a possibilidade de efetuar distribuição de dividendos, salvaguardando sempre a manutenção dos Fundos Próprios em níveis robustos.

Compliance

Durante 2020, e em linha com o ano anterior, a Santander Totta Seguros desenvolveu e implementou os procedimentos por forma a garantir o cumprimento dos requisitos legais necessários à atividade, incluindo os referentes ao Regulamento Geral de Proteção de Dados, à Diretiva da Distribuição de Seguros e respetiva Lei, e à Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Foram ainda desenvolvidos e implementados todos os procedimentos requeridos no âmbito das medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19 que se iniciaram por via do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de Março cujos efeitos foram sendo sucessivamente prorrogados sob diversos outros instrumentos legais, atendendo-se a todos os novos requisitos de reporte, informação e ação solicitados pela ASF através das respetivas recomendações e comunicações, cartas-circulares e normas regulamentares que foram sendo publicadas a propósito.

Qualidade e Atenção ao Cliente

Manteve-se a análise sistemática e criteriosa dos processos internos, identificando todas as oportunidades de melhoria e implementando as adequadas medidas preventivas ou corretivas, visando a continuidade da adequação e simplificação dos métodos e procedimentos, com impactos traduzidos no nível de contestação dos clientes (diminuição em 20%, do número de reclamações dirigidas ao Regulador), no número de litígios (redução do nº de novos processos judiciais, em 17%) e no sentido da resolução das ações judiciais findas (menos 54% de condenações), entre outros indicadores.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido de Impostos da Santander Totta Seguros foi de 26.906.957,74 euros (vinte e seis milhões, novecentos e seis mil, novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 2.690.695,78 euros (dois milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e noventa e cinco euros e setenta e oito cêntimos) para Reserva Legal, dando cumprimento ao artigo 62º da Lei 147/2015 de 9 de setembro;
- 24.216.261,96 euros (vinte e quatro milhões, duzentos e dezasseis mil, duzentos e sessenta e um euros e noventa e seis cêntimos) para Resultados Transitados.

Perspetivas e Desafios para 2021

Para o ano de 2021, a Companhia perspetiva:

- Continuar o processo de reposicionamento da Santander Totta Seguros, conforme estabelecido no Plano Estratégico 2021 a 2023 como especialista de produtos de poupança a médio e longo prazo e de reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais de forma a aumentar o valor acrescentado e percebido da sua oferta, estruturando para isso uma oferta de valor diversificada;
- Promoção de uma cultura de riscos dentro da companhia através da aplicação da Política de Gestão de Risco e Política de Apetite por Risco permita uma gestão sã, prudente adequada dos mesmos e a permanente otimização do consumo de capital;
- Manutenção de um processo contínuo de monitorização, controlo e gestão dos riscos, através do cumprimento dos limites de exposição ao risco, de uma gestão prudente de carteiras de ativos e de um nível adequado de liquidez e solvência garantam a capacidade de cumprir e honrar com todas as suas responsabilidades, mesmo em cenários extremos, mas possíveis;
- Continuar a alargar e a diversificar a sua oferta de produtos que vão de encontro às necessidades da poupança a médio e longo prazo e da reforma e o planeamento financeiros das famílias disponível aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Gestão e desenvolvimentos de parcerias com outros operadores de seguros que permitam complementar a oferta de seguros Vida e não Vida disponibilizados aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Implementação da nova Norma de Relato Financeiro Internacional aplicável a contratos de seguros (IFRS 17);
- Desenvolvimento de uma cultura “digital” através da automatização e otimização de processos e maior eficiência de estruturas, mantendo o cliente como ponto focal das operações;


Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Mediador Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 16 de março de 2021

O Conselho de Administração,



Nuno Miguel Frias Costa
Presidente



Francisco del Cura Ayuso
Vogal

Informações Complementares

Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização – Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

Membro	Entidade	N.º de títulos 31.12.19	Movimentos em 2020				N.º de títulos 31.12.20
			Data	Operação	N.º de ações	Preço/ação	
Nuno Frias Costa	Banco Santander SA	46.965	20.02.2020	Depósito de títulos	1.435	3.9065	59.012
			20.02.2020	Depósito de títulos	8.154	3,9065	
			11.12.2020	Depósito de títulos	2.458	3,9065	
Francisco del Cura Ayuso	Banco Santander SA	46.099	02.2020	Depósito de títulos	30.276	3,9065	76.375
Cristina Melo Antunes ¹	Banco Santander SA	35.099	20.02.2020	Depósito de títulos	6.016	3,9065	42.902
	Banco Santander SA		11.12.2020	Depósito de títulos	1.787	0	

¹ Renunciou a 27 de janeiro de 2021

Demonstrações Financeiras

Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2020

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	ACTIVO	Exercício			
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
				31 de Dezembro de N-1	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	279,178,694	0	279,178,694	316,287,196
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18,057,250	0	18,057,250	14,308,000
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,094,448,107	0	3,094,448,107	3,016,450,160
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	747,054,578	0	747,054,578	725,007,133
6	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	44,077,037	0	44,077,037	272,832,983
7	Outros activos tangíveis	2,919,793	2,859,235	60,558	59,926
8	Outros activos intangíveis	10,557,684	9,391,071	1,166,613	1,002,811
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	17,509,591	0	17,509,591	21,519,593
	Ramo Vida	17,509,591	0	17,509,591	21,519,593
	Provisão matemática	509		509	84,665
	Provisão para sinistros	14,626,292		14,626,292	18,447,223
	Provisão para participação nos resultados	71,533		71,533	0
	Provisão para prémios não adquiridos	2,811,257		2,811,257	2,987,706
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24,138		24,138	24,138
9	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21,509,464	664,662	20,844,802	13,554,320
	Contas a receber por operações de seguro directo	4,109,981	30,509	4,079,473	4,740,848
	Contas a receber por operações de resseguro	1,749,669		1,749,669	199,404
	Contas a receber por outras operações	15,649,814	634,153	15,015,661	8,614,067
15	Activos por impostos e taxas	1,612,577	0	1,612,577	1,572,670
	Activos por impostos (e taxas) correntes	0		0	0
	Activos por impostos diferidos	1,612,577		1,612,577	1,572,670
10	Acréscimos e diferimentos	6,287		6,287	26,031
36	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0		0	7,500,000
	TOTAL ACTIVO	4,236,955,199	12,914,968	4,224,040,231	4,390,144,962

O Contabilista certificado





Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2020

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Unidade monetária: Euros	
		Exercício	31/12/ N-1
	PASSIVO		
11	Provisões técnicas	711,343,662	726,524,422
	Ramo Vida	711,343,662	726,524,422
	Provisão matemática	632,591,420	644,623,427
	Provisão para sinistros	21,947,782	25,468,379
	Provisão para participação nos resultados	47,386,541	46,835,836
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	46,399,125	44,821,103
	Provisão para participação nos resultados atribuída	987,416	2,014,733
	Provisão para compromissos de taxa	6,579,980	6,579,980
	Provisão para prémios não adquiridos	2,837,940	3,016,800
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,284,217,000	3,454,666,437
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3,234,799,460	3,403,086,761
	Valorizados ao custo amortizado	49,417,540	51,579,676
13	Outros passivos financeiros	26,687,422	31,228,137
	Depósitos recebidos de resseguradores	22,253	110,950
	Outros	26,665,169	31,117,186
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0	36,612
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	19,377,099	20,656,461
	Contas a pagar por operações de seguro directo	10,014,144	10,990,234
	Contas a pagar por operações de resseguro	4,884,003	3,767,702
	Contas a pagar por outras operações	4,478,952	5,898,525
15	Passivos por impostos e taxas	2,490,853	7,612,451
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	1,671,216	7,390,235
	Passivos por impostos diferidos	819,637	222,217
10	Acréscimos e diferimentos	7,284,012	3,791,140
16	Outras provisões	2,106,547	4,756,908
	TOTAL PASSIVO	4,053,506,595	4,249,272,568
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	47,250,000	47,250,000
18	Reservas de reavaliação	13,990,142	10,368,197
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	13,990,142	10,368,197
18	Reserva por impostos diferidos	-3,287,683	-2,420,023
18	Outras reservas	41,304,725	38,750,272
	Reserva legal	38,828,016	36,273,563
	Outras reservas	2,476,709	2,476,709
18	Resultados transitados	44,369,496	21,379,432
	Resultado do exercício	26,906,958	25,544,516
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	170,533,637	140,872,395
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	4,224,040,231	4,390,144,962

O Contabilista certificado





Conta de Ganhos e Perdas da Santander Totta Seguros em 31 de Dezembro de 2020

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Rúbricas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	34.048,971	0		34.048,971	41.597,657
	Prémios brutos emitidos	98.703,622	0		98.703,622	117.714,453
	Prémios de resseguro cedido	64.657,062	0		64.657,062	76.120,649
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-178,860	0		-178,860	-227,358
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-176,449	0		-176,449	-223,504
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	25.267,523	0		25.267,523	28.873,660
21	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	50.667,414	0		50.667,414	51.404,176
	Montantes pagos	50.833,766	0		50.833,766	52.491,019
	Montantes brutos	64.651,302	0		64.651,302	72.837,200
	Parte dos resseguradores	13.817,536	0		13.817,536	20.346,181
	Provisão para sinistros (variação)	-166,351	0		-166,351	-1.086,843
	Montante bruto	-3.520,597	0		-3.520,597	-1.394,937
	Parte dos resseguradores	-3.354,246	0		-3.354,246	-308,094
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	-13.300,095			-13.300,095	-8.951,685
	Montante bruto	-13.312,962			-13.312,962	-10.250,147
	Parte dos resseguradores	-12,867			-12,867	-1.298,462
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.340,134	0		1.340,134	1.915,072
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-86,244	0		-86,244	-82,357
21	Custos e gastos de exploração líquidos	22.814,801	0		22.814,801	27.948,537
	Custos de aquisição	43.251,202	0		43.251,202	50.228,102
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-594	0		-594	13,337
	Gastos administrativos	4.532,130	0		4.532,130	5.255,571
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	24.967,937	0		24.967,937	27.548,474
25	Rendimentos	71.352,047	0	9.300,681	80.652,728	95.576,517
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	10.787,965	0	9.152,105	19.940,070	17.839,591
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	60.564,083	0	148,576	60.712,658	77.736,926
26	Gastos financeiros	8.872,943	0	116,388	8.989,331	12.196,293
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	8.872,943	0	116,388	8.989,331	12.196,293
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.525,881	0	679	1.526,560	6.523,259
	De activos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.636,647	0	679	1.637,326	1.086,943
	De activos financeiros valorizados ao custo amortizado	-3,249	0	0	-3,249	-392
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-107,517	0	0	-107,517	-379,781
	De outros	0	0	0	0	5.816,488
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-54.951,950	0	-249,067	-55.201,017	-58.665,289
28	Diferenças de câmbio	-583,598	0	20	-583,578	348,870
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	20,482	0	0	20,482	-36,369
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	678,867	0	0	678,867	627,101
16	Outras provisões (variação)	0	0	663,045	663,045	76,263
30	Outros rendimentos/gastos	0	0	264,792	264,792	533,099
36	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	12.563,365	12.563,365	0
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	7.008,305	0	21.101,036	28.109,341	30.944,945
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			1.512,531	1.512,531	6.699,379
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			-310,147	-310,147	-1.298,951
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.008,305	0	19.898,653	26.906,958	25.544,516

O Contabilista Certificado





SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2019 (posição de abertura)	47,250,000	10,368,197	(2,420,023)	36,273,563	2,476,709	21,379,432	25,544,516	140,872,395
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47,250,000	10,368,197	(2,420,023)	36,273,563	2,476,709	21,379,432	25,544,516	140,872,395
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2,554,453	-	22,990,064	(25,544,516)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	26,906,958	26,906,958
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	3,621,944	(867,660)	-	-	-	-	2,754,285
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	3,621,944	(867,660)	-	-	-	-	2,754,285
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	3,621,944	(867,660)	-	-	-	26,906,958	29,661,242
	Total das variações do capital próprio	-	3,621,944	(867,660)	2,554,453	-	22,990,064	1,362,442	29,661,242
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2020	47,250,000	13,990,142	(3,287,683)	38,828,016	2,476,709	44,369,496	26,906,958	170,533,637

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2018 (posição de abertura)	47,250,000	4,430,795	(936,416)	34,497,880	2,476,709	5,398,280	17,756,836	110,874,083
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47,250,000	4,430,795	(936,416)	34,497,880	2,476,709	5,398,280	17,756,836	110,874,083
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	1,775,684	-	15,981,153	(17,756,836)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	25,544,516	25,544,516
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	5,937,403	(1,483,607)	-	-	-	-	4,453,796
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	5,937,403	(1,483,607)	-	-	-	-	4,453,796
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	5,937,403	(1,483,607)	-	-	-	25,544,516	29,998,312
	Total das variações do capital próprio	-	5,937,403	(1,483,607)	1,775,684	-	15,981,153	7,787,680	29,998,312
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2019	47,250,000	10,368,197	(2,420,023)	36,273,563	2,476,709	21,379,432	25,544,516	140,872,395

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Unidade: Euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício	Exercício Anterior
	Resultado líquido do exercício	26,906,958	25,544,516
	Outro rendimento integral do exercício	2,754,285	4,453,796
	Ítems que reclassificam por resultados		
18	Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	3,621,944	5,937,403
	Ganhos e perdas líquidos	5,238,788	7,060,715
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	(1,616,844)	(1,123,312)
	Imparidade	20,482	(36,369)
27	Alienação	(1,637,326)	(1,086,943)
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com ítems que reclassificam por resultados	(867,660)	(1,483,607)
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	29,661,242	29,998,312

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Unid: Euros	
	2020	2019
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	26,906,958	25,544,516
Mais valias na alienação de carteiras de seguros	-3,600,000	-5,816,488
Mais valias na alienação de participação financeira - Popular Seguros	-8,963,365	
<i>Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:</i>		
Amortizações do exercício	364,705	364,705
Variação em outras provisões	-2,650,361	-246,517
Variação nas provisões técnicas	-11,170,757	10,836,244
Variação de Passivos por Contratos de Investimento	-170,449,437	256,778,065
<i>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</i>		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	-888,889	610,369
Devedores por outras operações	-6,401,593	-3,527,588
Activos por impostos	-261,531	207,392
Outros activos	19,744	-329,024
<i>Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:</i>		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	51,513	-3,007,127
Credores por outras operações	-1,419,573	-7,549,710
Passivos por impostos	-5,767,635	2,356,429
Outros passivos	3,492,873	-520,457
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	-180,737,349	275,700,809
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação nos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-82,486,576	63,793,274
Variação nos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-18,425,500	29,710,198
Variação nos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	228,755,946	-203,417,394
Alienação de investimentos em filiais	12,714,115	0
Recebimentos decorrentes dos ajustes ao preço de venda de participações financeiras (Aegon Vida e Aegon Não Vida)	0	3,000,000
Alienação de carteira de seguros vida	3,600,000	5,816,488
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	-529,138	-706,417
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	143,628,847	-101,803,851
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Realização / (reembolso) de prestações acessórias, líquida de mais valia obtida	0	-53,229,852
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	-53,229,852
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	-37,108,502	120,667,106
Caixa e seus equivalentes no início do período	316,287,196	195,620,090
Caixa e seus equivalentes no fim do período	279,178,694	316,287,196

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Santander Totta Seguros") incorporou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Eurovida"), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se em 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Neste contexto, em 2019, a estratégia de negócios da Santander Totta Seguros focou-se na componente de Seguros Financeiros, essencialmente em contratos de investimento (*Unit-linked*), dando continuidade ao crescimento da quota de mercado neste tipo de seguros.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. ("Popular Seguros"), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado

uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A, para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2021, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.22.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a % que detenha sobre os capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

As participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contabilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

2.3. Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Ativos financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e dos termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo

de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos de ativos ao custo amortizado", nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Outros devedores" e aos Ativos de contratos com clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas relativas à expectativa da evolução dos ciclos económicos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível ("*on demand*"); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber não seja imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for "baixo" ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Companhia apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num

prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. São detalhados na Nota 6 os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu, ou não, um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em comercialização.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contabilístico do ativo nunca poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Alterações às vidas úteis dos bens são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados na diferença entre valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados.

2.6. Provisões técnicas

2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o

normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito do atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rentabilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;

- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionarieidade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos, líquidos de resseguro", da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

2.9. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais ou outras, resultantes da atividade da Companhia. Estas provisões são mensuradas com base nos processos e avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos advogados que acompanham o processo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo sido o valor das responsabilidades

por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica "Gastos com pessoal" (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Outros benefícios de longo prazo (prémios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica "Gastos com pessoal" por contrapartida da rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilmente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos gerais da legislação fiscal em vigor à data, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios é de 22,5% (IRC: 21% + derrama municipal: 1,5%), acrescida da respetiva derrama estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para

venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "*equity settled share-based payment transactions*", conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

2.15. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

2.16. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.17. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

2.18. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.19. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.21. Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual veio substituir a IAS 17, são exigidas alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação. A Companhia passa a reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de direito de uso.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. Deverá ser remensurado sempre que existirem alteração no contrato de locação que assim o justifiquem.

No respeitante ao ativo sob direito de uso, é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja a maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2020, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos nos exercícios de 2020 e 2019 manteve-se inalterado face a exercício anteriores.

2.22. Estimativas contabilísticas e aspetos críticos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

A Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do relato. A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar

resultados financeiros diferentes daqueles reportados na mensuração destes instrumentos financeiros em que são efetuados testes de sensibilidade de modo a aferir os eventuais impactos na utilização de diferentes estimativas ou julgamentos. A valorização destes instrumentos financeiros é determinada por uma equipa especializada da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta a avaliação de forma prospetiva das perdas de crédito estimadas associadas a esses ativos, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IFRS 9.

Determinação das responsabilidades por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.8..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2020, das responsabilidades a que se encontra obrigada (Nota 11).

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro (Nota 11).

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais

resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.23. IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2020:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2020:

a) IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37,

IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, já endossadas pela União Europeia:

a) IFRS 16 (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes

em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. A adoção futura destas melhorias não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

e) IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos

numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

f) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. A adoção futura destas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

g) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

h) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui

clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. A adoção futura desta alteração terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera no ramo vida, tendo desenvolvido em 2020 e 2019 em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

Nos exercícios de 2020 e 2019, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

O segmento de "Seguros de Vida" inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

	2020					Total
	Seguros de Vida	Ramo Vida Seguros Ligados	Contratos de investimento	Gestão de Fundos Pensões	Área não técnica	
Prémios brutos emitidos	98,678,351	25,270				98,703,622
Prémios de resseguro cedido	(64,657,062)					(64,657,062)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	178,860					178,860
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(176,449)					(176,449)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			25,267,523			25,267,523
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(50,551,872)	(115,542)				(50,667,414)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(1,340,134)					(1,340,134)
Outras provisões técnicas (variação)	13,300,095	86,243				13,386,338
Remunerações de mediação (comissões)	(26,086,311)	(1,742)	(14,961,060)			(41,049,113)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	24,967,937	-				24,967,937
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(2,657,939)	(2,258)	(3,835,896)	(237,532)		(6,733,625)
Resultados dos investimentos	11,307,485	(292)	(2,858,238)		8,935,925	17,384,879
Outros rendimentos / gastos técnicos	(342,783)			1,021,650	(398,254)	678,867
			12,563,365			12,563,365
Resultado antes de impostos	2,620,178	(8,320)	16,175,694	784,118	8,537,671	28,109,341
Impostos correntes e diferidos						(1,202,383)
Resultado líquido do exercício						26,906,958
Ativo Total	751,707,524	-	3,284,575,668		187,757,039	4,224,040,231
Passivo Total	717,978,860	539,143	3,310,620,870		24,367,721	4,053,506,595

	2019					
	Seguros de Vida	Ramo Vida Seguros Ligados	Contratos de investimento	Gestão de Fundos Pensões	Área não técnica	Total
Prémios brutos emitidos	117,683,139	31,314				117,714,453
Prémios de resseguro cedido	(76,120,649)					(76,120,649)
Prémios de resseguro cedido - Estimativa de encargos a incorrer						-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	227,358					227,358
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(223,504)					(223,504)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			28,873,660			28,873,660
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(51,264,343)	(139,832)				(51,404,176)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(1,915,072)					(1,915,072)
Outras provisões técnicas (variação)	8,951,685	82,357				9,034,042
Remunerações de mediação (comissões)	(29,468,189)	(2,064)	(18,158,041)			(47,628,294)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira						-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	27,548,474	-				27,548,474
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3,201,315)	(2,753)	(4,384,674)	(279,975)		(7,868,717)
Resultados dos investimentos	12,113,764		(1,848,395)		21,358,064	31,623,433
Outros rendimentos / gastos técnicos	627,101					627,101
Outros custos e proveitos					456,836	456,836
Resultado antes de impostos	4,958,448	(30,978)	4,482,550	(279,975)	21,814,899	30,944,945
Impostos correntes e diferidos						5,400,428
Resultado líquido do exercício						(25,544,516)
Ativo Total	756,661,481	-	3,447,772,128	-	186,506,188	4,390,939,798
Passivo Total	734,585,860	625,387	3,485,732,358	-	29,123,798	4,250,067,404

O segmento de "Contratos de investimento" inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento "Área não técnica" corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Caixa e seus equivalentes	250	250
Depósitos à ordem	279,178,444	316,286,946
	279,178,694	316,287,196
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	-
	279,178,694	316,287,196

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os depósitos à ordem estão sediados, essencialmente, no Banco Santander Totta, S.A., cujo *rating* de crédito da instituição financeira é de BBB de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre as entidades: Fitch IBCA, Standard & Poors e Moody's.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
		2020
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	6,076,000
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	49.99%	3,749,250
		<u>18,057,250</u>
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
		2019
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	6,076,000
		<u>14,308,000</u>
<u>Filial</u>		
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	100.00%	7,500,000
		<u>7,500,000</u>
		<u>21,808,000</u>

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em Dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo

Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros (Nota 27.1. e Nota 34).

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (“*Earn Out*”) a receber pela Companhia a partir de 31 de Dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2020 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2021 e 2027.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do “*Alliance and Shareholders’s agreement*”, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2020				2019			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	Lisboa	49.00%	132,547,970	95,996,236	36,551,734	14,775,934	115,184,418	82,922,152	32,262,266	11,904,466
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49.00%	53,055,263	32,037,466	21,017,797	4,000,519	43,970,952	22,166,334	21,804,618	4,950,490

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2020 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com os resultados da avaliação realizada pela consultora externa Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2019, que apresentava valores superiores aos que estão definidos contratualmente e, tendo em conta o cumprimento durante 2020 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

No âmbito do processo de fusão da Eurovida no exercício de 2018, conforme referido na Nota 1, a Santander Totta Seguros incorporou a participação de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., pelo montante de 7.500.000 euros.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. (“Popular Seguros”), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado

uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A, para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

Os dados financeiros da Popular Seguros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2020			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49.99%	13,666,715	5,450,557	8,216,159	(1,147,842)

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2019			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100.00%	16,231,992	5,620,885	10,611,107	1,246,953

6. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:</u>		
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	17,195,296	15,310,060
Instrumentos de capital e unidades de participação	682,909,607	642,763,852
Títulos de dívida	2,365,843,443	2,303,746,607
Depósitos a prazo	-	28,415,626
Instrumentos financeiros derivados	23,007,586	20,358,466
	<u>3,088,955,932</u>	<u>3,010,594,611</u>
Afetos a contratos de seguro:		
Instrumentos de capital e unidades de participação	318,430	351,230
Títulos de dívida	429,649	501,914
	<u>748,079</u>	<u>853,144</u>
Não afetos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	3,798,595	4,032,421
Instrumentos de capital e unidades de participação	945,501	969,985
	<u>4,744,096</u>	<u>5,002,406</u>
	<u>3,094,448,107</u>	<u>3,016,450,161</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:</u>		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	11,212,692	11,076,171
Títulos de dívida	735,841,885	713,930,961
	<u>747,054,577</u>	<u>725,007,132</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</u>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	44,077,036	272,832,983
	<u>44,077,036</u>	<u>272,832,983</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2020	2019
Outros depósitos		
Até um mês	-	287,288
De um a três meses	1,619,651	35,549,719
De três a seis meses	7,431,948	103,345,624
De seis meses a um ano	-	113,108,998
De um a dois anos	2,137,612	15,043,942
Mais de dois anos	20,672,855	3,261,041
	<u>31,862,066</u>	<u>270,596,612</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos a prazo dizem respeito, essencialmente, a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a afetação dos ativos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2020				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25,744,463	8,414,098	120,317,774	124,702,359	279,178,694
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					18,057,250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	713,007	35,072	3,088,955,932	4,744,096	3,094,448,107
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	671,726,109	17,540,335	41,285,365	16,502,769	747,054,578
Empréstimos concedidos e contas a receber	8,258,557	1,766,293	34,016,598	35,589	44,077,037
Outros ativos tangíveis				60,558	60,558
Outros ativos intangíveis				1,166,613	1,166,613
	706,442,136	27,755,797	3,284,575,668	147,211,984	4,184,042,836
	2019				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26,275,110	1,790,785	162,152,099	126,069,202	316,287,196
Terrenos e edifícios					
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação					-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	660,917,222	7,039,494	40,515,267	16,535,150	725,007,133
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	836,877	16,266	3,010,594,611	5,002,407	3,016,450,160
Empréstimos concedidos e contas a receber	36,499,841	1,766,293	234,510,152	56,697	272,832,983
Investimentos a deter até à maturidade					-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	59,926	59,926
Outros ativos intangíveis	-	-	-	1,002,811	1,002,811
	724,529,050	10,612,838	3,447,772,128	163,034,193	4,345,948,209

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a segunda melhor notação de rating atribuída entre a Fitch IBCA, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2020			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:				
AAA	-	550,077	-	550,077
AA- até AA+	-	11,384,919	2,866,840	14,251,759
A- até A+	-	110,740,138	89,894,017	200,634,155
BBB- até BBB+	1,086,197,224	870,893,736	40,917,104	1,998,008,064
BB- até BB+	4,992,905	111,044,273	1,536,038	117,573,216
B- até B+	440,119	-	-	440,119
Inferior a CCC	-	18,953	104,392	123,345
Sem rating	139,168,424	623,309,051	389,897	762,867,372
	<u>1,230,798,672</u>	<u>1,727,941,147</u>	<u>135,708,288</u>	<u>3,094,448,107</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
AAA	-	3,998,493	-	3,998,493
AA- até AA+	-	17,635,565	-	17,635,565
A- até A+	-	33,009,461	6,347,522	39,356,983
BBB- até BBB+	250,383,500	421,307,747	1,792,790	673,484,037
BB- até BB+	-	636,688	-	636,688
B- até B+	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-
Sem rating	11,942,810	-	-	11,942,810
	<u>262,326,310</u>	<u>476,587,956</u>	<u>8,140,312</u>	<u>747,054,578</u>
Total do valor de balanço	<u>1,493,124,982</u>	<u>2,204,529,103</u>	<u>143,848,600</u>	<u>3,841,502,685</u>

	2019			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:				
AAA	-	3,418,568	-	3,418,568
AA- até AA+	303,821	2,307,032	6,748,619	9,359,472
A- até A+	-	110,523,302	49,912,761	160,436,063
BBB- até BBB+	1,168,173,619	824,058,429	20,557,310	2,012,789,358
BB- até BB+	2,350,754	116,156,560	822,952	119,330,266
B- até B+	473,119	976,249	7,133,073	8,582,441
Inferior a CCC	-	16,600	-	16,600
Sem rating	103,915,768	593,917,309	4,684,315	702,517,392
	<u>1,275,217,081</u>	<u>1,651,374,049</u>	<u>89,859,030</u>	<u>3,016,450,160</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
AAA	-	5,778,555	-	5,778,555
AA- até AA+	-	21,719,619	255,181	21,974,800
A- até A+	-	24,872,582	1,386,915	26,259,497
BBB- até BBB+	240,189,269	416,876,053	1,297,880	658,363,202
BB- até BB+	-	651,618	-	651,618
B- até B+	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-
Sem rating	11,979,461	-	-	11,979,461
	<u>252,168,730</u>	<u>469,898,427</u>	<u>2,939,976</u>	<u>725,007,133</u>
Total do valor de balanço	<u>1,527,385,811</u>	<u>2,121,272,476</u>	<u>92,799,006</u>	<u>3,741,457,293</u>

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a "Standard & Poor's" e "Moody's" ou equivalente:

	2020			2019		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
BBB- até BBB+	44,077,036	-	44,077,036	272,832,983	-	272,832,983
BB- até BB+	-	-	-	-	-	-
B- até B+	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	-	-	-	-	-
	<u>44,077,036</u>	<u>-</u>	<u>44,077,036</u>	<u>272,832,983</u>	<u>-</u>	<u>272,832,983</u>

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entrega de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as maturidades contratuais não descontadas remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2020				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	279,178,694				279,178,694
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				18,057,250	18,057,250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1,075,634,796	399,611,255	683,944,618	935,257,438	3,094,448,107
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	57,981,668	198,331,374	216,263,964	274,477,571	747,054,578
Empréstimos concedidos e contas a receber	19,499,081	4,106,110	5,585,000	14,886,846	44,077,037
Contas a receber por operações de seguro direto	4,079,472				4,079,472
Contas a receber por operações de resseguro	1,749,669				1,749,669
Contas a receber por outras operações	15,015,661				15,015,661
	<u>1,453,139,042</u>	<u>602,048,739</u>	<u>905,793,582</u>	<u>1,242,679,105</u>	<u>4,203,660,468</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1,660,981,323)	(198,000,005)	(509,910,460)	(865,907,672)	(3,234,799,460)
Valorizados ao custo amortizado	(4,531,403)	(5,347,769)	(6,697,566)	(32,840,802)	(49,417,540)
	<u>(1,665,512,726)</u>	<u>(203,347,774)</u>	<u>(516,608,026)</u>	<u>(898,748,474)</u>	<u>(3,284,217,000)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(22,253)				(22,253)
Outros	(7,787,818)	(745,194)	(15,026,929)	(3,105,227)	(26,665,169)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10,014,144)				(10,014,144)
Contas a pagar por operações de resseguro	(4,884,003)				(4,884,003)
Contas a pagar por outras operações	(4,478,952)				(4,478,952)
	<u>(1,692,699,897)</u>	<u>(204,092,968)</u>	<u>(531,634,955)</u>	<u>(901,853,701)</u>	<u>(3,330,281,521)</u>
	<u>(239,560,854)</u>	<u>397,955,771</u>	<u>374,158,626</u>	<u>340,825,404</u>	<u>873,378,948</u>
	2019				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	316,287,196				316,287,196
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1,136,349,247	370,094,860	1,510,006,054	3,016,450,160
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	93,364,777	208,112,713	423,529,643	725,007,133
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	263,813,052	3,992,617	5,027,314	272,832,983
Contas a receber por operações de seguro direto	4,740,848				4,740,848
Contas a receber por operações de resseguro	199,404				199,404
Contas a receber por outras operações	8,614,068				8,614,068
	<u>329,841,516</u>	<u>1,493,527,075</u>	<u>582,200,191</u>	<u>1,952,871,010</u>	<u>4,358,439,792</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1,530,138,043)	(448,535,302)	(241,087,782)	(1,183,325,634)	(3,403,086,761)
Valorizados ao custo amortizado	(2,614,275)	(6,637,852)	(6,918,659)	(35,408,890)	(51,579,677)
	<u>(1,532,752,319)</u>	<u>(455,173,154)</u>	<u>(248,006,441)</u>	<u>(1,218,734,524)</u>	<u>(3,454,666,437)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(110,950)				(110,950)
Outros	(6,998,906)	(8,176,445)	(566,052)	(15,375,783)	(31,117,186)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10,990,234)				(10,990,234)
Contas a pagar por operações de resseguro	(3,767,702)				(3,767,702)
Contas a pagar por outras operações	(5,898,525)				(5,898,525)
	<u>(1,560,518,637)</u>	<u>(463,349,598)</u>	<u>(248,572,493)</u>	<u>(1,234,110,308)</u>	<u>(3,506,551,035)</u>
	<u>(1,229,791,785)</u>	<u>1,030,177,477</u>	<u>333,627,698</u>	<u>705,902,236</u>	<u>839,915,626</u>

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efetiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, nomeadamente o risco de taxa de juro.

A gestão deste risco assenta numa análise da gestão de ativos e passivos, utilizando uma metodologia designada por ALM (*Asset Liability Management*).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

A monitorização do risco de taxa de juro é efetuada trimestralmente, através do apuramento do impacto no gap de ALM para uma variação negativa e positiva de 100 pontos base sobre a curva de taxa de juro sem risco da EIOPA publicada a 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o impacto estimado numa deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 pontos bases, é o seguinte:

	2020		2019	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	(4,738)	15,294	(16,266)	12,562

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro considerou toda a carteira de seguros de capitalização com garantia de taxa de juro contínua, em que o risco de investimento é suportado da Companhia

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR *Swap Zero Coupon Yield Curve*, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Crédito

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz

respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (*Senior, Lower Tier 2 e Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander, tendo em conta o conhecimento destas entidades, poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de *rating* Fitch Ratings, mantendo-se os restantes princípios inalterados.

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);

- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices bolsistas.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a adequação da duração das carteiras de obrigações às respetivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis "à vista" pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;

- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2020 e 2019, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2020									
	Saldo em 31-12-2019			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2020		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534,443	(534,448)	(5)					534,443	(534,448)	(5)
Equipamento informático	1,952,367	(1,945,957)	6,410			(4,199)		1,952,367	(1,950,155)	2,211
Material de transporte	238,654	(197,741)	40,913	42,330	(50,239)	50,239	(35,286)	230,746	(182,788)	47,957
Outros ativos tangíveis	202,238	(189,629)	12,609			(2,214)		202,238	(191,843)	10,395
	2,927,701	(2,867,775)	59,926	42,330	(50,239)	50,239	(41,698)	2,919,793	(2,859,235)	60,558

	2019									
	Saldo em 31-12-2018			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2019		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534,443	(533,355)	1,088			(1,093)		534,443	(534,448)	(5)
Equipamento informático	1,952,367	(1,940,421)	11,946			(5,536)		1,952,367	(1,945,957)	6,410
Material de transporte	300,965	(237,266)	63,699	18,332	(80,643)	80,643	(41,118)	238,654	(197,741)	40,913
Outros ativos tangíveis	191,168	(188,519)	2,649	11,070		(1,107)		202,238	(189,629)	12,609
	2,978,942	(2,899,560)	79,382	29,402	(80,643)	80,643	(48,855)	2,927,701	(2,867,775)	59,926

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2020 e 2019, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2020									
	Saldo em 31-12-2019			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2020		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático										
de dados (software)	9,549,559	(8,936,495)	613,064	271,704		(346,900)		9,821,263	(9,283,395)	537,868
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-					107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	389,747	-	389,747	410,829	(171,832)			628,744	-	628,744
	10,046,983	(9,044,172)	1,002,811	682,533	(171,832)	-	(346,900)	10,557,684	(9,391,071)	1,166,612

	2019									
	Saldo em 31-12-2018			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2019		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático										
de dados (software)	9,262,291	(8,620,645)	641,646	287,268		(315,850)		9,549,559	(8,936,495)	613,064
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-			-		107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	0	-	0	389,747		-		389,747	-	389,747
	9,369,968	(8,728,321)	641,647	677,015	-	(315,850)	-	10,046,983	(9,044,172)	1,002,811

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
<i>Contas a receber por operações de seguro direto</i>		
Prémios em cobrança	4,054,443	4,838,533
Mediadores	55,538	127,809
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	(30,509)	(225,494)
	<u>4,079,473</u>	<u>4,740,848</u>
<i>Contas a receber por operações de resseguro</i>		
	<u>1,749,669</u>	<u>199,404</u>
<i>Contas a receber por outras operações</i>		
Comissão de gestão a receber de produtos <i>unit-linked</i>	5,676,143	5,908,423
Outros	2,273,801	3,390,770
Resultados a receber	7,699,869	-
Ajustamentos	(634,153)	(685,126)
	<u>15,015,661</u>	<u>8,614,067</u>
	<u>20,844,802</u>	<u>13,554,320</u>

O montante de "Comissão de gestão a receber de produtos unit-linked" é relativo ao reconhecimento de comissões a receber respeitantes a comissões de produtos unit-link para os quais ainda não houve ocorrência de liquidação financeira.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante registado na rubrica de "Resultados a receber" resulta essencialmente dos dividendos distribuídos pelas participadas Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, relativamente aos resultados do exercício de 2019, que se encontram pendentes de recebimento à data em virtude das recomendações da ASF, em virtude do atual contexto económico resultante da pandemia do Covid-19.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo contabilístico das várias rúbricas, à data de relato.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Ativo</u>		
<u>Acréscimos de rendimentos</u>		
Outros acréscimos de rendimentos	5,153	16,384
	<u>5,153</u>	<u>16,384</u>
<u>Gastos diferidos</u>		
Seguros	1,134	1,008
Rendas e alugueres	-	8,639
	<u>1,134</u>	<u>9,647</u>
	<u>6,287</u>	<u>26,031</u>
<u>Passivo</u>		
<u>Acréscimos de gastos</u>		
Prémios de desempenho a pagar	448,405	948,192
Férias e subsídio de férias	287,135	279,804
Comissões	330,384	324,014
Prémio de Permanência	322,399	324,124
Comissões pela prestação de colaterais	1,738	44,143
Outros:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	375,825	801,358
- Fornecimentos e serviços externos	314,548	236,443
- Contratos de manutenção informática	520,709	523,045
- Diversos	4,467,259	6,677
	<u>7,068,401</u>	<u>3,487,801</u>
<u>Rendimentos diferidos</u>		
Comissões recebidas	215,612	243,878
Outros	-	59,460
	<u>215,612</u>	<u>303,338</u>
	<u>7,284,012</u>	<u>3,791,140</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Comissões" inclui os montantes de 265.385 euros e 263.717 euros, respetivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma empresa do Grupo pela gestão dos ativos financeiros da Companhia, a qual é calculada sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada mensalmente. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontravam-se por pagar as comissões referentes aos meses de dezembro de 2020 e de 2019, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Prémio de permanência", corresponde integralmente à avaliação das responsabilidades associadas, tendo por base um estudo atuarial elaborado por uma entidade externa.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica "Outros – Diversos" respeita essencialmente a gastos já incorridos decorrentes futura adoção da IFRS 17.

11. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
	Valor	Valor
<u>Seguro Direto</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	591,211,641	598,666,726
Mistos	538,950	2,969,698
Vida risco	144,832	190,381
Universal life	0	1,941,811
Rendas	40,695,996	40,854,811
	<u>632,591,420</u>	<u>644,623,427</u>
Provisão para prémios não adquiridos	<u>2,837,940</u>	<u>3,016,800</u>
Provisão para participação nos resultados atribuída	<u>987,416</u>	<u>2,014,733</u>
Provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>46,399,125</u>	<u>44,821,103</u>
Provisão para compromissos de taxa	<u>6,579,980</u>	<u>6,579,980</u>
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	18,193,270	21,533,725
Sinistros não declarados (IBNR)	3,323,770	3,323,770
Custos de gestão de sinistros	430,742	610,885
	<u>21,947,782</u>	<u>25,468,379</u>
	<u>711,343,662</u>	<u>726,524,422</u>
	2020	2019
	Valor	Valor
<u>Resseguro cedido</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática	509	84,665
Provisão para prémios não adquiridos	2,811,257	2,987,706
Provisão para participação nos resultados	71,533	-
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	<u>14,626,292</u>	<u>18,447,223</u>
	<u>17,509,591</u>	<u>21,519,594</u>

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited ("Ressegurador") um tratado de resseguro proporcional ("Contrato"), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco ("Carteira"). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

- Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeu como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

Durante os exercícios de 2020 e 2019 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das

apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 têm a seguinte composição:

	2020	2019
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(63,549,215)	(68,717,263)
Encargos de gestão	1,687,343	1,871,201
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 19)	<u>(61,861,872)</u>	<u>(66,846,062)</u>
Variação da provisão matemática de resseguro cedido	(674)	(56,927)
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(177,428)	(217,909)
Custos com sinistros de resseguro cedido	10,705,351	18,488,975
Comissões de resseguro cedido	<u>22,656,081</u>	<u>24,287,581</u>
	<u>(28,678,542)</u>	<u>(24,344,342)</u>

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 euros junto do Bank of New York Mellon, mobilizado progressivamente ao longo dos anos. Este depósito foi mobilizado mobilizável totalmente em 2020. Em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 29.442.609 euros.

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro direto e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	2020				
	Saldo em 31-12-2019	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Venda de Carteira para Mapfre Vida	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2020
Seguro direto					
Provisão matemática	644,623,427	(13,399,799)	(295,834)	1,663,625	632,591,420
Provisão para prémios não adquiridos	3,016,800	(178,860)			2,837,940
Provisão para participação nos resultados a atribuir	44,821,103	1,578,022			46,399,125
Provisão para participação nos resultados atribuída	-				-
De contratos de seguro	645,595	762,737	(58,746)	(645,078)	704,506
De contratos de investimento com participação	-				-
discricionária nos resultados	1,369,138	577,374		(1,663,603)	282,910
Provisão para compromissos de taxa	6,579,980				6,579,980
	<u>701,056,043</u>	<u>(10,660,527)</u>	<u>(354,580)</u>	<u>(645,056)</u>	<u>689,395,880</u>
Resseguro cedido					
Provisão matemática	(84,665)	84,156			(509)
Provisão para prémios não adquiridos	(2,987,706)	176,449			(2,811,257)
Provisão para participação nos resultados atribuída	-	(71,533)			(71,533)
	<u>(3,072,371)</u>	<u>189,072</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2,883,298)</u>
	<u>697,983,672</u>	<u>(10,471,455)</u>	<u>(354,580)</u>	<u>(645,056)</u>	<u>686,512,582</u>

	2019				
	Saldo em 31-12-2018	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2019
Seguro direto					
Provisão matemática	653,039,830	(10,332,504)	3,809,289	(1,893,188)	644,623,427
Provisão para prémios não adquiridos	3,244,158	(227,358)			3,016,800
Provisão para participação nos resultados a atribuir	25,997,395	18,823,708			44,821,103
Provisão para participação nos resultados atribuída					
De contratos de seguro	360,504	1,811,029	(980,054)	(545,885)	645,595
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	542,401	1,333,205		(506,467)	1,369,138
Provisão para compromissos de taxa	6,579,980				6,579,980
	<u>689,764,267</u>	<u>11,408,080</u>	<u>2,829,235</u>	<u>(2,945,540)</u>	<u>701,056,043</u>
Resseguro cedido					
Provisão matemática	(170,120)	1,226,929	94,616	(1,236,090)	(84,665)
Provisão para prémios não adquiridos	(3,211,210)	223,504	-		(2,987,706)
	<u>(3,381,329)</u>	<u>1,450,433</u>	<u>94,616</u>	<u>(1,236,090)</u>	<u>(3,072,371)</u>
	<u>686,382,938</u>	<u>12,858,514</u>	<u>2,923,851</u>	<u>(4,181,630)</u>	<u>697,983,672</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prémios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
Seguro direto						
Provisão matemática						
De seguros de vida	632,593,075	(1,655)	632,591,420	644,624,488	(1,061)	644,623,427
Provisão para prémios não adquiridos						
De seguros de vida	2,837,940	-	2,837,940	3,016,800	-	3,016,800
	<u>635,431,015</u>	<u>(1,655)</u>	<u>635,429,359</u>	<u>647,641,288</u>	<u>(1,061)</u>	<u>647,640,227</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2020				31-12-2019			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro direto								
De seguros de vida								
Temporários	17,121,261	3,323,770	412,765	20,857,796	20,603,434	3,323,770	589,001	24,516,205
Capitais diferidos	882,600	-	17,850	900,451	907,853	-	15,558	923,411
Mistos	100,335	-	83	100,418	18,178	-	820	18,998
Unit Linked	-	-	(11)	(11)	-	-	5,434	5,434
Rendas	2,314	-	54	2,368	4,260	-	72	4,332
Universal life	86,759	-	-	86,759				-
	<u>18,193,270</u>	<u>3,323,770</u>	<u>430,742</u>	<u>21,947,782</u>	<u>21,533,725</u>	<u>3,323,770</u>	<u>610,885</u>	<u>25,468,379</u>
	<u>18,193,270</u>	<u>3,323,770</u>	<u>430,742</u>	<u>21,947,782</u>	<u>21,533,725</u>	<u>3,323,770</u>	<u>610,885</u>	<u>25,468,379</u>
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(14,626,292)	-	-	(14,626,292)	(18,447,223)	-	-	(18,447,223)
	<u>(14,626,292)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14,626,292)</u>	<u>(18,447,223)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18,447,223)</u>
	<u>3,566,978</u>	<u>3,323,770</u>	<u>430,742</u>	<u>7,321,490</u>	<u>3,086,502</u>	<u>3,323,770</u>	<u>610,885</u>	<u>7,021,156</u>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2020 e 2019 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2020			Reajustamentos
	Provisão para sinistros em 31-12-2019	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2019(*)	
Ramo vida	25,468,379	12,052,853	8,803,003	(4,612,523)

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

	2019			Reajustamentos
	Provisão para sinistros em 31-12-2018	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2019(*)	
Ramo vida	25,446,449	15,778,176	10,122,576	454,303

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Em 2020 e 2019, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2020				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	15,769,477	(13,817,536)	(3,658,409)	3,354,246	1,647,778
Produtos financeiros	48,881,825	-	137,811	-	49,019,636
	<u>64,651,302</u>	<u>(13,817,536)</u>	<u>(3,520,597)</u>	<u>3,354,246</u>	<u>50,667,414</u>

	2019				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	24,326,994	(20,346,181)	(718,727)	308,094	3,570,180
Produtos financeiros	48,510,200	-	(676,204)	-	47,833,996
	<u>72,837,194</u>	<u>(20,346,181)</u>	<u>(1,394,931)</u>	<u>308,094</u>	<u>51,404,176</u>

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

Políticas de gestão de risco de seguro

A Companhia implementou o seu Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *Compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;

- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

Capital seguro	2020		2019	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	4,822,239,376	4,705,462,491	5,528,029,624	5,394,902,577
Coletivos	927,249,875	482,215,935	802,452,891	500,551,152
Plano Proteção	1,817,162,639	1,809,450,639	1,946,724,292	1,938,182,292
Crédito ao Consumo	0	-	182,449,220	152,428
Vida Risco (Carteira Eurovida)	164,715,000	-	845,051,999	795,275,161
Outros	1,236,906,589	20,150,282	1,131,810,837	27,005,988
Outros (Carteira Eurovida)	555,956	-	636,986	-
	<u>8,968,829,434</u>	<u>7,017,279,347</u>	<u>10,437,155,848</u>	<u>8,656,069,598</u>

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com as seguintes resseguradoras: Abbey Life, AXA Partners (ex-Genworth), General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, AXA Re, Swiss Re, Partner Re, Mapfre, SCOR e Hannover Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2020 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A
General Cologne Re	AA+
AXA Partners (ex-Genworth)	A
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	A
Swiss Re	AA-
Partner Re	A+
Mapfre	A+
SCOR	AA-
Hannover Re Correduria de Reaseguros	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efetuada anualmente pelos Serviços da Companhia.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarifação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2020	2019	2018	2017	2016
Rácio de sinistralidade	15.18%	24.93%	17.93%	24.59%	21.13%
Rácio de despesas de aquisição	34.12%	31.92%	31.00%	33.53%	33.91%
Rácio combinado	49.30%	56.85%	48.92%	58.13%	55.04%

12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	2020				Montante gerido em 31-12-2020
	Montante gerido em 31-12-2019	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	2,453,955,963	257,476,194	(496,910,102)	26,680,293	2,241,202,348
PPR	949,130,797	54,005,302	(46,322,402)	36,783,414	993,597,112
	<u>3,403,086,760</u>	<u>311,481,496</u>	<u>(543,232,503)</u>	<u>63,463,707</u>	<u>3,234,799,460</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	51,579,676	1,547,322	(4,869,517)	1,160,058	49,417,540
PPR	-	-	-	-	-
	<u>51,579,676</u>	<u>1,547,322</u>	<u>(4,869,517)</u>	<u>1,160,058</u>	<u>49,417,540</u>
	<u>3,454,666,437</u>	<u>313,028,818</u>	<u>(548,102,020)</u>	<u>64,623,765</u>	<u>3,284,217,000</u>
2019					
	Montante gerido em 31-12-2018	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2019
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	2,530,691,188	202,786,610	(439,699,249)	160,177,414	2,453,955,963
PPR	611,620,850	314,819,986	(29,809,918)	52,499,878	949,130,797
	<u>3,142,312,038</u>	<u>517,606,596</u>	<u>(469,509,166)</u>	<u>212,677,293</u>	<u>3,403,086,760</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	55,576,333	1,843,974	(7,597,016)	1,756,384	51,579,676
PPR	-	-	-	-	-
	<u>55,576,333</u>	<u>1,843,974</u>	<u>(7,597,016)</u>	<u>1,756,384</u>	<u>51,579,676</u>
	<u>3,197,888,372</u>	<u>519,450,570</u>	<u>(477,106,182)</u>	<u>214,433,677</u>	<u>3,454,666,437</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2020 e 2019 encontram-se detalhadas na Nota 27.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked*. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivos subordinados		
Depósitos recebidos de resseguradores	22,253	110,950
	<u>22,253</u>	<u>110,950</u>
Outros passivos financeiros		
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i>)	5,635,073	6,233,348
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i>)	18,877,320	16,846,623
Outros	2,152,775	8,037,216
	<u>26,665,169</u>	<u>31,117,186</u>
	<u>26,687,422</u>	<u>31,228,136</u>

Os "Outros" incluídos em outros passivos financeiros resultantes igualmente do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rúbricas, à data de relato.

14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<i>Contas a pagar por operações de seguro direto</i>		
Comissões a pagar	9,961,457	10,945,427
Tomadores de seguro	52,687	44,807
	<u>10,014,144</u>	<u>10,990,234</u>
<i>Contas a pagar por operações de resseguro</i>	<u>4,884,003</u>	<u>3,767,702</u>
<i>Contas a pagar por outras operações</i>		
Resgates pendentes de liquidação	3,038,757	4,997,682
Outros credores	1,233,842	610,518
Outros fornecedores	206,353	290,325
	<u>4,478,952</u>	<u>5,898,525</u>
	<u>19,377,099</u>	<u>20,656,461</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Comissões a pagar" refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2020 e ao 4º trimestre de 2019, respetivamente, as quais foram regularizadas no 1º trimestre de 2021 e 2020, respetivamente.

Os restantes montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rúbricas, à data de relato.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

	2020	2019
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	-
	-	-
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(725,059)	(5,992,887)
Outros impostos a pagar	(946,157)	(1,397,348)
	(1,671,216)	(7,390,235)
Total de impostos correntes	(1,671,216)	(7,390,235)
<u>Ativos por impostos diferidos</u>		
	1,612,577	1,572,670
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
	(819,637)	(222,217)
Total de impostos diferidos	792,940	1,350,453

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	2020	2019
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Consolidação fiscal	445,000	980,000
Coleta	(2,078,093)	(6,241,892)
Derrama municipal e estadual	(448,219)	(1,737,014)
Outros	198,634	402,792
Retenções na fonte efetuadas por terceiros		-
Pagamentos por conta	1,157,619	603,228
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	(725,059)	(5,992,886)
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(522,193)	(847,881)
Outros impostos e taxas	(358,575)	(480,859)
Contribuições para a segurança social	(65,389)	(68,608)
	(946,157)	(1,397,348)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	2020				
	Saldo em 31-12-2019	Reclassificação por outras rubricas de Balanço	Variação em		Saldo em 31-12-2020
Capital Próprio			Resultados		
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,571,981			40,596	1,612,577
Outros	689			(689)	-
	1,572,670	-	-	39,907	1,612,577
<u>Passivos por impostos diferidos</u>					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(222,217)		(597,419)		(819,636)
	1,350,453	-	(597,419)	39,907	792,941

	2019				
	Saldo em 31-12-2018	Reclassificação por outras rubricas de Balanco	Variação em		Saldo em 31-12-2019
Capital Próprio			Resultados		
Ativos por impostos diferidos					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(72,097)	72,097			-
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,629,712			(57,731)	1,571,981
Outros	793			(104)	689
	<u>1,558,408</u>	<u>72,097</u>	<u>-</u>	<u>(57,835)</u>	<u>1,572,670</u>
Passivos por impostos diferidos					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	-	(72,097)	(150,120)		(222,217)
	<u>-</u>	<u>(72,097)</u>	<u>(150,120)</u>	<u>-</u>	<u>(222,217)</u>

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Por sua vez, os impostos diferidos ativos são contabilizados quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2020	2019
Impostos correntes	1,512,531	6,699,379
Impostos diferidos	(310,147)	(1,298,951)
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>1,202,383</u>	<u>5,400,428</u>
Resultado antes de impostos	<u>28,109,341</u>	<u>30,944,945</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>4.28%</u>	<u>17.45%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser demonstrada como segue:

	2020		2019	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		28,109,341		30,944,945
Imposto apurado com base na taxa nominal	21.00%	5,902,962	21.00%	6,498,438
Derramas	1.59%	448,219	5.61%	1,737,014
Outras diferenças permanentes	-14.64%	(4,115,208)	-1.80%	(556,074)
Outros	-2.57%	(723,443)	-3.17%	(980,000)
Impostos diferidos	-1.10%	(310,147)	-4.20%	(1,298,951)
Carga de imposto sobre o rendimento do período	4.28%	1,202,383	17.45%	5,400,428

A STS está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2020 e 2019 ascendeu a 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável não isenta;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável; e,
- Derrama estadual a uma taxa progressiva aplicada sobre a parte do lucro tributável correspondente a cada um dos escalões abaixo indicados:
 - Menor ou igual a 1.500.000 euros - 0%;
 - Maior do que 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros - 3%;
 - Maior do que 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros - 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros - 9%.

A taxa de imposto utilizada pela Companhia no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 23,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer

correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. Deste modo, as declarações fiscais da STS dos exercícios de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Grupo Santander Totta aplica desde o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que viera a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, BST, Santander Totta Seguros e TottaUrbe - sociedades dominadas.

16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2020 e 2019, o movimento nas rubricas de "Outras provisões" e "Ajustamentos a contas do ativo" foi o seguinte:

	2020				Saldos em 31-12-2020
	Saldos em 31-12-2019	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	225,494		194,985	-	30,509
	<u>225,494</u>	-	<u>194,985</u>	-	<u>30,509</u>
Ajustamento em outras contas a receber	685,126	-	-	50,973	634,153
	<u>685,126</u>	-	-	<u>50,973</u>	<u>634,153</u>
Outras provisões	4,756,908	858,030		3,508,391	2,106,547
	<u>5,667,528</u>	<u>858,030</u>	<u>194,985</u>	<u>3,559,365</u>	<u>2,771,209</u>
	2019				Saldos em 31-12-2019
	Saldos em 31-12-2018	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	149,231	76,263	-	-	225,494
	<u>149,231</u>	<u>76,263</u>	-	-	<u>225,494</u>
Ajustamento em outras contas a receber	685,126	-	-	-	685,126
	<u>685,126</u>	-	-	-	<u>685,126</u>
Outras provisões	5,003,425		(218,066)	(28,451)	4,756,908
	<u>5,837,782</u>	<u>76,263</u>	<u>(218,066)</u>	<u>(28,451)</u>	<u>5,667,528</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outras provisões” destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui as provisões necessárias para fazer face às responsabilidades relacionadas com o tratado de resseguro celebrado em julho de 2012 com a Abbey Life Assurance Company Limited, e ainda quaisquer outros encargos relacionados com a carteira ressegurada e que possam não ser recuperáveis junto do ressegurador, nomeadamente participações nos resultados de seguro direto.

As provisões registadas na rubrica “Outras provisões” são mensuradas ao valor presente. Face ao montante e natureza das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2020	2019
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	60,389,267	55,189,300
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(46,399,125)	(44,821,103)
	<u>13,990,142</u>	<u>10,368,197</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(3,287,683)	(2,420,023)
	<u>38,828,016</u>	<u>36,273,563</u>
Reserva legal	<u>2,476,709</u>	<u>2,476,709</u>
Outras reservas	<u>44,369,496</u>	<u>21,379,432</u>
Resultados transitados	<u>21,379,432</u>	<u>44,369,496</u>

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Outras reservas" inclui a reserva de fusão no âmbito da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., no montante de 2.455.094 euros.

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de Setembro), um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2020	2019
Resultado líquido do período	26,906,958	25,544,516
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47,250,000	47,250,000
Resultados básicos por ação	0.57	0.54

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2020 e 2019, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	77,956,654	(64,657,062)	13,299,592	88,351,861	(76,120,649)	12,231,211
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	20,746,967		20,746,967	29,362,592	-	29,362,592
	<u>98,703,621</u>	<u>(64,657,062)</u>	<u>34,046,559</u>	<u>117,714,453</u>	<u>(76,120,649)</u>	<u>41,593,803</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	178,860	(176,449)	2,411	227,358	(223,504)	3,854
	<u>178,860</u>	<u>(176,449)</u>	<u>2,411</u>	<u>227,358</u>	<u>(223,504)</u>	<u>3,854</u>
	<u>98,882,481</u>	<u>(64,833,511)</u>	<u>34,048,970</u>	<u>117,941,810</u>	<u>(76,344,153)</u>	<u>41,597,657</u>

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica "Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido", inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 63.549.215 euros e de 68.717.263 euros respetivamente.

Nos exercícios de 2020 e 2019, os prêmios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2020	2019
Prêmios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	50,288,354	64,598,662
Relativos a contratos de grupo	48,415,268	53,115,791
	<u>98,703,622</u>	<u>117,714,453</u>
Periódicos	95,134,496	112,136,311
Não periódicos	3,569,126	5,578,142
	<u>98,703,622</u>	<u>117,714,453</u>
De contratos sem participação nos resultados	68,319,974	81,514,356
De contratos com participação nos resultados	30,383,648	36,200,097
	<u>98,703,622</u>	<u>117,714,453</u>

20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2020 e 2019, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contábilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	5,324	7,032
EUROVIDA Rendimento	72,092	245,858
	<u>77,416</u>	<u>252,890</u>
Unit-linked		
Poupança Rendimento Vida	4,232,057	8,136,132
Seguro Investimento	6,022,845	4,822,865
Super Rendimento Seguro	132,875	43,791
Seguro Poupança Segura PPR	2,402,013	1,608,807
Fundos Santander	9,256,349	10,194,235
EUROVIDA PPR	1,019,314	1,184,835
EUROVIDA INVESTE 2023	2,124,654	2,630,106
	<u>25,190,107</u>	<u>28,620,770</u>
	<u>25,267,523</u>	<u>28,873,660</u>

As comissões relativas a produtos *unit-linked* recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão; (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, e (iii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos, apresentando a seguinte composição:

	2020	2019
Comissões <i>Unit-linked</i>		
Comissões de gestão	24,215,086	26,202,896
Comissões de resgate	975,022	696,402
Comissões <i>upfront</i>	0	1,721,471
	<u>25,190,108</u>	<u>28,620,770</u>

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2020	2019
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	26,115,627	29,260,824
Custos imputados (Nota 22)	202,386	274,436
Outros custos de aquisição	139,256	178,446
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	15,242,700	18,406,323
Custos imputados (Nota 22)	1,440,393	1,744,728
De Fundos de Pensões		
Custos imputados (Nota 22)	110,840	363,344
	<u>43,251,202</u>	<u>50,228,102</u>
Variação dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	<u>(594)</u>	<u>13,337</u>
Gastos administrativos (Nota 22)	<u>4,532,130</u>	<u>5,255,571</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(24,967,693)	(27,011,764)
Variação dos custos de aquisição diferidos	<u>(244)</u>	<u>(536,710)</u>
	<u>(24,967,937)</u>	<u>(27,548,474)</u>
	<u>22,814,801</u>	<u>27,948,537</u>

Em 2020 e 2019, foram registadas na rubrica “Comissões do ramo vida” as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 22,656,081 euros e 24,287,581 euros, respetivamente (Nota 11).

22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2020 e 2019, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Gastos com o pessoal (Nota 23)	2,486,918	3,528,139
Fornecimentos e serviços externos:		
Gastos com informática	2,109,182	2,277,342
Consultoria e assessoria	1,369,439	1,502,854
Comunicações	201,230	357,452
Rendas e alugueres (Nota 31)	170,466	167,967
Gastos com cobrança de prémios	2,553	4,625
Gastos com trabalho independente	100,078	90,821
Quotizações	164,300	96,926
Arquivo	54,776	66,382
Livros e documentação técnica	532	2,266
Deslocações e estadas	23,781	30,264
Impressos	7,319	12,927
Material de escritório	663	2,231
Trabalhos especializados	34,215	37,854
Outros	26,426	47,402
	<u>4,264,960</u>	<u>4,697,312</u>
Encargos com comissões por serviços bancários	4,398,350	4,184,262
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	41,698	48,855
Ativos intangíveis	346,900	315,850
	<u>388,598</u>	<u>364,705</u>
Impostos e taxas	218,692	335,099
Juros suportados de depósitos de resseguradores	-	12
	<u>11,757,518</u>	<u>13,109,529</u>
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos administrativos (Nota 21)	4,281,355	5,497,579
Custos de aquisição (Nota 21)	1,951,995	2,019,165
Custos com investimentos (Nota 26)	3,754,141	3,821,538
Custos com sinistros	1,408,412	1,407,903
A gestão de fundos de pensões	361,616	363,344
	<u>11,757,518</u>	<u>13,109,529</u>

Nos exercícios de 2020 e 2019, parte dos saldos das rubricas "Gastos com informática" e "Consultoria e assessoria" dizem respeito à prestação de serviços informáticos, faturados por entidades do Grupo Santander, nos montantes de 886,434 euros e 721,821 euros, respetivamente (Nota 31).

A rubrica "Impostos e taxas" diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2020 e 2019, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	500,812	722,142
Do pessoal	<u>1,448,077</u>	<u>2,001,668</u>
	<u>1,948,889</u>	<u>2,723,810</u>
Encargos sobre remunerações	<u>424,947</u>	<u>517,748</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	29,132	36,711
Outros benefícios a longo prazo	-	(90,918)
Outros gastos com pessoal	<u>83,950</u>	<u>340,788</u>
	<u>2,486,918</u>	<u>3,528,139</u>

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2020 e 2019 e a pagar em 2021 e 2020, nos montantes de 81.326 euros e 327.081 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica “Outros benefícios a longo prazo”.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2020 e 2019, por categoria profissional, foi o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dirigentes executivos	2	2
Quadros superiores	5	5
Quadros médios	6	7
Profissionais altamente qualificados	17	15
Profissionais qualificados	13	14
	<u>43</u>	<u>43</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 43.

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2020 e 2019, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis nos anos de 2020 e 2019, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 404,555 euros e 416,142 euros para as fixas e de 96.257 euros e 306.000 euros para as variáveis.

As remunerações fixas de 2020 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

<u>Nome</u>	<u>Remuneração fixa</u>
Nuno Miguel Frias Costa	203,921
Maria Cristina M.B. De Melo Antunes	128,133
	<u>332,055</u>

Conselho Fiscal

<u>Nome</u>	<u>Remuneração fixa</u>
José Luís Areal Alves Cunha	32,500
António Baia Engana	20,000
Maria Manuela Lourenço	20,000
	<u>72,500</u>

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2020, é a que consta do quadro seguinte:

<u>Nome</u>	<u>Prémio de desempenho de 2020</u>	
	<u>Parcela Pecuniária</u>	<u>Parcela de ações retida por um ano</u>
Nuno Miguel Frias Costa	15,000	16,258
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	45,000	
	<u>60,000</u>	<u>16,258</u>

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 5.587 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 2,91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2020, são as que constam do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2020					
	Parcela Pecuniária			Parcela de ações (em número)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Nuno Miguel Frias Costa	3,333	3,333	3,333	1,242	1,242	1,240
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes						
	<u>3,333</u>	<u>3,333</u>	<u>3,333</u>	<u>1,242</u>	<u>1,242</u>	<u>1,240</u>

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2019, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2019			
	2022		2023	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Nuno Miguel Frias Costa	6,667	1,817	6,667	1,816
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	5,867	1,599	5,867	1,598
	<u>12,533</u>	<u>3,416</u>	<u>12,533</u>	<u>3,414</u>

Nome	Prémio de desempenho de 2019 entregue em Fevereiro 2021		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Nuno Miguel Frias Costa	-	6,667	5,287
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	-	5,867	4,653
	<u>-</u>	<u>12,533</u>	<u>9,941</u>

O valor das ações corresponde a 3.416 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 2.91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição

Na presente data encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2018, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2018	
	2022	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	930
Nuno Miguel Frias Costa	15,133	3,521
	<u>19,133</u>	<u>4,451</u>

Nome	Prémio de desempenho de 2018 entregue em Fevereiro 2021		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Pedro Brandão Melo Castro	17	4,000	2,709
Nuno Miguel Frias Costa	64	15,133	10,246
	<u>80</u>	<u>19,133</u>	<u>12,955</u>

O valor das ações corresponde a 4.452 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 2,91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Na presente data foram pagos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2017, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte, não existindo diferido qualquer valor:

Nome	Prémio de desempenho de 2017 entregue em Fevereiro 2021		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	51	4,713	2,302
Manuela Vieira Marinho	36	3,333	1,627
Pedro Brandão Melo Castro	43	4,000	1,950
Nuno Miguel Frias Costa	183	16,800	8,200
	314	28,847	14,079

O valor das ações corresponde a 4.838 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 2.91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 220.188 Euros (2019: 229.389 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 142.988 Euros (2019: 153.350 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 77.201 Euros (2019: 76.039 Euros)). Do referido montante de honorários, 105.626 Euro foram faturados em 2020.

24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma ("PIR").

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.^a-A, n.º1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 29,132 euros e 36,711 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

No exercício de 2020, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2020			Total
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	
Ramo vida:				
Terrenos e edifícios	-	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	56,724,404	-	2,770,166	59,494,570
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10,477,427	-	-	10,477,427
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,362,165	-	-	1,362,165
Depósitos à ordem em instituições de crédito	17,873	-	-	17,873
Outros ativos	92,167	-	-	92,167
	<u>68,674,036</u>	<u>-</u>	<u>2,770,166</u>	<u>71,444,202</u>
Não técnica:				
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	8,946,976	-	8,946,976
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	56,421	-	-	56,421
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	202,761	-	-	202,761
Empréstimos concedidos e contas a receber	913	-	-	913
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1,454	-	-	1,454
Outros ativos	-	-	-	-
	<u>261,550</u>	<u>8,946,976</u>	<u>-</u>	<u>9,208,526</u>
	<u>68,935,586</u>	<u>8,946,976</u>	<u>2,770,166</u>	<u>80,652,728</u>

No exercício de 2019, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2019			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
Ramo vida:				
Terrenos e edifícios	-	-	-	-
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	72,385,311	-	3,503,135	75,888,446
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	11,748,192	-	-	11,748,192
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,810,324	-	-	1,810,324
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2,478	-	-	2,478
Outros ativos	38,913	-	-	38,913
	<u>85,985,218</u>	<u>-</u>	<u>3,503,135</u>	<u>89,488,353</u>
Não técnica:				
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	5,412,366	-	5,412,366
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	487,410	-	-	487,410
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	185,557	-	-	185,557
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,170	-	-	1,170
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1,662	-	-	1,662
Outros ativos	-	-	-	-
	<u>675,799</u>	<u>5,412,366</u>	<u>-</u>	<u>6,088,166</u>
	<u>86,661,017</u>	<u>5,412,366</u>	<u>3,503,135</u>	<u>95,576,518</u>

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica de "Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos", corresponde aos dividendos pagos pela Aegon Santander Portugal Vida, Aegon Santander Portugal Não Vida e Popular Seguros (aplicável apenas no ano 2020), referentes aos exercícios de 2019 e 2018, respetivamente.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2020 e 2019, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 22)	3,754,141	-	3,754,141	3,821,538	-	3,821,538
Juros de <i>interest rate swaps</i>:						
Produtos <i>unit-linked</i>	5,118,802	-	5,118,802	8,046,518	-	8,046,518
De outros passivos financeiros:						
Comissões	-	116,326	116,326	-	328,236	328,236
Juros de mora	-	62	62	-	0	0
	<u>8,872,943</u>	<u>116,388</u>	<u>8,989,331</u>	<u>11,868,057</u>	<u>328,236</u>	<u>12,196,293</u>

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica "De outros passivos financeiros - Comissões" corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 11).

27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2020 e 2019, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	1,634,077	1,086,551
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	(107,517)	(379,781)
Outros	0	5,816,488
	<u>1,526,560</u>	<u>6,523,259</u>
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	(17,952,361)	24,544,824
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	(50,853,444)	125,928,640
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	13,606,223	(209,137,466)
Outros	(1,435)	(1,287)
	<u>(55,201,017)</u>	<u>(58,665,289)</u>

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2020 e 2019, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	78,497,393	(96,451,136)	(17,953,743)	83,685,396	(68,904,668)	14,780,728
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1,643,955	(7,308)	1,636,647	1,087,628	(774)	1,086,855
De outros	29,007	(32,256)	(3,249)	1	(393)	(392)
	<u>80,170,355</u>	<u>(96,490,700)</u>	<u>(16,320,345)</u>	<u>84,773,024</u>	<u>(68,905,442)</u>	<u>15,867,583</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1,410	(28)	1,382	9,764,008	-	9,764,008
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	679	-	679	88	-	88
De outros	-	-	-	-	-	-
	<u>2,089</u>	<u>(28)</u>	<u>2,061</u>	<u>9,764,097</u>	<u>-</u>	<u>9,764,097</u>
	<u>80,172,445</u>	<u>(96,490,728)</u>	<u>(16,318,284)</u>	<u>94,537,121</u>	<u>(68,905,442)</u>	<u>25,631,680</u>

27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2020 e 2019, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	507,827,980	(493,971,308)	13,856,672	379,356,830	(253,428,190)	125,928,640
	<u>507,827,980</u>	<u>(493,971,308)</u>	<u>13,856,672</u>	<u>379,356,830</u>	<u>(253,428,190)</u>	<u>125,928,640</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	284,837	(535,286)	(250,449)	66,934	(66,934)	-
	<u>284,837</u>	<u>(535,286)</u>	<u>(250,449)</u>	<u>66,934</u>	<u>(66,934)</u>	<u>-</u>
	<u>508,112,817</u>	<u>(494,506,594)</u>	<u>13,606,223</u>	<u>379,423,764</u>	<u>(253,495,124)</u>	<u>125,928,640</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2020 e 2019, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(55,693,293)	(210,429,518)
Variações negativas dos passivos financeiros	4,839,849	1,292,052
	<u>(50,853,444)</u>	<u>(209,137,466)</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	25,190,108	28,620,770
Outros	955,394	926,053
	<u>(24,707,942)</u>	<u>(179,590,643)</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	(107,517)	(379,781)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	75,980	252,890
Outros	-	(8,380)
	<u>(31,537)</u>	<u>(135,271)</u>
	<u>(24,739,479)</u>	<u>(179,725,914)</u>

28. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2020 e 2019, a rubrica apresenta resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados essencialmente em dólares norte-americanos, libras esterlinas e reais brasileiros. Todos os instrumentos encontram-se afetos a produtos *unit-linked* ou à carteira de investimentos livres.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2020 e 2019, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(345,556)	(284,686)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(1,001)	(543)
Bonificação por resgates e anulações	1,000,170	907,412
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	25,255	4,919
	<u>678,867</u>	<u>627,101</u>

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2020 e 2019, a composição destas rubricas é a seguinte:

	2020	2019
Correções à estimativa de IRC de anos anteriores	(15,172)	(5,651)
Custos por riscos operacionais	(4,938)	(8,976)
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	24,643	29,617
Outros	260,259	518,109
	<u>264,792</u>	<u>533,099</u>

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2020 e 2019, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo conjunto da Companhia (empreendimentos conjuntos)	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Nuno Miguel Frias Costa	
Francisco Del Cura Ayuso	
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	
Membros do Conselho Fiscal	
José Luis Areal Alves da Cunha	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço	

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 2 de Janeiro de 2016, a Companhia aderiu ao Agrupamento Santander Tecnologia y Operaciones, A.E.I.E. mediante aprovação da Assembleia Geral do Agrupamento realizada a essa data e escritura de aceitação de novo membro de 29 de Janeiro de 2016, pelo que a partir desta data os serviços de tecnologia e operações especializados centralizados em Espanha, passaram a ser prestados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

	2020											Total		
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	Santander Global Operations	Santander Global Tech	Santander Tecnologia	GEOBAN	Banco Santander SA - Espanha	Aegon Santander Portugal Vida		Aegon Santander Portugal Não Vida	Mapfre Santander Portugal
Ativo														
Depósitos à ordem	271,341,703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Depósitos a prazo	31,245,589	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	3,749,250	18,057,250	
Ativos intangíveis	257,748	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257,748	
Contas a receber	1,953,772	-	-	-	-	-	-	-	-	6,396	-	-	1,960,168	
Total do Ativo	304,798,812	-	-	-	-	-	-	-	-	8,238,396	6,076,000	3,749,250	322,862,458	
Passivo														
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contas a pagar	(8,890,331)	(288,027)	-	-	-	-	-	-	-	(147,916)	-	-	(10,326,274)	
Total do Passivo	(8,890,331)	(288,027)	-	-	-	-	-	-	-	(147,916)	-	-	(10,326,274)	
Ganhos e perdas														
Juros de depósitos à ordem	11,064	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,064	
Juros de depósitos a prazo	2,125,809	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,125,809	
Comissões de mediação	(40,025,392)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40,025,392)	
Comissões de gestão	-	(3,115,474)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,115,474)	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,249,869	2,450,000	1,247,107	8,946,976	
Comissões de liquidação	(187,381)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(187,381)	
Comissões de custódia	(847,386)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(847,386)	
Comissões de penalização de resgate	(345,556)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(345,556)	
Prestação de serviços	(284,041)	-	-	-	(209,678)	-	(174,739)	-	(22,001)	(196,977)	-	-	(866,434)	
Renda escritório	(97,325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(97,325)	
Participação nos resultados	(6,621)	-	-	-	(112)	(227)	-	-	(103)	-	-	-	(7,084)	
Comissões por colaterais prestados	(116,326)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116,326)	
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(2,081,312)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,081,312)	
Total de Ganhos e Perdas	(41,854,668)	(3,115,474)	-	(112)	(227)	(209,678)	-	(174,739)	(103)	(22,001)	5,053,892	2,450,000	1,247,107	(36,626,002)

	2019											Total		
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GESBAN	Santander Global Operations	Santander Global Tech	Santander Tecnologia	GEOBAN	AEE		Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida
Ativo														
Depósitos à ordem	309,053,948	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	299,082,532	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	7,500,000	21,808,000
Ativos intangíveis	257,748	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257,748
Contas a receber	1,935,678	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,935,678
Total do Ativo	609,329,907	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	7,500,000	631,137,907
Passivo														
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(10,799,515)	(286,377)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11,085,893)
Total do Passivo	(10,799,515)	(286,377)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11,085,893)
Ganhos e perdas														
Juros de depósitos à ordem	9,789	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,789
Juros de depósitos a prazo	10,490,378	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,490,378
Comissões de mediação	(45,490,492)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45,490,492)
Comissões de gestão	-	(3,003,861)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,003,861)
Coabrança prémios e outros (Bapop)	(8,958)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8,958)
Comissões de liquidação	(291,622)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291,622)
Comissões de custódia	(794,201)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(794,201)
Comissões de penalização de resgate	(285,885)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(285,885)
Prestação de serviços	(332,494)	-	-	-	-	-	(216,240)	(46,574)	(127,716)	-	(48,797)	-	-	(721,821)
Renda escritório	(97,325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(97,325)
Participação nos resultados	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(442)
Comissões por colaterais prestados	(328,236)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(328,236)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(6,896,906)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6,896,906)
Total de Ganhos e Perdas	(44,088,056)	(3,003,861)	-	(112)	(227)	(103)	(216,240)	(46,574)	(127,716)	-	(48,797)	-	-	(47,531,685)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos registados em Balanço respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	2020		2019	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	13,957,981	102,574	13,844,925	105,448
Santander Internacional Debt, S.A.	-	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	3,775,413	23,182	12,372,807	23,182
Santander Issuances, S.A.	-	-	-	-
Banco Santander, S.A.	11,260,472	34,761	1,007,780	15,352
Santander Consumer Bank	3,047,070	4,685	3,044,040	4,672
Total	32,040,936	165,201	30,269,552	148,654

Nos exercícios de 2020 e 2019, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2020			2019		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	121,385	4,131	(60,577)	124,373	3,462	154,119
Santander Internacional Debt, S.A.						
Banco Santander Totta, S.A.	58,008	-	(233,826)	64,514	3,462	136,996
Santander Issuances, S.A.						
Banco Santander, S.A.	21,163	15,531	(336,158)	26,704	(186)	(1,105)
Santander Consumer Bank	22,512	-	3,030	22,539	-	71,161
	223,068	19,662	(627,531)	238,130	6,738	361,171

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

32. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

	2020				
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem					279,178,694
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,094,448,107	2,604,518,195	461,538,849	28,391,063	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	747,054,578	746,317,774	736,804		
Empréstimos concedidos e contas a receber					272,832,983
Ativos financeiros	3,841,502,684	3,350,835,969	462,275,653	28,391,063	272,832,983
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,234,799,460		3,234,799,460		49,417,540
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	26,687,422			26,687,422	
Outros passivos financeiros - Restantes	19,377,099			19,377,099	
Passivos financeiros	3,280,863,981	-	3,234,799,460	46,064,521	49,417,540
	2019				
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem					316,261,912
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3,016,450,160	2,958,436,951	33,261,265	24,751,944	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	725,007,133	724,259,232	747,901		
Empréstimos concedidos e contas a receber					272,832,983
Ativos financeiros	3,741,457,293	3,682,696,183	34,009,166	24,751,944	272,832,983
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3,403,086,761		3,403,086,761		51,579,676
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias				31,228,137	
Outros passivos financeiros - Restantes	31,228,137			20,656,461	
	20,656,461				
Passivos financeiros	3,434,314,897	-	3,403,086,761	31,228,137	51,579,676

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxa de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Durante o exercício de 2020 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2020				Saldo em 31-12-2020
	Saldo em 31-12-2019	Liquidações	Aquisições	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros valorizaao justo valor através de ganhos e perdas (Nível 3)	24,751,944	(903,460)	2,329,112	2,213,466	28,391,063

Durante o exercício de 2019 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	Saldo em 31-12-2018	Liquidações	Aquisições	Varição justo valor	Saldo em 31-12-2019
	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	39,232,683	-29,722,495	839,454	14,402,302

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é apresentado como segue:

	2020		
	Ativos / passivos registados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	41,898,150	41,898,150	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	2,178,886	2,022,914	2
Ativos financeiros	44,077,037	43,921,064	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	49,417,540	49,417,540	2
Passivos financeiros	49,417,540	49,417,540	
	2019		
	Ativos / passivos registados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	270,717,218	270,717,218	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	2,115,765	2,131,403	2
Ativos financeiros	272,832,983	272,848,621	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	51,579,676	51,579,676	2
Passivos financeiros	51,579,676	51,579,676	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

34. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável (“Earn Out”) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a essa data, sendo que de acordo com as avaliações realizadas foi atingido o valor máximo a receber. Deste valor, existe uma parcela de 13 milhões de euros, cujo pagamento não depende da verificação de qualquer variável futura, e cujos pagamentos à STS serão: 4 milhões de euros pagos em Janeiro de 2021, 5 milhões de euros pagos no início de 2022 e os restantes 4 milhões de euros pagos no início de 2023. Uma vez que o recebimento dos valores a receber no início de 2022 e 2023 não dependem da verificação de qualquer variável futura, a STS irá reconhecer os 13 milhões de euros em resultados aquando do recebimento do primeiro pagamento, isto é em Janeiro de 2021. Relativamente aos restantes 18 milhões de euros, após concluído o referido estudo independente da WTW, o que previsivelmente deverá ocorrer durante o terceiro trimestre do ano, serão constituídos 3 depósitos a favor da STS: um de 7 milhões de euros com vencimento em 31 de Dezembro de 2023, outro de outros 7 milhões de euros com vencimento em 31 de Dezembro de 2025 e um final de 4 milhões de euros com vencimento a 31 de Dezembro de 2027. A entrega destes depósitos ocorrerá 10 dias úteis após o seu vencimento sendo que o pagamento

de cada um deles dependerá do grau de cumprimento dos VNB (*Value of New Business*) previstos no *business plan*, respetivamente, para os períodos 2021 a 2023, 2024 e 2025 e 2026 e 2027. Contratualmente, o referido montante de 18 milhões traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia.

35. SOLVÊNCIA

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2020. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2020 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia em abril de 2021, o qual será objeto de certificação pelo Revisor Oficial de Contas.

36. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme apresentado na nota 5, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reclassificou a sua participação financeira de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. da rubrica de "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" para a rubrica de "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" pelo montante de 7.500.000 euros, por se considerar reunidas as condições previstas na IFRS 5, conforme detalhado abaixo. Na referida reclassificação não registou qualquer alteração no montante registado contabilisticamente.

Entretanto no exercício de 2020, e conforme detalhado na nota 5, a Companhia alienou parcialmente a participação financeira detida na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A.. Ver mais detalhes na referida transação na nota 5.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/20
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A
 Nº de identificação: 1155
 Ident. do resp. pela informação: Vitor Pescada

CODIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							Valor de balanço unitário	Total
PTPSEOAM0007	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES 1.1 - Títulos nacionais 1.1.1 - Partes de capital em filiais Popular Seguros sub-total	749 850 749 850	7 500 000 7 500 000		5,00 5,00	3 749 250 3 749 250	5,00 5,00	3 749 250 3 749 250
	1.1.2 - Partes de capital em associadas 1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos Aegon Santander Portugal Vida Aegon Santander Portugal Não Vida sub-total	3 675 000 3 675 000 7 350 000	3 675 000 3 675 000 7 350 000		2,24 1,65	8 232 000 6 076 000 14 308 000	2,24 1,65	8 232 000 6 076 000 14 308 000
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais 1.1.6 - Títulos de dívida de associadas 1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos 1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes Credit Predial Pori,49 BST Notes 2024 sub-total	427 469 798 8 227	4 274 698 8 227 000 12 501 698	99,82 100,00	0,01 1 000,00	4 267 004 8 227 000 12 484 004	0,01 970,80	3 768 595 7 986 772 11 785 367
PTCPPOE0004 PTBSL0M0029	1.1.9 - Outros títulos em filiais 1.1.10 - Outros títulos em associadas 1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos 1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes sub-total sub-total	435 577 875 0	27 351 698 0			30 551 254 0		29 842 617 0
	1.2 - Títulos estrangeiros 1.2.1 - Partes de capital em filiais 1.2.2 - Partes de capital em associadas 1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos 1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes sub-total	1 19 105 30 4 14 12 9 5	100 000 1 900 000 10 500 000 3 000 000 400 000 1 400 000 1 200 000 900 000 500 000	108,16 101,88 100,31 99,87 99,78 102,01 108,33 104,36	108 158 05 101 875 21 100 308 66 2 996 215 399 116 1 391 148 1 224 162 979 425 104 363,00	108 158 1 935 629 10 532 410 2 996 215 399 116 1 391 148 1 224 162 979 425 104 363,00	102 614,58 101 142,74 102 041,01 3 051 755 406 593 1 424 536 1 262 535 982 960 524 139	102 615 1 921 712 10 714 306 3 051 755 406 593 1 424 536 1 262 535 982 960 524 139
XS1107291541 XS1413580579 XS1550951641 XS1682396069 XS2063247915 XS2100690036 XS2168847357 XS1201001572 XS1751004232	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais 1.2.6 - Títulos de dívida de associadas 1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos 1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes SANTAN 6 1/4 PERP SANSFC 1 05/26/21 SANSFC 0 8/75 2/4/1/22 SCBGER 0 75 1/71/10/22 SANTAN 0 3 0/4/10/26 SANSFC 0 3/75 1/71/25 SANTAN 1 3/75 05/1/26 SANTAN 2 3/5 1/9/3/25 SANTAN 1 1/25 1/71/25 sub-total	199	19 900 000			20 088 078		20 420 771
	1.2.9 - Outros títulos em filiais 1.2.10 - Outros títulos em associadas 1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos 1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes sub-total sub-total total	0 199 435 578 074	0 19 900 000 47 251 698			20 088 078 50 639 331		20 420 771 50 263 387

1 / 15

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço Total
321201805230	2 - OUTROS						
	2.1 - Títulos nacionais						
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação						
	2.1.1.1 - Ações						
	MERIDIANO	13			12 772,50	166 043	157 930
	BANIF - INO	3 316 187			0,01	41 007	332
	BCP AMBCP NOM	179 995			0,16	28 858	22 175
	B. Esp. Sario, S.A.	307 621			0,33	100 686	31
	BANCO INVEST GLOBAL	685 230			0,77	681 524	681 524
	CIT Portugal SA	4 953			6,65	32 926	11 640
	Ilipia	19 473			0,41	19 473	6 980
	PTVAG0AF006	55 000			1,93	105 810	6 980
	PTVAG0AF009	529 633			7,56	2 192 459	1 323 023
	PTVAG0AF008	2 371				17 634	6 776
	PTZONCAM006						
	sub-total	5 328 718	0			3 381 827	2 212 174
	2.1.1.2 - Títulos de participação						
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento						
	Exploiter - II	49			20 489,99	1 012 329	259 820
	POPULAR GLOBAL 75	12 402			4,43	55 000	68 948
	POPULAR GLOBAL 50	49 400			5,26	260 000	309 385
	POPULAR TESOURARIA	76 028			5,99	455 029	458 362
	Sant.Ac Europa CL C	5 029 525			4,64	23 347 140	25 218 860
	Sant.AcPortugal CL C	11 305			3,59	40 631	47 521
	Multiescuraria CL C	6 266 484			4,99	31 288 354	31 487 898
	Fundo Lusimovest	15 000			63,77	956 806	912 805
	sub-total	11 460 194	0			57 415 088	58 763 400
	2.1.1.4 - Outros						
	sub-total	0	0			0	0
	sub-total	16 786 912	0			60 796 914	60 975 574
	2.1.2 - Títulos de dívida						
	2.1.2.1 - De dívida pública						
	PGB 4,1% 04/15/37	255 800 000	2 558 000	107,23	0,01	2 743 056	4 120 063
	PGB 4,95% 25/10/2023	5 287 950 000	52 879 500	117,32	0,01	62 039 683	61 660 242
	PGB 4,1% 15/22/2045	48 450 000	464 500	114,29	0,01	530 862	825 853
	PGB 2,875% 15/10/23	25 088 950 000	250 660 500	87,73	0,01	244 996 959	292 328 704
	PGB 6,475% 18/10/30	448 770 000	4 467 700	102,19	0,01	4 569 822	4 568 492
	PGB 5,65% 15/02/24	138 170 000	1 381 700	115,22	0,01	1 420 400	1 419 800
	PGB 5,875% 15/02/24	13 819 770 000	138 387 700	115,77	0,01	163 897 543	171 745 874
	PGB 2,217/10/23	9 389 700 000	93 387 000	115,77	0,01	10 320 083	11 065 211
	PGB 2,875 21/7/26	5 769 100 000	57 681 000	99,73	0,01	57 536 415	60 969 627
	PGB 4,125 14/4/27	12 902 165 000	129 021 650	108,78	0,01	140 347 910	154 032 214
	PGB 2,125 10/17/28	24 407 000	244 070 000	108,85	0,01	26 587 560	31 967 790
	PGB 2,25 18/4/34	25 528 100 000	255 220 000	104,14	0,01	265 861 376	301 973 084
	PGB 1,95 15/6/29	5 083 400 000	50 834 000	117,16	0,01	54 323 524	60 195 332
	PGB 3,85% 15/04/2021	5 937 800 000	59 378 000	106,86	0,01	62 144 888	61 754 505
	PGB Float: 19/5/21	10 001	10 001 000	87,82	0,01	10 987 876	10 107 288
	PGB 2,05% 12/8/21	9 717	9 717 000	105,18	1 051,82	10 220 500	9 908 873
	PGB float 30/11/21	12 401	12 401 000	105,86	1 058,62	13 127 987	12 646 884
	PGB Float: 12/4/22	163	163 000	100,00	1 000,00	163 000	167 725
	PGB 1,6 2/8/22	110	110 000	104,89	1 048,90	115 379	113 504
	PGB Float 5/12/22	1 552	1 552 000	103,33	1 033,26	1 603 618	1 585 671
	PGB Float 07/23/25	20	20 000	100,00	1 000,00	20 000	20 943
	sub-total	103 853 988 964	1 072 503 550			1 125 103 480	1 257 964 282
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos						
	REFER 4,25% 13/12/21	91	4 550 000	104,15	52 073,32	4 738 672	4 741 793
	REFE 4,875% 16/10/24	2	100 000	106,00	53 000,00	106 000	118 784
	Parpub 3,75% 07/21	45	4 500 000	103,59	103 586,45	4 661 390	4 669 754
	R.A.Aciores 06/15/29	4	2 000 000	100,00	100 000,00	2 000 000	420 821
	AZORES 1 448 14/4/27	20	2 000 000	100,00	100 000,00	2 000 000	2 167 962
	GOVMAD Float 9/6/22	65	650 000	100,00	10 000,00	650 000	664 409
	GOVMAD 1,971 04/7/28	29	2 900 000	100,00	100 000,00	2 900 000	3 259 293

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
PTSDRCOE0002	SAUDCR 0 06/29/21	38	380.000	101,39	10.139,35	385.295	10.076,42	382.904
PTSDRCOM0000	SAUDA FLOAT 20/06/22	280	2.800.000	100,14	10.013,76	2.803.852	10.076,00	2.808.267
PTSRHBOE0025	SPRHIS 0 29/09/21	116	1.160.000	99,75	9.975,37	1.157.143	10.233,39	1.187.073
	sub-total	690	19.440.000			19.802.352		20.521.060
BE0002684457	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTALTEOE0008	XBCBB 0 05/03/29	7	700.000	99,40	99.403,00	695.821	99.190,73	684.335
PTBFCPIOM0037	ALTCLE 0 06/03/24	11	1.100.000	100,00	100.000,00	1.100.000	100.780,00	1.106.560
PTBFCPIOM0015	BCPPL 0 3/4 05/31/22	22	2.200.000	99,39	99.388,00	2.186.482	102.041,78	2.244.919
PTBFCPIOM0016	Neomic 4 75 05/31/22	33	330.000	91,11	91.100,00	273.330	9.000,00	271.000
PTBFCPIOM0004	CELBI 0 02/22/21	280	2.800.000	100,21	100.000,00	2.804.464	10.111,92	2.814.676
PTBFCPIOM0003	CELBI FLOAT 27	16	1.600.000	100,21	100.000,00	1.604.256	101.524,00	1.568.492
PTBSSBOE0002	PTBPCDOM0003	3	300.000	102,82	102.817,33	308.452	98.030,75	306.056
PTBSSBOE0012	BRCORO 3 875% 1/4/21	175	1.750.000	104,79	104.790,59	1.838.353	103.808,52	1.816.649
PTBSSBOE0015	BRCORO 2% 22/3/23	90	900.000	93,30	93.304,30	839.387	109.103,70	919.333
PTBSSBOE0014	BRCORO 2% 22/3/23	187	1.870.000	104,94	104.939,23	1.754.851	105.718,64	1.765.014
PTCGDKOM0037	CXGD 10 3/4 PERP	2	200.000	111,08	222.166,44	444.333	220.059,72	440.119
PTCGDKOM0027	CXGD 5 75 28/6/28	2	200.000	99,55	222.166,44	444.333	220.059,72	440.119
PTCGH1OE0014	CXGD 1 25 25/11/24	37	3.700.000	100,88	100.881,71	3.732.623	102.751,71	3.801.813
PTEDPKOM0034	EDPPL 4 496 30/4/79	5	5.000.000	106,50	106.500,00	532.500	102.308,96	4.194.667
PTEDPKOM0017	EDPPL 1 7% 20/07/80	4	4.000.000	99,74	99.744,00	398.976	102.905,18	564.526
PTEDPNO00015	FCPPL 1 625 04/15/27	2	200.000	99,39	99.385,00	198.770	109.912,99	219.826
PTFCPIOM0003	FCPPL 4 1/4 06/09/20	30	300.000	100,00	5,00	150.000	109.912,99	144.390
PTGALCOE0008	GALPL 3% 14/1/21	54	5.400.000	99,88	99.880,83	5.383.570	103.964,45	5.614.080
PTGALCOE0004	GALPL 1% 15/2/23	292	2.920.000	100,97	100.969,75	29.483.168	102.958,44	30.063.865
PTGADAOE0001	GALPL 1 375 19/9/23	50	5.000.000	99,69	99.691,00	4.984.550	101.567,05	5.078.352
PTHOVBOE0007	HOVON 0 10/02/23	114	1.140.000	101,84	101.835,23	11.609.216	103.712,78	11.823.257
PTJLLBOE0000	JOSEML 0 05/17/21	12	1.200.000	100,19	100.191,67	1.202.300	101.944,00	1.223.328
PTJLLCOM0009	JOSEML 4 09/29/23	31	310.000	100,00	10.000,00	310.000	10.030,59	310.948
PTMENVOM0008	EGPL 4 375 30/10/24	144	1.440.000	100,00	10.000,00	1.440.000	10.431,86	1.502.187
PTMENVOM0006	EGPL 4 375 30/10/24	38	380.000	100,00	10.000,00	381.900	10.034,69	381.318
PTOREBOE0006	OREPL 0 07/08/31	244	2.440.000	100,00	1.000,00	244.000	485,66	97.131
PTSDRFOM0009	SAUDCR Float 28/6/23	120	1.200.000	100,00	10.000,00	1.200.000	10.311,69	1.237.403
	sub-total	32.172	115.546.800			117.215.113		119.520.702
	sub-total	103.854	1.207.490.150			1.262.120.945		1.396.006.044
	2.2.1 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
BMG162491077	Ades	17						203
BROKFIELD PRO PART								
DE000A1681X5	CAS Minerals	29.882			0,00	0	11,92	0
DE000KBX1006	Singulus Technologie	47			501,68	23.579	4,30	0
DE000KSAG888	KNOPF-BREMSE AG	17.290			99,82	1.725.940	111,98	1.930.947
ES0130670112	K+S AG-REG	416			33,38	13.890	7,78	3.240
ES0132105018	Enesa	88.371			19,83	1.752.553	22,35	1.975.092
ES06735169H8	ACX SM EQUITY	234.178			9,47	2.218.471	9,03	2.115.564
FR0000051732	Repsol AG - New	21			0,18	4	8,25	173
FR0000120578	REPSOL SA DIR	21			0,00	0	0,28	6
FR0000125007	Alos Origin	25.114			70,50	1.770.489	74,78	1.878.025
FR0000131104	SANOFI - AVENTIS	15.431			89,99	1.388.598	78,70	1.214.420
FR0000130395	Saint Gobain	16.831			103,84	1.747.797	118,30	1.981.107
FR00001784037	B. Nationale Paris	6			37,53	225	37,50	225
US5007541064	Remy Cointreau SA	47.184			110,77	99.697	152,30	137.070
US53680L1098	KONINKLIJKE AHOLD NV	134.248			45,73	2.157.599	43,11	2.033.866
US71654V4086	HJ Heinz Holding Cor	113.295			14,27	1.916.278	8,55	1.147.552
US8988T1088	LITHIUM & BORON TECH	50			19,01	2.154.291	23,11	2.618.247
	CI SA-ADR	24.516			67,71	81.247	28,03	33.632
	Petroleo Brasileiro	4.250			62,48	3.124	0,33	16
	Zynga Inc	875			14,26	61.833	1,66	40.757
	sub-total	754.143	0		11,95	60.621	9,13	38.791
	sub-total	754.143	0		11,95	10.457	7,92	6.927

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento		0					
	sub-total							
DE0006791809	KanAm Grundinvest Fo	138.844	0		56,66	7.923.609	6,82	967.719
DE0008007988	DEGI International	24.221	0		51,91	1.257.234	2,58	62.491
DE0009802306	SEB ImmoInvest	7.194	0		54,50	392.039	2,17	15.611
DE0009802314	SEB ImmoPortfolio Ta	21.426	0		51,84	2.578.714	8,89	190.476
DE0009807057	Grundbesitz Global	8.646	0		51,84	448.227	52,46	453.591
DE000A0CAR50	KanAm SPEZIAL grundf	3.245	0		108,05	350.615	12,00	38.940
DE000A0CAR36	Shares STOXX Europe	752	0		92,07	69.234	87,70	65.950
ES0114081039	SANT SEL RV CART EIME	43	0		121,16	5.264	124,81	542,3
ES0133576035	Eurovair Investimen	1.002,08	0		77,56	77.560	262,90	4.339,7
FR0010136138	Lyxor Euronext Stoxx	309	0		64,89	20.076	174,32	34.469,3
FR0010245514	PANAMA PATRIMONI A	5.734	0		68,50	393.558	131,59	220.696
FR0010251660	LYXOR ETF Japan Top	101	0		124,58	715.694	7.007,69	791.693
FR0010281188	Amundi Cash Corporate	172.698	0		232,41	23.413,50	232,41	23.413,50
FR0010674978	Lyxor ETF MSCI Europ	83	0		127,80	22.069,894	129,28	23.326,139
FR0011550680	LFP - La Francaise S	1.908	0		2.009,58	186.891	2.303,34	214.211
FR0012596645	BNP Paribas Easy S&P	2	0		7,21	13.756	10,91	20.821
FR0012596645	GRPAMA ULTRA SH TERM	2	0		9.956,80	17.524	10.009,64	17.617
GB0006778798	Newton Cont. Fund	296	0		1,51	449	1,84	544
GB00015XXV33	ETFS WTI Crude Oil	100	0		15,58	1.558	3,49	34,9
IE0032523478	Dimensional Funds -	6.155	0		13,10	80.657	13,49	83.032
IE0032722260	Shares Euro Corpora	80.328	0		137,71	11.061.686	142,11	11.415.577
IE000806YB805	BNY Mellon Global Fu	57.500	0		1,74	99.832	2,07	118.858
IE000806YB812	PREFE Real Estate C	596	0		109,30	65.123	69,67	41.511
IE0008063284	PREFE Pan European D	20	0		107,70	2.191	58,44	1.189
IE00811XZ103	Shares European Pro	1.762	0		47,67	83.992	40,94	72.139
IE008119FSZ34	MGI Eurozone Equity	20	0		23,81	481	25,98	525
IE008119FSZ34	MGI Eurozone Equity	188	0		201,01	37.789	239,45	45.017
IE008119FSZ34	Shares Developed Ma	1.921	0		26,09	50.125	20,12	38.851
IE008119FSZ34	Shares EUR GOV 3-5Y	479	0		174,38	83.527	175,29	83.964
IE008119FSZ34	Shares US PROPERTY	1.709	0		28,92	49.423	21,46	36.667
IE008119FSZ34	MGI Global Equity Fu	2.506	0		195,39	489.656	277,56	685.565
IE008119FSZ34	GREFF GLOB FUND	5.038	0		75,83	382.580	77,85	392.215
IE008119FSZ34	Dimensional Funds II	155	0		15,90	2.460	2,867	2.867
IE008119FSZ34	Dimensional Funds II	580	0		16,94	9.831	29,39	17.058
IE008119FSZ34	Dimensional Funds PL	90	0		15,26	1.370	22,43	2.013
IE008119FSZ34	Dimensional Funds PL	12.117	0		22,38	271.112	24,68	288.794
IE008119FSZ34	Dimensional Funds PL	37	0		133,07	4.923	150,26	5.560
IE008119FSZ34	Shares Global Infla	163.123	0		135,11	24.742.151	136,46	24.969.238
IE008119FSZ34	Shares Global Infla	1.131	0		46,71	52.667	55,06	63.218
IE008119FSZ34	Vanguard S&P500 ETF	1.101	0		541,51	596.211	537,96	652.168
IE008119FSZ34	INVEST 300 AC EUR	328.810	0		14,99	4.923	1,18	1.074,940
IE008119FSZ34	SAJAB FUND RLC E+€	8.034	0		14,99	120.785,85	162,96	29.576,295
IE008119FSZ34	Shares Comp 6 ST GR	635	0		105,70	67.116	118,20	1.309,221
IE008119FSZ34	Shares SP500 ETF	228	0		137,01	31.239	307,27	70.057
IE008119FSZ34	ISH EM LOCAL GOV BND	921	0		50,83	46.810	49,23	45.336
IE008119FSZ34	Source EURO STOXX 50	562	0		76,72	43.115	79,89	44.898
IE008119FSZ34	Shares € HY Corp Bd	116	0		108,36	12.570	102,80	11.924
IE008119FSZ34	Shares EUR Corp Bon	247	0		98,13	24.238	96,71	23.887
IE008119FSZ34	PIMCO Funds Global I	3.740	0		11,15	41.691	12,62	47.177
IE008119FSZ34	PIMCO Funds Global I	148.844	0		13,64	2.044.010	13,56	2.031.942
IE008119FSZ34	SPDR GLOBAL REAL EST	1.900	0		36,34	69.052	27,47	52.184
IE008119FSZ34	ETF SHARES JPM USD	1.834	0		87,25	160.018	94,49	173.295
IE008119FSZ34	Mercer Short Duratio	11.135	0		102,65	1.143.038	107,50	1.197.013
IE008119FSZ34	Mercer Short Duratio	23.052	0		101,95	2.350.298	104,31	2.404.587
IE008119FSZ34	AXA Rosenb US Ind Eq	249.478	0		15,29	3.813.741	19,50	4.864.813
IE008119FSZ34	Neuberg F I SD EM	19.165	0		10,40	199.321	11,05	211.970
IE008119FSZ34	INVESCO USTRES7-10Y	464	0		38,52	17.875	37,27	17.293
IE008119FSZ34	INVESCO US TRES3-7Y	399	0		37,22	14.851	35,69	14.240
IE008119FSZ34	BAISHARES USD HY EUR	27.998	0		4,46	124.774	4,74	132.716
IE008119FSZ34	MAN GLG EUROPEAN INC	17.546	0		88,51	1.553.059	106,79	1.873.737
IE008119FSZ34	PIMCO Funds Global I	10.426	0		11,51	120.000	13,30	138.862
IE008119FSZ34	X MSCI WORLD1C EUR	627.594	0		61,88	38.833.519	65,33	41.003.226
IE008119FSZ34	Shares USD HY EUR	33.245	0		4,51	149.837	4,97	165.194
IE008119FSZ34	LM-WA MACRO OPPORT B	14.951	0		123,96	1.853.267	125,43	1.875.210
IE008119FSZ34	X S&P500 EUR	1.245	0		47,63	59.303	55,59	69.210
IE008119FSZ34	SPDR S&P US TECH SEL	1.586	0		43,65	69.668	54,61	87.153
IE008119FSZ34	Legg Mason Western A	9.222	0		115,86	1.068.451	120,32	1.109.591

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Total
IE00BYZK4776	ISHR HEALTHCARE INNO	9 050			6,54	59.153	8,35	75.522
IE00BYZTV178	ETF Shares EUR Corp	131 645			5,02	660.725	5,02	660.858
IE00BZ0PKT83	ISH EDG MSCI WLD MLT	5 331			6,68	35.618	6,67	35.574
EU00BZB24842	Helicon II Global Eq	14 890			85,12	1.286.626	118,99	1.770.650
LU0071815304	JPM USD LIQUIDITY A	2			12 050,57	25.547	11 376,45	24.118
LU0041580167	Deutsche USD Floatn	1 664			151,64	252.365	196,43	260.345
LU0084964074	Fidelity Funds - Eur	989			9,26	9.244	8,95	8.937
LU0093503737	BGF ESG MULTI-ASSET	7 190			13,86	99.653	16,01	115.112
LU0094857526	MFPS Meridian Eur. A1	2 489			34,05	84.755	41,57	104.207
LU0104865246	Pictet Water-R €	2 756			205,94	156.103	334,76	253.027
LU0108251694	Schroder International	146 473			7,16	1.048.693	7,21	1.056.351
LU0108251694	SCHRODER ISF E EO.B	5 211			30,58	158.138	30,58	157.459
LU0108251694	Schroder International	4 211			21,66	130.069	21,66	128.886
LU0114814689	Panoramic Euro High	1 574			84,55	133.069	89,89	141.479
LU0119357934	Schroder International	1 413			27,043	37.043	22,34	31.555
LU0113983801	Janus Henderson Emer	3 310			19,14	63.297	14,76	48.857
LU0114721177	Fidelity Funds - Glo	2 870			13,07	43.297	14,76	48.857
LU0115141201	Invesco Pan European	5 291			41,98	120.460	45,41	130.304
LU0115779425	Fidelity Funds - Ibe	1 958			18,90	100.000	17,04	80.159
LU0117861202	FIDELITY FND5-GI. TEC	2 485			40,21	78.710	45,03	88.150
LU00117866854	JPMorgan Funds - Ame	1 371			27,70	68.835	37,25	92.566
LU00144510053	JPMorgan Funds - Pac	1 417			15,21	20.845	25,47	34.905
LU00145635123	Pictet Eur Sustain	110			14,71	20.845	27,01	38.286
LU00151325312	Deutsche Invest. I To	433			208,09	22.914	272,01	29.953
LU00156871504	Candriam Bonds - Cre	1 80			148,12	64.139	181,47	78.578
LU00177497814	CANDRIAM BOND €	14 783			229,48	41.307	233,04	41.947
LU00190162189	Standard Life Invest	34 740			2 189,27	32.363.356	2 196,86	32.475.564
LU00198729559	Pictet BIO-HRE Eq	119			18,90	656.583	20,18	700.944
LU0201323814	Threadneedle Lux - G	14			370,89	44.058	599,69	71.237
LU0205193047	Schroder International	203			25,46	366	42,07	605
LU0205193047	SCHRODERUS SM & EO A	88			120,77	24.481	117,71	23.861
LU0205193047	Dws InvLBrC PNC*	1 487			236,61	20.845	306,96	27.043
LU0217138725	Pictet Prem-RE Eq	177			204,26	303.781	248,81	370.041
LU0224509215	Schroder International	30			126,63	22.446	169,96	33.671
LU0225434231	BLUEBAY-INV GRADE BD	885			4,083	139.99	4,200	4.200
LU0225434744	Lux Invest Plus - B	2 193			180,35	159.610	195,01	172.584
LU0225434744	LUX INVEST FD-US	172			581,42	100.000	0,00	0
LU0227384020	Nordea 1 SICAV - Sia	13 280			16,44	218.484	17,04	226.462
LU0227384020	ROBECO HIGH YLD BD-I	989			222,49	220.041	247,29	244.570
LU0238209706	Fidelity Funds - Eur	3 118			117,01	364.851	122,32	381.394
LU0238209706	Invesco Pan European	18 203			34,60	100.016	22,99	8.717
LU0238209706	Invesco Euro Corpora	18 319			19,16	350.947	21,77	366.614
LU0248319707	PICET-AS EUR	24 199			150,10	496.183	20,35	586.810
LU0255797290	PICET-ASIAN LOCAL C	1 641			162,79	267.145	220,35	341.763
LU0256869803	Franklin Templeton I	6 498			26,79	174.086	160,95	263.622
LU0260870861	Franklin Templeton I	3 723			26,40	174.086	44,33	268.078
LU0267387503	Fidelity Funds - Glo	15 910			12,57	199.949	22,79	164.847
LU0270905242	Pictet Secur-RE Eq	362			105,46	40.798	252,16	87.553
LU0271484411	Schroder International	217 045			129,51	46.929	220,80	80.008
LU0274211480	X DAX	27			111,94	24.296.926	132,08	28.667.304
LU0279459704	Schroder International	255			15,35	414	22,26	600
LU0280435461	Pictet-CL-EN-RE Eq	81			70,44	17.930	114,11	29.047
LU0296922973	Novenergia II E&E	2 281			12 821,06	1.043.506	12 125,40	966.886
LU0302446891	Schroder International	180			13,01	29.659	56,971	66.971
LU0305900620	Schroder International	503			93,74	16.868	108,11	19.455
LU0319791811	BlackRock Strategic	723			305,31	153.573	461,58	232.175
LU0321462853	Schroder International	262			99,47	71.874	85,50	61.778
LU0323591816	XTRACKERS II USD EME	5 218			297,27	77.884	340,75	89.277
LU0333249109	Schroder International	26			157,47	821.742	205,33	1.071.503
LU0340557775	Vontobel Fund - Emer	101			171,45	4.424	206,06	5.395
LU0345362361	Pictet - Timber	46 302			123,70	12.507	182,40	14.443
LU0360483100	FIDELITY FUNDS-ASIA	15 975			24,18	1.119.372	31,18	1.443.696
LU0368231436	MS EUR BOND FUND	866 360			44,36	708.610	47,73	762.479
LU0370787359	BGF-Fix Inc Bnd Op H	28 567			10,88	9.450.996	11,47	9.960.090
LU0380865021	FF-EURO CORP BNY AC	38 368			34,79	1.028.528	36,51	1.079.491
LU0396620352	db xtrackersES50 ETF	385 613			47,10	1.854.247	54,07	2.128.628
LU0406512847	ABERDEEN EUROZ FOF	21			4,92	1.895.772	0,14	53.986
	JPMorgan Liquidity F				8 369,34	179.271	8 476,12	181.559

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição		Valor de balanço Total
						unitário	total	
LU0406902339	Parvest Climate Impa	812			138,05	112.146	253,70	206.091
LU0432616810	INVESCO-BL RISK AL-C	21.962			15,95	350.219	19,66	431.776
LU0451950587	JANUS HEN J.H.EUR.CO	285.738			170,96	48.848.898	177,49	50.715.606
LU046829250	BlackRock Global Fun	1.873.206			16,46	32.481.130	16,60	32.755.215
LU0489337690	X FTSE EUROPE REAL E	2.675			31,40	83.997	27,47	73.482
LU0496786574	Lyxor ETF S&P 500	33.343			27,39	913.332	31,04	1.035.067
LU0507265923	Deutsche Invest I To	441			203,87	90.000	205,14	90.961
LU0507266228	Deutsche Invest I To	25.589			205,73	646.802	222,03	686.062
LU0534240071	Invesco Global Total	1.634.332			13,60	346.159	15,88	401.430
LU0539144625	NORDEA 1 EURO CON BD	60			14,37	28.654.272	13,29	28.353.041
LU0539391776	BILBERG INVEST GR €	10.496			174,21	1.910,7	101,97	12.950
LU0549282916	EUROPEAN RED BOND	21.221			109,24	2.303,7	115,76	2.519,1
LU0505258927	DIVIS CAPITAL K&M R INI	15.233			163,63	2.484,83	175,34	290.010
LU0505259027	PICTET TRI-MANAGER INI	1.638			144,90	238,4	147,59	14.688.613
LU0505259123	DIVIS Capital K&M R	99.530			144,90	14.411.765	147,59	14.688.613
LU0616885635	Deutsche Invest I BR	762			101,66	77.498	136,37	103.954
LU0638558717	RUF TOT RI LOC	10.609			128,25	1.360.563	143,57	1.523.134
LU0700927552	AS SICAV I-EMMK CB-I	6.556			13,46	88.273	15,46	101.349
LU0740856492	JPMorganGlobal Incom	640			126,28	80.793	141,82	80.734
LU0757380457	Schroder International	440			114,07	50.191	119,19	52.442
LU0803997666	NORDEA 1-EUR FIN DEB	2.164			182,10	394.068	191,84	415.142
LU0803997666	NN L-US CREDIT-H	2.862			71.018,4	20.322.967	7.209,99	20.632.468
LU0808595886	ROBECO-QI EUR CNSV	125.174			178,93	22.397.715	190,98	23.905.795
LU0828244219	JAN HND HRZN GLB PR	8.132			14,21	115.519	15,00	121.980
LU0856950517	JUPITER JGF DY B FD-	19.218			11,61	223.079	15,77	303.074
LU0951203008	Fidelity Funds - Glo	3.859			102,72	396.421	110,20	425.306
LU09563987432	MIRABAUD-GLOB STR B	16.135			98,63	1.591.399	107,23	1.730.156
LU0956584436	NATIX-LS ST EMRKT B-	2.288			9,46	91.488	8,73	84.449
LU0952283067	Jupiter JGF - Dynam	2.288			115,84	266.140	124,35	285.703
LU1004011835	JAN HND HRZN EURO CO	41.104			10,85	450.000	9,97	409.817
LU1004133291	Invesco Global Targe	41.104			101,84	1.533.705	102,25	1.539.830
LU1055195918	Pictet - Short Term	15.060			101,84	1.674.411	140,12	1.922.936
LU1071462532	PICNET TR - AGORA-IE	13.723			9,43	17.640.074	9,31	17.408.571
LU1129982308	BlackRock - Euro CREDIT	1.669.879			175	184.909	1.147,52	201.315
LU1145633233	Allianz Euro Credit	4.009			167,08	669.879	183,70	736.529
LU1171709831	Vontobel Egr AIEU	2.989			99,18	299.066	114,59	342.566
LU1196220148	Deutsche Invest I Mu	1.348			15,41	157.474	18,48	160.547
LU1215415214	LYXOR IBOXX EUX LOD	110			116,82	174.081	16,37	853.041
LU1225068382	ALGER DYNAMIC OPPORT	52.110			14,66	764.081	16,37	853.041
LU1245470080	Flossbach von Storch	140.620			116,84	16.429.767	118,94	16.725.346
LU1284738405	Fidelity Asian Bd Fd	116.008			9,41	1.110.205	9,17	1.081.895
LU13319172694	ELEVABS LRET EUR FD	649			1.08,60	940.266	1.177,27	986.325
LU1339799115	ALGER SMALL CAP FOCU	6.794			21,08	138.991	25,96	180.739
LU1339799115	ALGER SMALL CAP FOCU	6.794			12,16	22.226	12,16	22.226
LU1437017356	AMUNDI INDEX NAS100	227			52,25	12.926	63,03	15.752
LU1437018168	AMUNDI I EACS ETF DR	8.791			53,68	471.927	55,00	483.505
LU1443248544	Exone Funds 2 - Exam	1.503			11.286,25	16.960.854	13.985,95	20.131.332
LU1525532344	VONTOBEL-EUR CRP MID	2.693			107,14	288.562	116,20	312.967
LU1534073941	DEU FLOATING RATE	139.749			84,02	11.741.120	84,17	11.762.659
LU1559973566	FIDENTIUS TORDEU FIN	34.669			9,68	335.488	8,84	306.405
LU1559973566	JPM INV-AJPM US SEL	10.081			120,86	1.214.684	154,82	1.556.048
LU1663931324	DWS INVEST-GLB INF-T	3.942			111,07	437.850	111,43	439.257
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO STOXX	9.379			79,91	749.430	80,60	755.947
LU1681048504	AMUNDI S&P 500 UCITS	15.175			50,39	764.640	56,58	858.659
LU1694789378	DNCA Invest Alpha Bo	21.204			102,21	2.167.221	104,37	2.213.061
LU1727354448	JPM Global Corp IZE	3.394			106,70	362.088	112,23	380.854
LU1731833056	Fidelity Funds - Glo	129.778			11,47	1.488.718	12,66	1.642.989
LU1753724316	FIDENTIUS TORO -IBER	25.499			9,96	254.031	10,14	258.585
LU1791806000	BGF-GL HI YLD-H2 HDG	11.970			100,21	124.605	11,29	135.138
LU1829218319	LYXOR BARCL FLT EUR	112.887			100,21	11.311.930	100,60	11.356.094
LU1829219127	LYXOR EUR CORP BOND	3.218			153,28	483.253	157,64	507.273
LU1852443432	AMUNDI PI US ST BD-	5			1614,89	8.075	1.490,19	7.451
LU185332816	AMUNDI GL MIA T INC-	363			985,16	369.430	1.128,18	431.828
LU1951225124	NATIX-THEMATIC SAFET	11.757			104,62	1.230.056	135,35	1.591.310
LU1968018799	Samitr. Go Nih Amer. E	159.162			136,60	21.741.203	164,90	26.246.164
LU2096004388	ALLIANZ-STRATEGIC BO	15.587			127,05	1.980.380	129,12	2.012.593
US4613737087	INVESCO BUYBACK ACH	996			47,06	44.050	59,24	55.446
US4642871762	Shares TIPS Bond ET	131			95,23	12.475	103,61	13.600
US4642876480	iShares Russell 2000	97			129,18	22.617	223,17	22.617
US4642877215	ISHARES USTECHNOLOGY	648			53,86	45.676	69,37	56.830

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
XS2177442295	TELEFO 1.807 21/5/32	6	600 000	100,00	100 000,00	600 000	113 168,90	679 013
XS2177575177	EOANGR 0.375 20/4/23	500	500 000	99,70	99,70	498 495	1 014,94	507 471
XS2177580508	EQANGR 0.875 20/8/31	1 000	1 000 000	98,82	98,82	988 240	1 070,03	1 070 032
XS2177853427	EONPR 0.75 22/05/26	1 000	1 000 000	99,42	99,42	994 230	1 049,00	1 049 003
XS2178557077	REDEX 1.875 28/5/25	8	800 000	99,50	99,50	796 000	107 640,86	861 127
XS2182404298	BBVASM 0.75 04/06/25	5	500 000	99,49	99,49	497 440	103 973,96	519 968
XS2185867673	OPBANK 1.625 09/06/30	1 500	1 500 000	99,56	99,56	1 493 370	1 048,27	1 572 407
XS2186613962	OMNAV 0.75 16/06/30	800	800 000	103,30	103,30	826 404	1 052,94	842 351
XS2182431390	IGMI 0.25 24/06/25	500	500 000	99,21	99,21	496 025	1 015,46	507 729
XS2189266617	BAYNRO 0.375 06/07/24	65	650 000	99,85	99,85	647 654	101 463,90	6 901 041
XS2189266617	BAYNRO 0.375 06/07/24	502	502 000	99,90	99,90	499 802	107 142,32	537 285
XS2190774543	ARIN 0.25 16/07/25	50	500 000	99,90	99,90	498 495	1 014,94	507 471
XS2202714458	CEPSA 1.215 13/02/25	13	1 300 000	104,38	104,38	1 258 645	106 942,70	1 365 591
XS2202920936	DEVORA 1.25 23/10/30	300	300 000	99,98	99,98	299 889	105 770,41	317 311
XS2207430120	TENN 2.375 PERP	300	300 000	100,00	100,00	300 000	1 044,62	313 385
XS2218459833	MUNRE 0.26/05/2041	3	300 000	98,85	98,85	296 541	104 096,47	312 289
XS2224439385	OMNAV 2.5 PERP	5	500 000	100,00	100,00	500 000	104 835,62	524 178
XS22225157424	VOID 2.625 27/08/80	500	500 000	100,00	100,00	500 000	517 067	517 067
XS2226645278	SAMPFH 2.5% 09/03/52	200	200 000	99,45	99,45	198 896	1 091,50	218 300
XS2227196404	BACRED 1.08/09/27	300	300 000	99,56	99,56	298 692	1 035,45	310 635
XS2227905903	AMT 0.5 15/01/28	1 000	1 000 000	99,26	99,26	992 622	1 006,75	1 006 748
XS2230266301	ENELIM 2.25 PERP	500	500 000	99,50	99,50	497 510	1 005,84	502 920
XS2231217692	FCABNK 0.50 18/09/23	300	300 000	99,73	99,73	299 190	1 023,44	307 032
XS2231792596	SATOHY 3.75 24/02/28	1 500	1 500 000	99,68	99,68	1 495 200	1 010,59	1 515 883
XS2241825111	GSMWTC 0.07/10/30	400	400 000	99,40	99,40	397 300	1 043,34	417 336
XS224247181	ASABRE 0.155 23/10/24	300	300 000	100,00	100,00	300 000	1 005,75	301 724
XS2243666125	JYBC 0.375 15/10/25	500	500 000	99,85	99,85	499 250	1 006,15	503 076
XS2247718435	BPPEHX 1.25 28/04/27	1 000	1 000 000	99,63	99,63	996 310	1 025,10	1 025 105
XS2248451878	BAC 0.654 28/10/31	1 000	1 000 000	100,00	100,00	1 000 000	1 023,88	1 023 880
XS2250008245	MS 0.485 28/10/29	1 200	1 200 000	99,63	99,63	1 195 512	1 016,52	1 219 822
XS2251736846	ENSGSM 0.375 05/11/32	12	1 200 000	99,63	99,63	99 626 000	100 566,56	1 206 679
XS2251736892	HSBC 0.77 13/11/26	400	400 000	100,00	100,00	400 000	1 012,84	405 138
XS2258871071	CABKSM 3.75 18/11/26	200	200 000	100,00	100,00	200 000	1 034,87	206 975
XS2259867039	ISBAN 0.5 20/11/23	4	400 000	99,73	99,73	398 932	1 000,58	401 189
XS226265233	TENN 0.5 30/11/40	700	700 000	99,99	99,99	699 937	1 000,58	700 403
XS2262798494	ARION 0.625 27/05/24	800	800 000	99,43	99,43	795 456	985,36	796 267
XS226590452	HERIM 0.25 03/12/30	650	650 000	99,90	99,90	649 376	999,61	649 746
XS2269340010	SIRGMI 0.07/12/28	1 500	1 500 000	99,04	99,04	1 465 570	1 004,69	1 507 018
XS227123261	G YCGR 1.3 PERP	1 200	1 200 000	99,73	99,73	1 196 736	993,57	1 192 284
XS2282636977	Pc-Accid 0.4 4/5/21	10	1 000 000	96,70	96,70	967 030	96 779,52	967 795
XS2283636977	Pc-Accid 0.16 3/1/21	10	1 000 000	96,70	96,70	967 030	96 779,52	967 795
XS2285363862	Pc-Accid 0.10 29/6/21	10	1 000 000	96,70	96,70	967 030	96 779,52	967 795
	...							
	sub-total	814 723	847 338 000			872 543 466		894 482 552
	sub-total	4 676 074 578	1 580 318 900			1 627 342 465		1 715 589 581
	2.3 - Derivados de negociação Swaps Futuros							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.4 - Derivados de cobertura							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	3 - TOTAL GERAL	108 560 664 378	2 787 809 050			3 553 869 020		3 800 016 096
	total	108 996 242 452	2 835 060 748			3 604 508 351		3 850 279 483

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 4.224.040.231 euros e um total de capital próprio de 170.533.637 euros, incluindo um resultado líquido de 26.906.958 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria
Síntese da abordagem de auditoria

**Justo valor de instrumentos financeiros
(incluindo o reconhecimento de imparidades
quando o justo valor é através de reservas)**

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros, apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.22, 6 e 32 às demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, no montante total de 3.841.503 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2020, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Entidade.

No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Entidade determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada.

A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte do Conselho

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos pela nossa equipa, tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração do justo valor de instrumentos financeiros, tendo incluído:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de instrumentos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos;
- Para posições menos líquidas, a revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos adotados para a valorização adotada;
- A realização de testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperada; e
- A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>de Administração sobre os resultados futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.</p>	<p>valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>
<p>Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas</p>	
<p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas, apresentadas nas notas anexas 2.6, 2.8, 2.22, 11 e 12 às demonstrações financeiras.</u></p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2020 a provisão matemática do ramo vida apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 632.591 milhares de euros, a provisão para compromissos de taxa ascende a 6.580 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 3.284.217 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço da Entidade.</p> <p>A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas, comissões a pagar e rendimentos dos instrumentos financeiros afetos a contratos de seguro.</p> <p>Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Entidade para os contratos</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração do risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas, tendo incluído:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; • A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento; • A identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Entidade na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e • A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pela Entidade. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma

distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez para um período compreendido entre 2016 e 2017, na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016. A nossa segunda nomeação ocorreu no dia 3 de maio de 2018 por deliberação por escrito do acionista único, para o triénio compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.

- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

6 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2020

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2020, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As treze reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2020 e 2021 sobre a atividade e contas da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo-se, em algumas delas, contado com a presença de membros da Administração, do Responsável pela Auditoria Interna, do Diretor Financeiro, do Diretor do Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2020 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2020, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.





Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, e aos relatórios dos comités de risco e de *compliance* e da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão, bem como as demonstrações financeiras, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia e (ii) salienta que naquela informação se divulga que devido à crise originada pela pandemia de Covid 19 ocorreu uma quebra significativa na produção entre março e maio de 2020, que foi restabelecida nos meses seguintes para níveis próximos dos verificados em 2019, o que justificará a ausência de menção especial ao serem prospetivados os desafios para 2021.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável, procedeu à análise da proposta de prestação de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos a que se referem os números 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e o número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro) a prestar pelo Revisor Oficial de Contas, tendo emitido o correspondente parecer.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.



O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2020;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 14 de abril de 2021

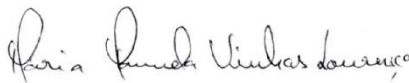
O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **José Luís Areal Alves da Cunha**
Num. de Identificação: BI01081065
Data: 2021.04.14 13:44:08+01'00'

José Luís Areal Alves da Cunha (Presidente)

Assinado por: **António Baia Engana**
Num. de Identificação: BI01121249
Data: 2021.04.14 13:01:00+01'00'

António Baia Engana (Vogal)



Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

Relatório sobre a Estrutura e Práticas de Governo Societário

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

- a) a) O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, que é por sua vez detida diretamente pelo Banco Santander SA em Espanha.
- b) A 28 de dezembro de 2020, ocorreu uma alteração da estrutura acionista corporativa do Grupo que se materializou numa transmissão intra-grupo da totalidade da participação direta anteriormente detida pela SANTUSA na Santander Totta SGPS ao Banco Santander SA (em Espanha). A Santander Totta SGPS passou por esta via a ser detida diretamente (em vez de indiretamente) pelo Banco Santander SA em Espanha, mantendo-se a participação qualificada indiretamente detida pelo Banco Santander SA na Santander Totta Seguros.
- c) As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

- d) Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
- e) Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, conseqüentemente quaisquer acordos parassociais.
- f) A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

Foi eleito no final de 2019 o novo mandato 2019-2021 para este órgão social, após a aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e processo interno de avaliação da idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade,

(*fit & proper*) cuja composição integrou a recondução de dois dos anteriores membros (incluindo o respectivo Presidente), e inclusão de um novo membro, conforme se segue:

- Nuno Miguel Frias Costa: Presidente, com funções executivas (recondução)
- Francisco del Cura Ayuso: Vogal, sem funções executivas (recondução)
- Maria Cristina Machado Beirão Reis de Melo Antunes¹: Vogal, com funções executivas (novo membro).

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

- g) Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Santander Totta Seguros ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

- h) As principais áreas organizacionais da Sociedade são:

- Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos: estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas; Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador Único. Assegura o acompanhamento de gestão de carteiras com a Santander Asset Management. Assegura Ainda a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise

¹ Renunciou a 27 de janeiro de 2021

de risco, gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade.

- Departamento Financeiro: assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos, fiscais e os reportes às entidades reguladoras. Assegura os Pagamentos aos Fornecedores e aos clientes bem como a gestão de cobranças.
- Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital: assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de Solvência II e em coordenação com a Área de Riscos; Apura e reporta trimestralmente o requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor; Elabora a estimativa dos fluxos futuros das responsabilidades (*Cash flows*), nos produtos de taxa garantida, utilizados na análise ALM - *Asset-Liability Management*; Coordena e acompanha a operação Sella; Assegura a implementação e seguimento da Política de Qualidade de Dados.
- Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno: assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental. Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos. Validação do cálculo do Rácio de Solvência, necessidades de capital e requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Elaboração e reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões da informação qualitativa prevista em Solvência II. Assegurar as validações e reportes previstos na legislação em vigor para a Função Atuarial. Assegurar a atualização permanente e a certificação do Modelo de Controlo Interno de acordo com as orientações do Grupo Santander, a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a análise das incidências detetadas e seguimento dos planos de ação definidos para a resolução das mesmas.
- Departamento de Qualidade, Contencioso, *Compliance* e Operações de Vida Risco: promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações e de Contencioso da Sociedade. Assegura, todos os processos de *Compliance* localmente em apoio ao *Compliance Officer* da Companhia, incluindo assegurar a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, com identificação das áreas / colaboradores responsáveis pelo seu cumprimento e assegurar atempada informação de todas as alterações ocorridas. Elabora normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Sociedade. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco. Este departamento é ainda responsável pela assessoria jurídica geral e de Governo da Sociedade.

Na área Operacional (Vida Risco) é assegurado o adequado processamento das operações de seguros de Vida Risco nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de Sinistros.

i) Modelo global de governo da sociedade

O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores.

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes.

- **Comité de *Compliance*:** procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.
- **Comité de Riscos:** supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o apetite por risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Geral de Risco.
- **Comité de Controlo Interno:** monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.
- **Comité de Investimentos:** monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- **Comité de Aprovação de Produtos:** aprova produtos, verificando a adequação das orientações corporativas do Grupo Santander e assegurando que os produtos aprovados cumprem integralmente as exigências legais e regulamentares aplicáveis e reúnem todas as condições para poderem ser adequadamente tratados, em todos os aspetos que envolvam as diversas fases relevantes: pré-comercialização, aprovação, comercialização e seguimento.
- **Comité de Qualidade:** análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, bem como estabelece Projetos de Melhoria de Qualidade e promove o seu seguimento.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro e no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para o mandato de 2019-2021 por Deliberação Unânime por escrito datada de 26-03-2019, tendo atualmente a seguinte composição:

Presidente:	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais:	Sara Eusébio da Fonseca
	Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade a vigorar durante esse ano

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor é o Anexo 1 da Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

A Política foi objeto de ligeiras alterações durante o ano 2019, no sentido de reforçar e atualizar a política atual.

Nos termos da Política, o Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas práticas. O Grupo assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital.

A presente Declaração informa acerca do cumprimento pela Política dos diversos requisitos colocados pelo direito português, propondo aos acionistas da sociedade a sua aprovação formal.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de ações indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao acionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:

- (i) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, por Administrador da Santander Totta SGPS, relativamente ao Presidente do Conselho de Administração.
- c) Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção em outras entidades do Grupo, podem ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo na Santander Totta Seguros.
 - d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
 - e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2020, uma parcela inferior a 33% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade.
- c) Tendo presente o definido no ponto III, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;

- d) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- e) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- f) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1.1 Determinação da Remuneração Variável

A remuneração variável dos administradores executivos é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente remuneração variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base de valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos no enquadramento da pool disponível para o efeito, nos termos definidos na Política, constante no Anexo 1, designadamente na sua secção 5.4

Os objetivos gerais para o ano de 2020 são os que constam do Anexo 2, que fazem parte da Declaração para todos os efeitos.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos membros da Comissão Executiva e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

2.1.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2021 e parte diferida em três anos, observados os seguintes parâmetros:
 - (i) 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2021, em dinheiro e em ações;
 - (ii) O remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgão competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja

superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.

- b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, sujeitas a condição de manutenção, durante um ano.
- c) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2016, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2017, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2018, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2019, foi paga em 2020 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

3. Benefícios

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Totta Seguros

Em 2019 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Santander Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2020.

IV. Aspectos complementares

Não foi posta em prática em 2019 nem se prevê para 2020, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2019, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2020.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Esta política foi revista em 2019 à luz das Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – European Insurance and Occupational Pensions Authority, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (adiante Solvência II), transposta no ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora. Nessa medida, detalha-se que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, tendo-se acrescentado este requisito ainda da Política de subcontratação em vigor na Sociedade.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no

momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

Lisboa, 13 de Abril de 2020

Remuneração dos Órgãos Sociais de 2020

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2020 e 2019, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis nos anos de 2020 e 2019, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 404,555 euros e 416,142 euros para as fixas e de 96.257 euros e 306.000 euros para as variáveis.

As remunerações fixas de 2020 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

Nome	Remuneração fixa
Nuno Miguel Frias Costa	203,921
Maria Cristina M.B. De Melo Antunes	128,133
	332,055

Conselho Fiscal

Nome	Remuneração fixa
José Luís Areal Alves Cunha	32,500
António Baia Engana	20,000
Maria Manuela Lourenço	20,000
	72,500

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2020, é a que consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2020	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações retida por um ano
Nuno Miguel Frias Costa	15,000	16,258
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	45,000	
	60,000	16,258

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 5.587 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 2,91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2020, são as que constam do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2020					
	Parcela Pecuniária			Parcela de ações (em número)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Nuno Miguel Frias Costa	3,333	3,333	3,333	1,242	1,242	1,240
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes						
	3,333	3,333	3,333	1,242	1,242	1,240

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2019, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2019			
	2022		2023	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Nuno Miguel Frias Costa	6,667	1,817	6,667	1,816
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	5,867	1,599	5,867	1,598
	12,533	3,416	12,533	3,414

Nome	Prémio de desempenho de 2019 entregue em Fevereiro 2021		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Nuno Miguel Frias Costa	-	6,667	5,287
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	-	5,867	4,653
	-	12,533	9,941

O valor das ações corresponde a 3.416 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 2.91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição

Na presente data encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2018, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2018	
	2022	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Pedro Brandão Melo Castro	4,000	930
Nuno Miguel Frias Costa	15,133	3,521
	19,133	4,451

Nome	Prémio de desempenho de 2018 entregue em Fevereiro 2021		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Pedro Brandão Melo Castro	17	4,000	2,709
Nuno Miguel Frias Costa	64	15,133	10,246
	80	19,133	12,955

O valor das ações corresponde a 4.452 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 2,91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Na presente data foram pagos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2017, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte, não existindo diferido qualquer valor:

Nome	Prémio de desempenho de 2017 entregue em Fevereiro 2021		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	51	4,713	2,302
Manuela Vieira Marinho	36	3,333	1,627
Pedro Brandão Melo Castro	43	4,000	1,950
Nuno Miguel Frias Costa	183	16,800	8,200
	314	28,847	14,079

O valor das ações corresponde a 4.838 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 2.91 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 220.188 Euros (2019: 229.389 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 142.988 Euros (2019: 153.350 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 77.201 Euros (2019: 76.039 Euros)). Do referido montante de honorários, 105.626 Euro foram faturados em 2020.

Relatório de Avaliação da Política de Remuneração pelas Funções Chave

9 de Fevereiro de 2021

Nos termos e para os efeitos do disposto na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF), designadamente no seu capítulo VI. Relativo à avaliação da Política de Remuneração, a política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.

Esta avaliação deve incluir designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.

Esta avaliação será apresentada ao órgão de administração e à Comissão de Vencimentos da Sociedade na forma do presente Relatório e que contém os resultados da análise à política de remunerações, sendo nomeadamente identificadas, caso aplicável, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das recomendações da Circular.

Da análise concluiu-se que:

- Se encontra estabelecido que as políticas de retribuição são compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não serão atribuídos incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital;
- Se reafirma a consistência da política remuneratória com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- As práticas remuneratórias consagradas na política se encontram alinhadas com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos;
- A mesma se encontra formalmente alinhada com a Política de Remunerações do Grupo Santander.

E por consequência a política se encontra alinhada com o princípio de uma correta gestão de riscos e do capital.

Por outro lado, não tendo ocorrido, desde a última revisão, alterações nas disposições legais ou regulatórias aplicáveis, bem como nas políticas corporativas relevantes, mantém-se o entendimento de que a Política está em conformidade com o regime aplicável, assegurando designadamente:

- a) A existência de princípios orientadores claros e alinhados com os interesses de longo prazo da STS e dos seus colaboradores e concretamente com:

- (i) uma gestão adequada e eficaz de riscos, evitando exposição excessiva ao risco e conflitos de interesses;
- (ii) a promoção da continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente:
 - i. a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si;
 - ii. o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável;
 - iii. o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- b) A existência de métricas e indicadores qualitativos, com especial incidência na vertente variável, não garantida, da remuneração (também sujeita a regimes de *Malus* e *Clawback*).

Em matéria de remuneração da força de vendas, tendo presente o modelo de comercialização vigente, vigoram também as políticas e procedimentos do Banco.

Assim, não se consideram existir insuficiências à luz das recomendações plasmadas na Circular não sendo por conseguinte, propostas quaisquer medidas de correção.

Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções Chave

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) o Conselho de Administração deve aprovar, anualmente, a política de remuneração dos responsáveis das funções-chave da Sociedade.

São considerados responsáveis pelas funções-chave da Sociedade, as pessoas que exercem a Função Atuarial, de Gestão de Riscos, de Controlo de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna.

Na Santander Totta Seguros, a designação dos responsáveis das funções de controlo é pessoal e nominativa com a assunção das inerentes competências.

Não obstante, os responsáveis designados pela Sociedade possam acumular o exercício de análogas funções em outras sociedades do Grupo, esse exercício, sendo transversal, desenvolve-se com total autonomia e independência.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor é o Anexo 1 da Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

A Política foi objeto de ligeiras alterações durante o ano 2019, no sentido de reforçar e atualizar a política atual.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, e no caso concreto os responsáveis das funções-chave da Sociedade, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de trabalhadores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções,

independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções. Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta, nos termos da Circular 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares de funções-chave enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos titulares de funções-chave, a realizar anualmente, pelos respectivos superiores hierárquicos. Sempre que estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- c) Tendo em consideração o definido no Grupo, para as funções de controlo o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 100%;
- d) Os responsáveis pelas funções de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna, dado exercerem funções transversalmente no Grupo Santander, auferem remunerações pagas por outra entidade do Grupo e não são remunerados pela Sociedade, aplicando-se a presente Política às restantes funções-chave;

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos responsáveis por funções-chave é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos responsáveis por funções-chave tem os limites que forem fixados, não devendo representar, em 2020, uma parcela inferior a 70% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração das funções-chave comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1.1. Determinação da Remuneração Variável

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos descritos no Anexo 2.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor; reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;

2.1.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2021 e parte diferida em três anos, observados os seguintes parâmetros:
- (i) 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2021, em dinheiro e em ações;
 - (ii) O remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, sujeitas a condição de manutenção, durante um ano.
- c) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Relativamente aos Titulares das funções chave com vínculo laboral à Sociedade não se encontram por pagar parcelas diferidas, uma vez que a remuneração variável foi inferior a 50.000 euros, e por isso não sujeita a diferimento.

Quanto aos titulares das funções chave com vínculo laboral ao identifica-se o seguinte:

Da remuneração variável de 2016, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2017, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2018, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2019, foi paga em 2020 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

IV. Aspetos complementares

Não se prevê para 2020, a atribuição de planos de opções.

Não é previsível que durante o ano de 2020 venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão de funções-chave.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos titulares de funções-chave da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total destes titulares, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção das recomendações constantes do Capítulo V da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 04 de março de 2020

